

ENTRE DOIS MUNDOS
EMIGRAÇÃO E REGRESSO AOS AÇORES

ENTRE
DOIS
MUNDOS



Gilberta Pavão Nunes Rocha (Coord.)
Eduardo Ferreira
Derrick Mendes

ENTRE DOIS MUNDOS
EMIGRAÇÃO E REGRESSO AOS AÇORES

ENTRE
DOIS
MUNDOS



Gilberta Pavão Nunes Rocha (Coord.)
Eduardo Ferreira
Derrick Mendes

Ficha Técnica

Título

Entre Dois Mundos. Emigração e Regresso aos Açores.

Promotor

Governo dos Açores

Autores

Gilberta Pavão Nunes Rocha (Coord.)

Eduardo Ferreira

Derrick Mendes

Edição

Governo dos Açores

Secretário Regional da Presidência

Direcção Regional das Comunidades

Tradução

Nuno Pavão Nunes

Capa

Rui Melo

Execução Gráfica

Nova Gráfica, Lda.

Impressão

Nova Gráfica, Lda.

Depósito Legal

332820/11

ISBN

978-989-97391-1-6

Tiragem

700 Exemplares

2011

ÍNDICE

Índice de Gráficos	7
Índice de Quadros	17
Apresentação	21
Prefácio	23
Nota prévia	31
Introdução	33
PARTE I – RUMO ÀS AMÉRICAS	47
Capítulo 1: Traços gerais da emigração açoriana da segunda metade do século XX à actualidade	49
Capítulo 2: O Processo emigratório dos regressados	69
Capítulo 3: Experiências emigratórias	105
PARTE II – DE VOLTA AOS AÇORES	143
Capítulo 4: Fluxos e percursos de regresso	145
Capítulo 5: O perfil do emigrante regressado	161
Capítulo 6: Motivos e avaliação do regresso	215
Conclusão	237
Bibliografia	243

ÍNDICE DE GRÁFICOS

CAPÍTULO I - TRAÇOS GERAIS DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX À ACTUALIDADE

Gráfico 1. 1

Evolução do número de emigrantes nos Açores, 1900 - 2007..... 50

Gráfico 1. 2

Países de destino da emigração açoriana, 1960-2007 (%) 57

CAPÍTULO II - O PROCESSO EMIGRATÓRIO DOS REGRESSADOS

Gráfico 2. 1

Países de destino dos inquiridos (%) 70

Gráfico 2. 2

Países de destinos da emigração açoriana e dos inquiridos de
1960 a 2007 (%)..... 70

Gráfico 2. 3

Países de destino dos inquiridos por período de emigração (%) ... 71

Gráfico 2. 4

Países de destino da totalidade dos emigrantes e dos emigrantes
inquiridos, por período de emigração (%)..... 73

Gráfico 2. 5

Evolução do destino Estados Unidos da América na totalidade
dos emigrantes e na dos emigrantes inquiridos, por período de
emigração (%) 74

Gráfico 2. 6

Evolução do destino Canadá na totalidade dos emigrantes e na
dos emigrantes inquiridos, por período de emigração (%) 75

Gráfico 2. 7

Evolução do destino Bermudas e Outros na totalidade dos
emigrantes e na dos emigrantes inquiridos, por período de
emigração (%) 75

Gráfico 2. 8	
Motivo de escolha do destino, por países (%)	76
Gráfico 2. 9	
Motivo de escolha do destino, por período de emigração (%).....	77
Gráfico 2. 10	
Inquiridos por período de emigração e sexo (%)	78
Gráfico 2. 11	
Inquiridos por estado civil antes de emigrar (%)	80
Gráfico 2. 12	
Inquiridos por estado civil antes de emigrar, por sexo (%).....	80
Gráfico 2. 13	
Inquiridos por estado civil antes de emigrar, por período de emigração (%)	81
Gráfico 2. 14	
Inquiridos por situação face ao trabalho antes de emigrar (%)....	82
Gráfico 2. 15	
Inquiridos por situação face ao trabalho antes de emigrar, por destino de emigração (%).....	83
Gráfico 2. 16	
Inquiridos por situação face ao trabalho antes de emigrar, por período de emigração (%)	84
Gráfico 2. 17	
Inquiridos por actividade económica antes de emigrar (%).....	85
Gráfico 2. 18	
Inquiridos por actividade económica antes de emigrar e sexo (%).	85
Gráfico 2. 19	
Inquiridos por actividade económica antes de emigrar, por período de emigração (%).....	86
Gráfico 2. 20	
Inquiridos por profissão antes de emigrar (%)	87

Gráfico 2. 21	
Inquiridos por profissão antes de emigrar, por destino de emigração (%)	87
Gráfico 2. 22	
Inquiridos por principal motivo para emigrar, segundo a situação face ao trabalho (%)	89
Gráfico 2. 23	
Inquiridos por principal motivo para emigrar, segundo o período de emigração (%)	89
Gráfico 2. 24	
Inquiridos por principal motivo para emigrar, por países de destino (%)	90
Gráfico 2. 25	
Início do processo emigratório (%)	91
Gráfico 2. 26	
Início do processo emigratório, por sexo (%)	91
Gráfico 2. 27	
Início do processo emigratório para as Bermudas (%)	92
Gráfico 2. 28	
Início do processo emigratório para o Brasil (%)	92
Gráfico 2. 29	
Início do processo emigratório para o Canadá (%)	92
Gráfico 2. 30	
Início do processo emigratório para os Estados Unidos da América (%)	93
Gráfico 2. 31	
Início do processo emigratório, por período de emigração (%)	94
Gráfico 2. 32	
Início do processo emigratório, por países de destino (%)	95
Gráfico 2. 33	
Início do processo emigratório, por período de saída (%)	95
Gráfico 2. 34	
Início do processo emigratório, segundo o acompanhante (%)	96

Gráfico 2. 35	
Início do processo emigratório com acompanhante, por sexo (%)	97
Gráfico 2. 36	
Início do processo emigratório com acompanhante, por países de destino (%)	97
Gráfico 2. 37	
Motivos do início do processo emigratório não acompanhado (%)	98
Gráfico 2. 38	
Motivos do início do processo emigratório não acompanhado, por sexo (%)	99
Gráfico 2. 39	
Motivos do início do processo emigratório não acompanhado, por país de destino (%).....	100

CAPÍTULO III - EXPERIÊNCIAS EMIGRATÓRIAS

Gráfico 3. 1	
Principais dificuldades sentidas à chegada (%).....	106
Gráfico 3. 2	
Principais dificuldades sentidas à chegada, por países de destino (%)	107
Gráfico 3. 3	
Principal origem do apoio recebido à chegada (%).....	107
Gráfico 3. 4	
Principal tipo de apoio recebido à chegada, por países de destino (%)	108
Gráfico 3. 5	
Principal tipo de apoio recebido à chegada (%)	109
Gráfico 3. 6	
Principal tipo de apoio recebido à chegada segundo a origem do apoio (%)	109
Gráfico 3. 7	
Importância da ajuda dos familiares, por países de destino (%) ..	110

Gráfico 3. 8	
Importância da ajuda dos amigos emigrados, por países de destino (%)	111
Gráfico 3. 9	
Importância da ajuda da comunidade portuguesa, por países de destino (%)	111
Gráfico 3. 10	
Importância da ajuda da entidade patronal, por países de destino (%)	111
Gráfico 3. 11	
Principal meio de vida no país de destino (%).....	112
Gráfico 3. 12	
Principal meio de vida no país de destino, por sexo (%)	113
Gráfico 3. 13	
Importância do trabalho nos países de destino (%)	113
Gráfico 3. 14	
Importância do suporte financeiro da família nos países de destino (%)	114
Gráfico 3. 15	
Situação face ao trabalho no país de destino (%)	114
Gráfico 3. 16	
Situação face ao trabalho, por países de destino (%).....	115
Gráfico 3. 17	
Inquiridos por sectores de actividade no país de destino (%)	116
Gráfico 3. 18	
Inquiridos por sectores de actividade e países de destino (%).....	117
Gráfico 3. 19	
Exercício de simultâneo de mais de uma actividade económica (%)	
Gráfico 3. 20	118
Exercício simultâneo de mais de uma actividade económica no país de emigração, por países de destino (%).....	119

Gráfico 3. 21	
Regularidade da participação dos inquiridos em colectividades ou associações da comunidade local (estrangeira ou portuguesa) no país de emigração (%)	120
Gráfico 3. 22	
Participação dos inquiridos em colectividades ou associações da comunidade local (estrangeira ou portuguesa), por países de destino (%)	121
Gráfico 3. 23	
Regularidade da participação dos inquiridos em colectividades ou associações da comunidade local (estrangeira ou portuguesa), por países de destino (%)	122
Gráfico 3. 24	
Inquiridos segundo o exercício do direito de voto (%).....	123
Gráfico 3. 25	
Inquiridos segundo o exercício do direito de voto, por países de destino (%)	124
Gráfico 3. 26	
Inquiridos segundo o exercício do direito de voto, por sexo (%) ..	124
Gráfico 3. 27	
Inquiridos segundo o exercício do direito de voto, por sexo e por países de destino (%)	125
Gráfico 3. 28	
Inquiridos segundo a principal fonte de acesso à língua portuguesa (%)	127
Gráfico 3. 29	
Inquiridos segundo a principal fonte de acesso à língua portuguesa, por países de destino (%)	128
Gráfico 3. 30	
Inquiridos segundo a principal fonte de acesso à língua portuguesa, por sexo (%).....	128

Gráfico 3. 31	
	Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores (%)..... 130
Gráfico 3. 32	
	Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores, por tempo de permanência (%)..... 131
Gráfico 3. 33	
	Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores, por países de destino (%) 132
Gráfico 3. 34	
	Inquiridos segundo o número de visitas aos Açores (%)..... 133
Gráfico 3. 35	
	Inquiridos segundo o número de visitas aos Açores, por tempo de permanência (%)..... 134
Gráfico 3. 36	
	Inquiridos segundo o número de visitas aos Açores, por países de destino (%) 134
Gráfico 3. 37	
	Inquiridos segundo o principal motivo das visitas aos Açores (%) 135
Gráfico 3. 38	
	Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores, por principal motivo das visitas (%)..... 136
Gráfico 3. 39	
	Inquiridos segundo o principal motivo das visitas aos Açores, por tempo de permanência (%)..... 137
Gráfico 3. 40	
	Inquiridos segundo a principal forma de aplicação das poupanças (%) 138
Gráfico 3. 41	
	Inquiridos segundo a principal forma de aplicação das poupanças, por países de destino (%) 139

Gráfico 3. 42

Inquiridos segundo a principal forma de aplicação das poupanças,
por tempo de permanência (%) 140

CAPÍTULO IV - FLUXOS E PERCURSOS DE REGRESSO

Gráfico 4. 1

Total de indivíduos residentes nos Açores, em 1991 e 2001,
provenientes dos Estados Unidos e do Canadá durante os períodos
1986-1991 e 1996-2001..... 149

CAPÍTULO V - O PERFIL DO EMIGRANTE REGRESSADO

Gráfico 5. 1

Inquiridos segundo o ano de regresso, por sexo (%) 162

Gráfico 5. 2

Idade dos inquiridos segundo o ano de regresso (%) 167

Gráfico 5. 3

Idade dos inquiridos segundo o tempo de permanência no país de
emigração (%) 167

Gráfico 5. 4

Inquiridos segundo a situação face ao trabalho (%)..... 174

Gráfico 5. 5

Inquiridos "reformados/pensionistas", segundo o tempo de
permanência (%)..... 176

Gráfico 5. 6

Inquiridos "reformados/pensionistas", segundo o ano de regresso (%) 176

Gráfico 5. 7

Inquiridos "empregados", segundo o tempo de permanência (%) 178

Gráfico 5. 8

Inquiridos "empregados", segundo o ano de regresso (%)..... 179

Gráfico 5. 9

Inquiridos "empregados" por sexo (%) 181

Gráfico 5. 10	
Inquiridos “empregados” por países de destino (%).....	181
Gráfico 5. 11	
Inquiridos “empregados” por grupos de idade (%)	182
Gráfico 5. 12	
Inquiridos “empregados” segundo o nível de escolaridade (%)....	183
Gráfico 5. 13	
Inquiridos “empregados” por grupos etários, segundo o nível de escolaridade (%)	185
Gráfico 5. 14	
Inquiridos “empregados” segundo a idade, por sectores de actividade (%)	188
Gráfico 5. 15	
Inquiridos “empregados” por principal país de destino, segundo os sectores de actividade (%).....	191
Gráfico 5. 16	
Inquiridos “empregados” por ano de regresso, segundo os sectores de actividade (%).....	192
Gráfico 5. 17	
Inquiridos “empregados” segundo a situação na profissão (%)....	197
Gráfico 5. 18	
Inquiridos na situação de TCP por países de destino (%).....	201
 CAPÍTULO VI - MOTIVOS E AVALIAÇÃO DO REGRESSO	
Gráfico 6. 1	
Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso (%)	216
Gráfico 6. 2	
Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por período de emigração	218

Gráfico 6. 3	
Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por países de destino (%).....	219
Gráfico 6. 4	
Principal motivo do regresso aos Açores (%)	223
Gráfico 6. 5	
Inquiridos por países de destino, segundo o principal motivo do regresso (%).....	225
Gráfico 6. 6	
Inquiridos segundo o tempo de permanência, por principal motivo do regresso (%)	227
Gráfico 6. 7	
Principais actores envolvidos na decisão de regressar aos Açores (respostas exclusivas) (%).....	228
Gráfico 6. 8	
Principais actores envolvidos na decisão de regressar aos Açores, por países de destino (%).....	229
Gráfico 6. 9	
Dificuldades de adaptação após o regresso (%)	231
Gráfico 6. 10	
Principais dificuldades sentidas após o regresso (%).....	232

ÍNDICE DE QUADROS

CAPÍTULO IV - FLUXOS E PERCURSOS DE REGRESSO

Quadro 4. 1

Total de emigrantes legais e total de indivíduos residentes nos Açores, provenientes dos Estados Unidos e do Canadá, nos períodos 1986-1991 e 1996-2001	150
---	-----

Quadro 4. 2

Principais tipos de pensões do Plano de Reformas Canadianas (Income Security Program)	152
---	-----

Quadro 4. 3

Principais países de destino dos inquiridos, por ano de regresso (%)	155
--	-----

Quadro 4. 4

Principais países de destino dos inquiridos, por tempo de permanência	156
---	-----

Quadro 4. 5

Ano de regresso dos inquiridos por tempo de permanência no país de destino	157
--	-----

CAPÍTULO V - O PERFIL DO EMIGRANTE REGRESSADO

Quadro 5. 1

Idade dos inquiridos, por sexo e principais países de destino (%)..	163
---	-----

Quadro 5. 2

Nível de escolaridade dos inquiridos, por sexo (%)	169
--	-----

Quadro 5. 3

Nível de escolaridade dos inquiridos, por grupos de idade (%)	170
--	-----

Quadro 5. 4

Nível de escolaridade dos inquiridos, por países de destino (%) ..	172
--	-----

Quadro 5. 5

Inquiridos segundo os sectores de actividade, por sexo (%)	187
--	-----

Quadro 5. 6	
Inquiridos segundo os grupos socioprofissionais, por sexo (%)....	194
Quadro 5. 7	
Inquiridos TPC, TCO e TFnR, por sexo e grupos de idade (%).....	199
Quadro 5. 8	
Inquiridos segundo os sectores de actividade, por situação na profissão (%)	200
Quadro 5. 9	
Matriz de mobilidade sectorial entre a situação antes da partida (última actividade) e a situação no país de destino (última actividade) (%)	202
Quadro 5. 10	
Matriz de mobilidade sectorial entre a situação no país de destino (última actividade) e a situação após o regresso (actividade no momentos do inquérito) (%)	203
Quadro 5. 11	
Matriz de mobilidade sectorial dos TCP entre a situação antes da partida (última actividade) e a situação após o regresso (actividade no momentos do inquérito) (%)	208
Quadro 5. 12	
Matriz de mobilidade sectorial dos TCP entre a situação no país de destino (última actividade) e a situação após o regresso (actividade no momentos do inquérito) (%)	209
CAPÍTULO VI - MOTIVOS E AVALIAÇÃO DO REGRESSO	
Quadro 6. 1	
Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por sexo e estado civil (antes da partida).....	220

Quadro 6.2

Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por situação face ao trabalho e situação na profissão (antes da partida).....	220
--	-----

Quadro 6.3

Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso aos Açores, por principal motivo do regresso (%).....	224
---	-----

Quadro 6.4

Principais actores envolvidos na decisão de regressar aos Açores, por principal motivo do regresso (%).....	230
---	-----

Quadro 6.5

Inquiridos segundo a existência de dificuldades de adaptação após o regresso, por tempo de permanência no país de destino (%)	233
---	-----

APRESENTAÇÃO

O Arquipélago dos Açores, conotado, desde a sua descoberta, com processos migratórios, tem sido, ao longo dos séculos, porto de saída de milhares de açorianos que partiram rumo a vários continentes, sendo os destinos de maior preferência o Brasil, EUA, Bermuda e Canadá.

Espalhados um pouco por todo o mundo, milhares partiram com a perspectiva do regresso no horizonte. Na base desta intenção de regressar estavam, certamente, factores de peso, como, por exemplo, a família que permanecia nas ilhas, a casa e terrenos abandonados, as saudades da terra, o sonho de realização pessoal no torrão natal.

Se a opção de partir nunca foi fácil para os protagonistas da emigração, a opção de regressar, com o passar dos anos, com o enraizamento no novo espaço de acolhimento, com a integração dos filhos e com o nascimento dos netos, tornou-se para muitas pessoas uma mera quimera.

Apesar disto, sempre houve quem tivesse regressado, movido pelas mais diversas razões. Todas as nove ilhas dos Açores conhecem histórias de regressos de pessoas individuais, de casais, de famílias inteiras que, depois de viverem na diáspora, voltaram para a sua ilha, para a sua freguesia e, por vezes, para a sua casa de origem.

Dada a dimensão deste fenómeno e as implicações sociais que o mesmo tem no tecido social das nossas ilhas, surgiu

a necessidade do seu estudo de forma aprofundada, com vista à definição e implementação de políticas adequadas às necessidades desta franja populacional. A Direcção Regional das Comunidades (DRC), ao serviço das comunidades imigrantes, emigrantes e regressadas, sentiu a necessidade de conhecer melhor a problemática dos regressados, numa prova inequívoca do seu compromisso em facilitar a integração destes indivíduos e suas famílias nas ilhas de origem, garantindo melhor qualidade de vida a quem tanta coragem revelou quer na hora da partida quer na hora do regresso.

Foi com estas preocupações em mente que a DRC solicitou ao Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores o estudo em apreço cuja primeira edição não poderia conhecer melhor momento histórico, uma vez que coincide com a realização, nos Açores, do maior congresso mundial dedicado às Migrações - a Metropolis - curiosamente organizado pela DRC em parceria com o CES da Universidade dos Açores. Esta feliz coincidência fez com que, a acompanhar os primeiros passos de divulgação deste estudo, tenhamos connosco os maiores especialistas e decisores políticos do mundo, no que concerne às migrações.

Tal como na Metropolis, também a obra que agora colocamos à disposição de estudiosos e público em geral vem, sem dúvida, reforçar a centralidade das ilhas nos fenómenos migratórios mundiais que, mais do que nunca, condicionam o devir humano na sua errância pelo planeta.

Ponta Delgada, Julho de 2011

Maria da Graça Borges Castanho, Ph.D.
Directora Regional das Comunidades
Governo dos Açores

PREFÁCIO

A história dos Açores, como a de muitos outros espaços insulares, é profundamente marcada pela emigração e está bem documentada na literatura, nomeadamente no que se refere aos aspectos demográficos e económicos associados à emigração.

Como refere Russel King (2009), a reduzida dimensão de muitas ilhas e a insularidade trazem desvantagens económicas que não permitem oferecer oportunidades de trabalho e de valorização profissional para todos os habitantes. Por conseguinte, a exportação de trabalhadores foi, até meados dos anos setenta do século passado, um pilar fundamental da economia açoriana, especialmente das ilhas mais pequenas e periféricas.

Ammassari e Black (2001), citando Fisher et al. (1997), afirmam que a emigração e o desenvolvimento são fenómenos inter-relacionados, sendo certo que aquela é, simultaneamente, uma variável dependente e independente do desenvolvimento dos territórios de origem e destino dos migrantes.

Os estudos sobre migrações e desenvolvimento adquiriram grande importância com o processo de globalização em curso e o aumento exponencial das migrações internacionais observado nas últimas décadas. Contudo, os processos de desenvolvimento e as migrações são ambos complexos e variáveis, no espaço e no tempo, pelo que, apesar de se terem multiplicado as investigações sobre esta temática, estamos ainda longe de um

quadro teórico abrangente e consistente para analisar a teia relacional entre os efeitos do desenvolvimento (ou falta dele) na génese das migrações internacionais e os impactes da emigração no desenvolvimento dos países de origem, sobretudo ao nível regional e local.

Segundo Ghosh (2000, citado por Abreu, 2009:90), as migrações de retorno constituem o “grande capítulo não escrito da história das migrações”. O interesse científico e político por este assunto começou a ganhar protagonismo apenas a partir de meados dos anos 1970, quando os países desenvolvidos da Europa Ocidental, confrontados com a crise económica e o choque petrolífero de 1973, procuraram estimular o regresso aos seus países dos trabalhadores imigrantes que tinham atraído durante os “anos dourados” do capitalismo. Por sua vez, os países emissores, entre os quais Portugal e outros estados do Sul da Europa, viram-se confrontados com a necessidade de reintegração de um elevado número de emigrantes que, por vontade própria, por terem chegado ao fim do seu ciclo migratório, ou por circunstâncias económicas e políticas menos favoráveis, decorrentes da crise, decidiram regressar.

A literatura científica disponível indica que os efeitos do retorno, nos territórios de proveniência dos migrantes, variam consideravelmente em função dos contextos socioeconómicos e políticos em que se produziu a sua saída, do volume e composição dos fluxos migratórias, das formas de incorporação e do tempo de permanência no país de acolhimento, bem como das motivações de regresso ao país de origem. No entanto, os estudos existentes apresentam, geralmente, um carácter fragmentado e parcelar, com resultados por vezes contraditórios, derivados, em grande medida, das diferenças de perspectiva (optimista ou pessimista) com que são abordados,

não permitindo por isso extrair conclusões de ordem geral que fundamentem a implementação de políticas para minimizar os custos e maximizar os benefícios das migrações internacionais, para as regiões de origem dos migrantes.

O trabalho de Gilberta Rocha, Eduardo Ferreira e Derrick Mendes que agora se publica, intitulado - *Entre Dois Mundos: Emigração e Regresso aos Açores*, constitui um valioso contributo para o conhecimento dos fluxos migratórios de retorno ao arquipélago, que ocorreram nas últimas décadas, bem como das suas consequências para o desenvolvimento da Região.

Uma das contribuições mais inovadoras deste livro consiste na perspectiva integrada de abordagem dos movimentos de retorno aos Açores, analisando-os no quadro mais geral das causas da emigração, do perfil sócio-demográfico e do processo migratório dos açorianos que saíram do arquipélago, desde meados do século passado até à actualidade, e regressaram às ilhas com a intenção de aí se estabelecerem definitivamente.

A investigação baseou-se em dados recolhidos em fontes estatísticas oficiais, nacionais e internacionais, e num inquérito muito exaustivo, efectuado, por técnicos da Direcção Regional das Comunidades, entre o último trimestre de 2006 e o início do segundo trimestre de 2008, que abrangeu cerca de 3500 emigrantes regressados. Apesar de o questionário ter sido aplicado em todas as ilhas, os autores advertem para algum possível enviesamento dos resultados, derivado do método de selecção dos inquiridos. Contudo, tendo em conta a elevada dimensão da amostra e a cobertura de todo o arquipélago, os dados recolhidos constituem um manancial de informação riquíssima e imprescindível para o conhecimento aprofundado da dinâmica das migrações internacionais da população açoriana, incluindo todas as fases do ciclo migratório: decisão de partir

e selecção do destino; integração no país de acolhimento e relações com a origem durante a permanência no estrangeiro, migração de retorno e reintegração após o regresso.

Os autores referem que o número estimado de açorianos e seus descendentes que actualmente habitam no estrangeiro ascende a um milhão e quinhentos mil, sendo os Estados Unidos da América e o Canadá os principais países de acolhimento. Nas últimas décadas, tudo mudou: reduziu-se drasticamente o número de saídas anuais, alteraram-se os rumos e a natureza da emigração, com a afirmação das Bermudas como principal destino e a tendência para a substituição da emigração permanente familiar, pela migração temporária ou circular, de base individual.

Nos anos oitenta e noventa intensificaram-se os fluxos de retorno aos Açores, oriundos principalmente dos Estados Unidos da América e do Canadá e, simultaneamente, acompanhando a tendência observada em Portugal Continental, verificou-se também um elevado crescimento do número de imigrantes laborais (originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Brasil e Europa de Leste), atraídos pelas oportunidades de emprego na construção civil, turismo e restauração e também de migrantes pós-reforma vindos de países europeus, com destaque para a Alemanha, que procuram usufruir das amenidades climáticas e da natureza das ilhas.

Sendo as motivações da partida predominantemente económicas, os resultados deste estudo confirmam a importância da família em todo o processo migratório dos emigrantes regressados. Efectivamente, apesar de 70% dos inquiridos terem partido sós e de a família se ter reunido mais tarde, a migração foi, quase sempre, um projecto familiar. Além disso, 80% dos respondentes regressados dos Estados Unidos e do

Canadá, afirmam que a escolha do destino foi influenciada por parentes já emigrados, referindo ainda a elevada importância do apoio das redes de familiares e amigos na integração no país de acolhimento.

Durante a permanência no estrangeiro, a relevância das redes intra-étnicas, familiares ou de vizinhança, e o desconhecimento da língua do país de acolhimento, fomentaram o desenvolvimento do associativismo, a preservação da cultura de origem e a manutenção de relações intensas com os Açores.

Embora se desconheça o perfil socioeconómico dos emigrantes que se estabeleceram definitivamente nos países para onde emigraram, os resultados deste estudo afiguram-se concordantes com a tese de que os emigrantes que regressam não correspondem aos casos de maior sucesso nem aos que fracassaram, sendo que os primeiros, para não desperdiçarem as oportunidades que o país de acolhimento lhes proporciona, tendem a ficar; e os segundos, além de não disporem dos recursos necessários para financiar o regresso, têm relutância em revelar o seu insucesso. Deste modo, não admira que cerca de dois terços dos emigrantes regressados aos Açores que foram inquiridos, já tivessem, no momento da partida, a intenção de voltar e que apenas 10% dos que partiram com a ideia de uma migração definitiva, justifiquem o retorno com a inadaptação (dos próprios ou de familiares) no país de destino.

Como sublinham os autores da presente obra, “o regresso raramente se desencadeia a partir de uma decisão tomada à margem de todo o processo migratório e das experiências, individuais e colectivas, dos emigrantes ao longo do percurso que fazem” (p.21), Por isso, este trabalho permitiu identificar diferenças importantes entre as trajectórias migratórias e as motivações que desencadearam o regresso às ilhas dos

emigrantes das vagas mais antigas, oriundos dos Estados Unidos e do Canadá, e os que saíram há menos tempo, com contratos de trabalho temporário nas Bermudas.

A análise exaustiva e rigorosa feita neste livro, dos percursos geográficos e socioprofissionais dos emigrantes que voltaram para os Açores nas últimas décadas, além de relevar a importância deste fenómeno para a dinâmica demográfica e económica da Região, representa também um instrumento fulcral para a definição de políticas facilitadoras da reinserção dos emigrantes regressados e para a optimização dos efeitos da emigração no desenvolvimento do arquipélago.

Os regressados constituem uma população maioritariamente idosa, com baixos níveis de instrução, que efectuou o regresso após um período de permanência média no estrangeiro de cerca de 15 a 20 anos e que, por isso, se encontra reformada. Contudo, deve notar-se que os provenientes das Bermudas apresentam um perfil substancialmente diferente dos do continente norte-americano, reflectindo o carácter distintivo da composição dos fluxos e dos processos migratórios para esse destino.

No que respeita à reintegração na sociedade açoriana e aos impactes do retorno no desenvolvimento da Região, importa salientar que mais de três quartos dos inquiridos não indicaram dificuldades de maior. Além disso, os problemas de adaptação referidos por cerca de 20% dos respondentes, prendem-se fundamentalmente com a diferença dos modos de vida no arquipélago, relativamente aos países de onde vieram e com a falta de alguns produtos de consumo, difíceis de obter, nomeadamente nas áreas rurais e nas ilhas mais pequenas e mais isoladas.

Os efeitos das migrações de retorno no desenvolvimento da Região são difíceis de avaliar. A análise comparada da situação

profissional antes da partida, durante o período de residência no estrangeiro e após o regresso, permitiram concluir que não se verificaram grandes ganhos em termos de transferência de conhecimentos e competências profissionais adquiridas no país de acolhimento. Esta situação resulta não só do facto de a maioria ter trabalhado em sectores de baixa qualificação profissional (indústria, construção civil, agricultura e pesca), mas também de muitos terem voltado a dedicar-se à agricultura e pecuária, frequentemente com o simples propósito de ocupar o tempo e de cuidar das suas propriedades. Contudo, importa ter presente que estes impactes são diferenciados localmente, contribuindo para atenuar a tendência para o despovoamento das ilhas mais pequenas e mais periféricas, e do abandono dos campos. Além disso, a canalização para os Açores, das poupanças acumuladas durante o período de emigração e as transferências de rendimentos provenientes de pensões e reformas geram efeitos multiplicadores, por via do consumo pessoal e do investimento (efectuado directamente pelos emigrantes e seus familiares ou, indirectamente, através do sistema financeiro).

Em síntese, como já referimos anteriormente, esta obra de Gilberta Rocha, Eduardo Ferreira e Derrick Mendes representa um grande avanço no conhecimento de um fenómeno complexo, de grande actualidade e relevância científica e política, num domínio que foi objecto de pouca investigação no contexto da academia portuguesa. Trata-se, por conseguinte, de um trabalho essencial, não apenas para os investigadores e estudantes interessados por este tema, mas também para os decisores políticos que pretendam compreender e intervir na gestão das migrações internacionais, ao longo das diferentes fases do processo migratório: promovendo a emigração ou procurando reter os emigrantes potenciais; fomentando os laços que ligam

a diáspora açoriana à Região; estimulando a canalização das remessas e o investimento estrangeiro de origem emigrante e apoiando a reinserção dos emigrantes regressados.

Maria Lucinda Fonseca
Centro de Estudos Geográficos
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território
Universidade de Lisboa

Referências

- King, R. (2009), "A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global", in: Fonseca, M. L. (Coord.) – *Actas da Conferência Internacional – Aproximando Mundos. Emigração e Imigração em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 27-62.
- Ammassari, S; Black, R. (2001), *Harnessing the potential of migration and return to promote development*, IOM Migration Research Series 5.
- Abreu, A. (2009) - *As Migrações Internacionais e o Desenvolvimento dos Países de Origem. Impactos e Políticas*. Lisboa, ACIDI (Teses, 28).

NOTA PRÉVIA

Na sequência do aprofundamento dos estudos sobre a mobilidade açoriana, que tem caracterizado a política da Direcção Regional das Comunidades do Governo Regional dos Açores, o Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (CES-UA) - que tem como um dos eixos fundamentais de investigação a problemática migratória, em especial das regiões insulares e dos Açores em particular - responsabilizou-se, como em outras circunstâncias, pelo aprofundamento do conhecimento da problemática do regresso dos emigrantes, levando a cabo a análise de dados recolhidos pela Direcção Regional das Comunidades, em inquérito realizado por esta mesma entidade.

Trata-se, assim, do alargamento a toda a Região de estudos similares anteriormente realizados no âmbito do CES-UA por Octávio de Medeiros e Artur Madeira, relativos aos concelhos da Povoação e do Nordeste nos anos de 2003 e 2004, respectivamente, de algum modo pioneiros na abordagem do regresso dos emigrantes açorianos.

Este trabalho envolveu uma recolha muito extensa e de enorme dificuldade por parte da Direcção Regional das Comunidades, aspectos que serão desenvolvidos na Introdução a este trabalho. Todavia, ela não se fica pelas possibilidades de análise do regresso, dos regressados e da sua reinserção na sociedade de origem, pelo que procuraremos que na sua

compreensão se associe também a partida dos Açores e a permanência nos países de acolhimento.

Como em toda a investigação este não é um ponto de chegada, antes uma partida para o conhecimento de uma realidade de enorme actualidade, na qual os Açores apresentam características singulares e distintas das observadas a nível nacional.

Gilberta Pavão Nunes Rocha

INTRODUÇÃO

Embora persista a escassez de informação quantitativa e qualitativa sobre os fluxos de regresso no contexto da história mais recente da emigração açoriana, torna-se difícil negar a importância crescente que este fenómeno tem vindo a adquirir ao longo das últimas três décadas, sensivelmente. O aumento do número de residentes nos Açores provenientes dos Estados Unidos da América e do Canadá, bem como a crescente necessidade de uma oferta mais especializada, em termos de serviços da administração regional, orientada para o apoio prestado aos emigrantes regressados, são apenas alguns indicadores que, devidamente enquadrados no tempo, poderiam ajudar a demonstrar que não é tão recente assim o movimento inverso àquele que caracterizou a saída maciça de açorianos em direcção ao estrangeiro. Como revelam alguns dados apresentados nos dois trabalhos referidos na Nota Prévia deste estudo, ambos da autoria de Octávio de Medeiros e Artur Madeira, as percentagens de emigrantes regressados aos concelhos de Povoação e Nordeste, ao longo da década de oitenta do século passado, atingem, de facto, valores assinaláveis – 30%, no primeiro caso, e 44%, no segundo (Medeiros e Madeira, 2003:63; Medeiros e Madeira, 2004:73) –, o que, uma vez extrapolado, ainda que com reservas, para o total de cada uma das ilhas ou concelhos e até para a Região na sua globalidade, não deixa de ser elucidativo do tempo durante o qual temos vindo a conviver

com o fenómeno do regresso, sem que dele tenhamos tido, até ao momento, um conhecimento mais aprofundado e capaz, inclusivamente, de sustentar medidas mais eficazes de lidar com o mesmo e com a população que o enforma.

A situação social e económica dos Açores é hoje bastante distinta daquela que marcou a grande vaga emigratória das décadas de cinquenta, sessenta e setenta, e mais de quarenta anos volvidos sobre a partida da maioria dos emigrantes terá já passado o momento de concretização do desejo de regresso para uma grande parte destes. Porém, em relação àqueles que o fizeram, o conhecimento que deles se tem não deixa de ser bastante parcial, uma vez que este se encontra condicionado por algumas das suas características sociodemográficas, designadamente, a idade e a condição perante o trabalho e a actividade, com visibilidades distintas a nível social. Em virtude do serviço prestado aos emigrantes regressados de idade mais avançada, actualmente na condição de inactivos e de beneficiários de uma ou mais pensões dos seus anteriores países de acolhimento, as entidades regionais, através da Direcção Regional das Comunidades, conhecem sobretudo as principais características e necessidades de um grupo específico desta população, isto é, aqueles que por facilidade de linguagem e de classificação são, normalmente, designados de “reformados”.

Todavia, trata-se de um conhecimento que, a somar à sua falta de sistematização e de enquadramento (até ao momento, pouco se pôde avançar relativamente às linhas gerais do fenómeno do regresso aos Açores, em termos espaciais e temporais), carece de maior profundidade, não só no que diz respeito ao grupo atrás mencionado (desde logo, quanto à diversidade de situações socioeconómicas contidas na categoria dos emigrantes regressados “reformados”), mas sobretudo no que se refere a

outros grupos e franjas da população em causa. Acerca destes desconhecem-se as suas características actuais, os motivos, as decisões e as formas que encontraram para desencadear o processo de regresso à terra de onde partiram, sabendo-se menos ainda sobre os possíveis efeitos que as múltiplas experiências emigratórias podem ter tido no seu perfil de origem, com eventuais consequências para o impacte social e económico destes mesmos emigrantes nas principais ilhas e locais de regresso.

Algum desse desconhecimento, e, muito em particular, aquele que se prende com a diversidade de situações passíveis de serem enquadradas na ideia de regresso, não é alheio às dificuldades levantadas pela próprio conceito de *emigrante regressado*. Tirando o facto de se prender com um fluxo migratório voluntário¹ (Rocha-Trindade, 1983), a noção de *regresso* encontra-se, frequentemente, condicionada por uma multiplicidade de aspectos relativos quer aos emigrantes que integram os fluxos, quer às modalidades que estes assumem.

Isto acontece, em primeiro lugar, porque o regresso nem sempre se coloca em termos de uma “escolha definitiva e absoluta” (Poinard, 1983: 30), a partir da qual se torna possível determinar um momento do tempo mais preciso para a sua efectivação e, por conseguinte, para o emigrante/imigrante passar destas condições para a de emigrante regressado. Mesmo que o momento da concretização do regresso conste numa versão inicial do projecto migratório, não raras vezes ele sofre alterações ao longo do tempo, podendo vir a ser adiado ou então acabando por não se verificar de todo (Monteiro, 1994).

Noutras situações, espelhadas, aliás, na realidade em análise, o regresso assume contornos de alguma ambiguidade,

¹ Noção distinta da de *retorno*, a qual apresenta, na generalidade dos casos, uma natureza compulsiva, como é o caso do fenómeno da deportação.

sobretudo quando, com regularidade, os emigrantes repartem o seu tempo, de forma mais ou menos igualitária, entre o país de acolhimento e o de origem, permanecendo em cada um deles uma parte do ano. Se isto é aplicável a um número considerável de emigrantes já saídos da vida activa e que, quase sempre por uma questão de manutenção dos direitos da cidadania estrangeira anteriormente adquirida, cumprem esse movimento de vai-e-vem, também não deixa de se verificar entre aqueles que vão acumulando, de forma sucessiva, algumas experiência emigratórias, como é o caso dos emigrantes açorianos que se reintegraram, por duas ou três vezes, nos fluxos de trabalho temporário para as Bermudas.

Para estes, não existe apenas um regresso, mas vários, encontrando-se cada um deles contextualizado, de forma específica, não só nas condições dos meios de origem e de acolhimento do momento, mas também na própria condição individual e social do sujeito, a qual se altera por via do seu próprio trajecto e das experiências que vai somando.

Além disso, e ao contrário da generalidade dos casos de regresso após um longo período de permanência no país de acolhimento, as motivações e os processos de decisão relacionados com o regresso de uma emigração temporária, costumam apresentar um elevado grau de submissão às políticas de imigração dos territórios de recepção. Os fluxos de trabalho temporário assumem esta condição, na maior parte dos casos, porque a política de imigração assim o determina, pelo que acaba por ser essa mesma política a obrigar que o regresso se efectue e a definir o momento para tal.

À luz destes considerandos, e além de se pretender dar um contributo para o conhecimento dos fluxos de regresso aos Açores, em décadas mais recentes, o presente estudo tem como

objectivo geral a caracterização de tipos distintos de emigrantes regressados, atendendo, por um lado, a aspectos relativos à sua reinserção na sociedade de origem, e, por outro, à experiência por que passou, enquanto emigrante, no(s) país(es) de acolhimento.

Esta ideia de uma análise integrada do regresso, quer do ponto de vista espacial quer temporal, justifica, em grande medida, os primeiros capítulos deste trabalho e baseia-se, em primeiro lugar, no entendimento, teoricamente partilhado, de que o regresso raramente se desencadeia a partir de uma decisão tomada à margem de todo o processo migratório e das experiências, individuais e colectivas, dos emigrantes ao longo do percurso que fazem. O movimento inverso ao de partida deve ser perspectivado como parte integrante de um outro mais amplo e completo, e que mesmo podendo não fazer parte do projecto migratório, inicialmente traçado pelos indivíduos e pelas famílias, não deixa de estar dependente do período de permanência e grau de integração na sociedade de acolhimento, do cumprimento dos objectivos traçados, da satisfação das necessidades entretanto sentidas, aspectos que, entre outros, contribuem decisivamente para acelerar ou travar a decisão de se efectuar uma nova ruptura e enfrentar um novo processo de integração (reintegração). Este é, portanto, o primeiro e grande motivo para emprestarmos uma importância acrescida ao momento anterior à partida, à forma como esta se desencadeou e, sobretudo, ao período de permanência dos emigrantes em países como os Estados Unidos, o Canadá, o Brasil ou as Bermudas, na tentativa, inclusivamente, de tentarmos perceber se as razões que estiveram na base da decisão de regressar poderão ir para além das que são explicitamente invocadas pelos inquiridos neste estudo.

Em segundo lugar, e, de novo, à luz dessa perspectiva integrada do regresso, pretendeu-se, desde o início, que a

presente análise pudesse também resultar numa avaliação (a possível, como é óbvio) dos efeitos da emigração no perfil actual daqueles que regressaram, nomeadamente em termos de aquisição de competências profissionais. Deste modo, o tratamento integrado da informação relativa às características socioprofissionais dos inquiridos na situação anterior à emigração, durante o período de permanência no estrangeiro e após o regresso, permitiu-nos dar conta de alguns padrões de mobilidade sectorial e profissional, relevantes para se ponderar a questão do possível papel que os emigrantes regressados aos Açores poderão vir a desempenhar no surgimento e/ou reforço de dinâmicas sociais e económicas de âmbito local.

Não sendo este um objectivo específico, e muito menos central, do presente estudo, e para cujo cumprimento integral seria necessário optar por um outro nível de análise e dispor de informação muito mais complexa do que a que foi utilizada, trata-se de uma questão que, tendo em conta o fim a que se destina o conhecimento produzido neste trabalho – genericamente, o de incrementar políticas públicas que envolvam os emigrantes regressados – não pode deixar de ser equacionada no âmbito daquilo que, inicialmente, nos foi solicitado. Ademais, quer ao nível do senso comum, quer do ponto de vista dos princípios da prática política, a ideia sobre o contributo efectivo e positivo dos emigrantes regressados para as dinâmicas dos contextos de fixação, costuma, muitas vezes, enfermar de uma confiança excessiva nos processos endógenos e nos sentimentos de pertença colectiva que esses territórios de reintegração, quase por si só, são capazes de gerar junto da população em causa, sobretudo junto daqueles que retornam ao seu local de origem (nascimento) ou de partida (Lopes, 2001).

Tal como costuma ser sublinhado pelas teorias que articulam os fluxos migratórios com os processos de desenvolvimento regional e local, as potencialidades veiculadas pelo regresso dos emigrantes à sua região ou local de origem prendem-se, entre um conjunto vasto de condições, com a incorporação, no tecido económico e social desses contextos, de factores individuais como o nível de qualificação e a capacidade inovadora dos que retornam (Malheiros, 2002: 71-72). Estes factores, se devidamente aproveitados, enquadrados nas estruturas e nos processos existentes e apoiados em estratégias e políticas adequadas, poderão contribuir para reforçar as dinâmicas de crescimento e de desenvolvimento local e até regional, resultado este que, no caso português, não tem sido sempre fácil de alcançar.

A maioria dos emigrantes regressados ao nosso país tende a preencher a condição de reformados, sendo, portanto, baixa a percentagem daqueles que continuam a exercer uma actividade, como, em meados da década de oitenta, já dava conta um dos trabalhos pioneiros, em Portugal, sobre o tema da emigração e regresso (Silva *et al*, 1984). Se uma boa parte destes últimos opta por uma situação mais autónoma na profissão (isto é, prefere quebrar o vínculo de assalariado que, na maior parte das vezes, tinha antes de emigrar e que manteve no país de acolhimento), adivinhando-se daí potencialidades empreendedoras e inovadoras, a verdade é que, quase sempre, o sector de reintegração é o da actividade agrícola, dentro do qual o emigrante regressado passa a praticar, regra geral, a pequena agricultura familiar (por gosto pessoal ou para não deixar as terras ao abandono), escasseando os investimentos produtivos que visem a alteração dos métodos de produção e o conseqüente aumento da produtividade. Por outro lado,

e para aqueles cujo sector de incorporação não é o agrícola, a principal dificuldade no aproveitamento e na capitalização das suas competências individuais, prende-se com as próprias condicionantes da sociedade envolvente.

A maior parte das regiões e locais de regresso (de matriz rural e com baixo índice de competitividade) apresentam um leque bastante fechado de alternativas de empregabilidade, o que, em termos gerais, diminui as probabilidades de potenciar as capacidades produtivas desses efectivos e, no caso específico das mulheres em idade activa, origina que surja, muitas vezes, a opção pelo lar, significando, deste modo, a passagem da situação de "empregada" (condição que manteve no país de acolhimento) à de "doméstica".

A acrescentar a estes constrangimentos, deve referir-se, ainda, que os emigrantes regressados ainda activos têm revelado, em termos gerais, uma fraca propensão à inovação, independentemente do meio e do modo de integração na esfera produtiva. Apesar da maior parte das experiências emigratórias terem passado pelo contacto dos próprios com sistemas e métodos de produção, meios tecnológicos e formas de organização do trabalho mais modernas e avançadas do que aquelas que conheciam antes de emigrar, o regresso é pautado por uma enorme dificuldade de transpor esses mesmos saberes para a nova realidade. Por um lado, e como já se disse, o antigo emigrante raramente se insere na(s) mesma(s) actividades que praticou no estrangeiro (em muitos casos, fá-lo em actividades semelhantes ou iguais às que praticou antes de emigrar) e, por outro lado, a percepção que tem sobre a inovação encontra-se amplamente obliterada quer pela condição de assalariado pouco qualificado que assumiu no país de acolhimento, quer pelo seu baixo nível de instrução e qualificação profissional, ao que se

pode juntar, ainda, em várias situações, a idade avançada e o entendimento, a nível individual, de que é pouco compensatório assumir riscos de investimento ou desenvolver esforços de progressão na carreira (Portela e Nobre, 2001: 1131-1132).

Por todo este conjunto de razões, compreende-se, então, que a emigração e as experiências emigratórias, em concreto, constituam uma parte importante da análise, e que o estudo do regresso – objecto de maior atenção – não se faça à margem das mesmas. Assim, e de acordo com este entendimento, procurou-se orientar o presente trabalho em torno dos seguintes objectivos específicos:

- 1) Procurar perceber a fase inicial do processo emigratório protagonizado pela população em estudo, identificando alguns dos factores explicativos para as modalidades encontradas, de algum modo, enquadradas no conjunto dos fluxos emigratórios, sua intensidade e periodicidade;
- 2) Proceder a uma caracterização socioeconómica desses emigrantes nos países de acolhimento, associada a um quadro geral de algumas experiências individuais e familiares que marcaram o seu percurso no estrangeiro;
- 3) Caracterizar o perfil do emigrante regressado, oferecendo particular destaque a algumas variáveis que se prestem a uma perspectiva comparada com a situação do mesmo antes da partida e durante o período de permanência no país de acolhimento, procurando, assim, identificar possíveis efeitos da emigração nesse perfil;
- 4) Apurar os principais motivos do regresso aos Açores, os contextos e os intervenientes na decisão que o sustentou, e a eventual inserção prévia do mesmo num projecto migratório;

- 5) Destacar aspectos relativos às dificuldades apontadas pelo emigrante regressado no que respeita ao seu processo de reintegração na sociedade de origem.

Respeitando estes objectivos e a opção, anteriormente justificada, de se estabelecer uma relação entre emigração e regresso, a estrutura do presente trabalho divide-se em duas grandes partes (*Parte I – Rumo às Américas* e *Parte II – De Volta aos Açores*), apresentando o Capítulo 1 e o Capítulo 4 um carácter introdutório e de enquadramento a cada uma delas.

Como foi sublinhado na nota de abertura deste relatório, a análise em causa tem por base dados recolhidos pela Direcção Regional das Comunidades, com recurso a um questionário construído e aplicado pelos respectivos técnicos. A realização do inquérito decorreu entre o último trimestre de 2006 e o início do segundo trimestre de 2008, abrangendo todas as ilhas do Arquipélago. Num total de 3490 entrevistas,² foram inquiridos aqueles indivíduos que, no passado longínquo ou recente, preencheram a condição de emigrantes por um período igual ou superior a um ano, declarando terem regressado aos Açores com a intenção de aqui permanecerem. Deste grupo fizeram parte, ainda, as pessoas que partiram em criança ou em idade adolescente, acompanhadas dos pais, e que regressaram com idade igual ou superior a 18 anos, não tendo sido considerados, porém, os casos de deportação.³

Com o objectivo de se proceder a uma recolha exaustiva de informação e de casos, a selecção dos inquiridos foi feita a

² De entre estas foram validadas 3463, com a seguinte distribuição por ilhas: Santa Maria – 106 (3,1%); S. Miguel – 825 (23,8%); Terceira – 838 (24,2%); S. Jorge – 468 (13,5%); Pico – 505 (14,6%); Faial – 334 (9,6%); Graciosa – 180 (5,2%); Flores – 191 (5,5%); e Corvo – 16 (0,5%).

³ Como é sabido, o fenómeno da deportação não se enquadra na concepção de regresso.

partir quer da base de dados que a própria Direcção Regional das Comunidades possui com a identificação e os contactos dos emigrantes regressados que habitualmente procuram (ou já procuraram) os serviços prestados por este organismo, quer ainda de outras listagens fornecidas por algumas entidades concelhias e locais (câmaras municipais, juntas de freguesia, paróquias e "informantes privilegiados"). Em cada um dos fogos seleccionados para a aplicação do questionário, e uma vez que este abarca um conjunto bastante significativo de questões com respostas idênticas para os vários membros do agregado familiar, foi entrevistado apenas um dos seus elementos (de preferência um dos membros do casal), com o objectivo de evitar a provável percepção, por parte dos inquiridos, de duplicação de informação que pudesse vir a pôr em causa o completo fornecimento de respostas.

Devido a esta opção metodológica, a repartição dos inquiridos por sexos (55,5% de homens e 44,5% de mulheres) não terá uma correspondência absoluta com a da população dos emigrantes regressados aos Açores. Tanto o método de recolha de informação ("porta-a-porta") como, principalmente, as indicações que os entrevistadores possuíam de inquirirem, aleatoriamente, apenas um dos membros do agregado familiar, constituíram aspectos que contribuíram, certamente, para desfocar essa mesma distribuição por sexos. Nesta medida, a repartição obtida tenderá a dizer respeito, sobretudo, aos principais elementos do agregado familiar (o casal), deixando de fora outros (no caso de existirem) que tenham participado do movimento de regresso, como sejam, por exemplo, filhos e/ou ascendentes. Em todo o caso, não obstante as reticências que possamos colocar em termos dos valores globais, a variável Sexo não deixará de sublinhar, em alguns pontos da análise,

diferenças assinaláveis que separam homens e mulheres na sua relação com os fluxos de regresso aos Açores.

Apesar dos meios que a Direcção Regional das Comunidades disponibilizou para a obtenção de informação sobre os emigrantes regressados aos Açores, do volume de inquéritos realizados e da extensão geográfica dessa recolha, o tratamento analítico levado a cabo, a *posteriori*, não escapou a alguns condicionamentos resultantes da qualidade dos dados e de limitações de concepção quer do principal instrumento de recolha de informação (o questionário), quer do método de selecção dos inquiridos, aspectos que, ao longo dos próximos capítulos, serão oportuna e pontualmente destacados.

Em termos gerais, tais dificuldades obrigaram a que se procedesse a um trabalho exaustivo de depuração do material recolhido e de recategorização de algumas variáveis-chave do inquérito. Estes esforços acabaram por dar origem a atrasos sucessivos na obtenção dos resultados finais da análise, o que somado ao facto de o inquérito ter sido realizado durante um período de tempo relativamente longo (dois anos, sensivelmente), não permite que nos refiramos, de forma rigorosa, a uma realidade actual, ainda que, em nossa opinião, o panorama dos emigrantes regressados aos Açores não deva ter conhecido mudanças substanciais de há cinco anos a esta parte.

Importa ainda referir que não se torna possível provar estatisticamente a representatividade do vasto conjunto de casos que são tratados neste estudo e, deste modo, ter certezas sobre a extrapolação dos resultados obtidos quer para o total da população-alvo em causa, quer para cada uma das realidades de ilha. Nem os registos construídos e obtidos pela Direcção Regional das Comunidades abrangem o universo completo dos emigrantes regressados aos Açores (na sua maioria, dizem apenas

respeito àqueles que, por um qualquer motivo, recorreram aos seus serviços) nem existem outros dados estatísticos oficiais que permitam demonstrar, depois de recolhida a informação e em função das principais características dos inquiridos, a representatividade do conjunto analisado.

PARTE I

**RUMO
ÀS AMÉRICAS**

CAPÍTULO 1

TRAÇOS GERAIS DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX À ACTUALIDADE

*Gilberta Pavão Nunes Rocha
Eduardo Ferreira*

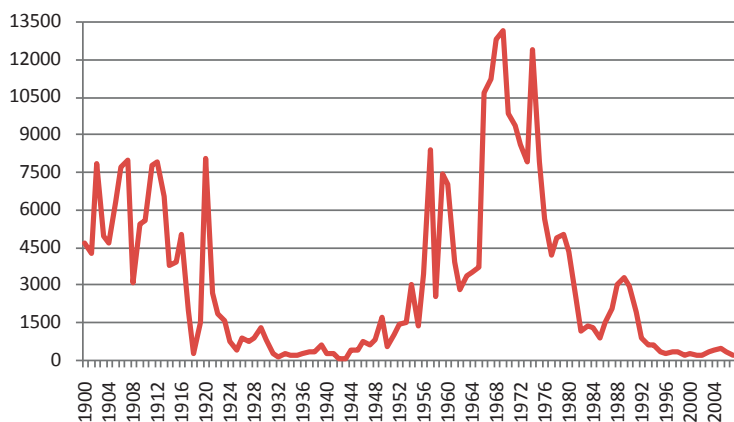
A análise dos emigrantes que têm regressado aos Açores, de alguns anos a esta parte, remete-nos, na maioria dos casos, para aqueles que saíram no último dos períodos áureos da história da emigração açoriana, designadamente, na segunda metade do século XX.

A partir da década de cinquenta até ao início dos anos oitenta, sensivelmente, a intensidade e as características dos fluxos migratórios em direcção aos Estados Unidos e ao Canadá assumiram contornos de forte intensidade no quadro dos movimentos populacionais de saída do arquipélago. Face a isto, a referência, ainda que breve, a estas duas dimensões – volumes emigratórios e destinos - dentro daquilo que são as suas linhas mais gerais, torna-se obrigatória em termos de enquadramento do fenómeno em estudo – o regresso - uma vez que não se encontrarão desligadas, nem das experiências por que passaram os emigrantes no país de acolhimento, nem do quadro onde se jogaram as motivações, a decisão, a forma e o momento escolhido para o seu regresso.

Foi a partir do início da década de cinquenta do século passado que a tendência de baixa intensidade dos fluxos de saída, que persistia desde os anos vinte, deu os primeiros sinais de viragem. Entre 1950 e 1960, saíram do arquipélago cerca

de 31 000 indivíduos, valor este que ultrapassou o triplo do registado na totalidade das décadas de trinta e quarenta, ou seja, 9 000 indivíduos (Gráfico 1.1). Se para tal contribuiu o regime de excepção concedido pelos Estados Unidos à entrada neste país de emigrantes provenientes, sobretudo, das ilhas do Faial e Pico, na sequência da situação calamitosa que resultou do Vulcão dos Capelinhos (Baganha, 1990; Marcos, 2008)⁴, o quantitativo em causa encontra-se associado também, quer ao aparecimento de um novo destino migratório para os açorianos – o Canadá –, quer às alterações legislativas verificadas nos Estados Unidos da América, como sublinharemos mais à frente.

Gráfico 1. 1 - Evolução do número de emigrantes nos Açores, 1900 - 2007



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Demográficas*, várias; Serviço Regional de Estatística dos Açores, *Demografia*, várias; Direcção Regional das Comunidades.

⁴ Este acesso encontrava-se condicionado pelas sucessivas restrições legislativas que haviam sido impostas ao longo da década de vinte (Baganha, 1990). As leis aprovadas pelo governo norte-americano em 1958, 1960 e 1961, asseguraram, no seu total, a entrada de cerca de 6 050 açorianos, através de um regime de vistos especiais (Marcos, 2008). Sobre este fluxo específico, as suas características sociodemográficas e o impacto do mesmo na dinâmica e estrutura populacionais, consulte-se, ainda, Rocha, 2007 e Madruga da Costa, 1998.

Apesar da oscilação anual, a forte intensidade das saídas é uma realidade inequívoca até ao início dos anos 20, altura em que se dá uma quebra muito acentuada, como consequência das alterações legislativas anteriormente referidas, a que se segue uma crise económica de fortes dimensões, que origina elevados níveis de desemprego nos Estados Unidos da América, o destino quase que exclusivo da emigração açoriana na época (Rocha, 2008).

Nas décadas de trinta e quarenta, o volume emigratório é bastante diminuto, raramente ultrapassando os 500 emigrantes por ano, com excepção de 1949, ano em que se registam mais de 1500 saídas. Os destinos parecem ser outros, designadamente países da América Central e do Sul (Corrêa, 2008). Os anos cinquenta são de viragem, como já foi dito, facto para o qual contribuíram, numa fase inicial, as primeiras saídas para o Canadá e, posteriormente, já no final do decénio, para os Estados Unidos da América.

O contraste é uma das características essenciais dos anos que se seguem, sendo que nos finais dos anos setenta os volumes emigratórios são relativamente semelhantes aos observados no início da década de sessenta, antes das alterações legislativas nos Estados Unidos da América que propiciaram a intensidade das entradas, em especial aquelas que tiveram lugar durante os anos compreendidos entre 1965 e 1970. O declínio que se faz sentir a partir desta última data é excepcionalmente interrompido em 1974, com um volume de saídas similar ao verificado em 1966, superior a 12 000 emigrantes. Cremos que, neste caso, por razões diferentes das verificadas nos outros anos, mais intimamente associados às alterações políticas ocorridas com o 25 de Abril desse ano. No início dos anos oitenta os quantitativos são já muito baixos, com valores anuais que oscilam entre as 1 000 e as 2 000 saídas, que sobem para as 3 000 nos finais dessa

década. No entanto, esta subida não tem continuidade no decénio seguinte, pois é ao longo dos anos noventa que observamos o menor registo anual de emigrantes do século XX, na maioria dos casos com quantitativos inferiores aos anos de trinta e quarenta, época em que nos Açores se clamava pela necessidade da saída de açorianos para o estrangeiro (Rocha, 2001; Rocha e Ferreira, 2009a). O acréscimo, atenuado, que observamos no princípio do século XXI, não parece ter continuidade ao longo da década, uma vez que os últimos anos voltam a registar uma diminuição, sendo que o valor é da ordem dos 200 emigrantes para o ano de 2007.

Deste modo, parece que vai ficando para trás o tempo da forte emigração impulsionada pelas débeis condições sociais de existência da sociedade das ilhas, assistindo-se, ao mesmo tempo, ao crescimento e valorização das comunidades de emigrantes nos principais países de receção (Rocha e Ferreira, 2009a).

As décadas de sessenta e setenta evidenciaram, na esmagadora maioria dos casos, uma emigração do tipo familiar, na qual o elemento masculino não era o principal sujeito do fenómeno, fazendo-se acompanhar pela mulher, pelos filhos, no caso de estes existirem, e, em muitas situações, pelo ascendente de um dos membros do casal, isto é, pelo pai e/ou mãe de um dos cônjuges (quase sempre, viúvo ou viúva), situação esta que facilmente decorria de uma coabitação prévia entre estes elementos. Mesmo nos casos em que não se tornava possível a saída em grupo e realizada de uma só vez, o reagrupamento familiar acabava por ocorrer, uma vez criadas previamente as condições necessárias à fixação dos restantes membros do grupo familiar no país de acolhimento (Medeiros e Madeira, 2003: 22).

As implicações deste modelo emigratório para a dinâmica demográfica das ilhas – no seu todo e para cada uma delas em particular – são já conhecidas (Rocha, 1991; 1995; 2010), dizendo

respeito, sobretudo, quer ao elevado e acelerado decréscimo populacional que os Açores conheceram durante o período em causa, quer à não compensação, em anos vindouros, do seu volume de efectivos por via da natalidade, aspecto este directamente decorrente de uma emigração jovem e familiar a que se acresce, posteriormente, um efectivo controlo dos nascimentos.

O segundo ponto que, de algum modo, também acaba por conferir especificidade à emigração açoriana - apresentando-se, inclusivamente, ao longo das várias décadas, como uma das suas características diferenciadora em relação aos fluxos que se processaram em território continental - prende-se com o facto de as saídas rumo aos principais destinos migratórios da época serem quase sempre definitivas. Durante a história da emigração açoriana, o regresso manteve um carácter mais ou menos excepcional, associado, muitas vezes, a dificuldades económicas nos países de acolhimento, como já referimos.

Associada a estas características de saída, preponderantemente definitiva e familiar era, de algum modo, generalizada a ideia de que na decisão de partida, a possibilidade de regresso estivesse ausente, facto que não é comprovado pelos inquiridos neste trabalho. Bem pelo contrário, como a seguir explicitaremos, o desejo de regresso é afirmado pela maioria dos respondentes, característica que, de resto, é usual encontrarmos na generalidade das experiências migratórias de âmbito internacional. Neste sentido, e independentemente da sua concretização, ou da falta dela, os açorianos que rumavam ao continente americano na segunda metade do século XX tinha na sua mente a possibilidade de voltar aos Açores.

Tanto as distâncias que separavam o Arquipélago dos principais territórios de acolhimento, como as contrariedades que envolveriam a re-fixação de todo o grupo familiar na terra

de onde haviam partido, não terão sido os únicos factores a contribuir para uma tendência generalizada de não concretização do regresso, independentemente de este se encontrar, ou não, presente nos projectos migratórios. Os efeitos da débil situação socioeconómica vivida nos Açores, ao longo das décadas de trinta e quarenta, acabaram por prolongar-se no tempo, fazendo com que o principal motivo da emigração açoriana, sobretudo durante os anos cinquenta e sessenta, apontasse quase sempre para a melhoria da situação social e económica dos que partiam, como, de resto, se constatará no capítulo seguinte. Não admira, pois, que, neste contexto, a perspectiva de regressar à origem sofresse de uma retracção – quase natural, diríamos – provocada pela desconfiança que os emigrantes tinham sobre uma possível melhoria das condições de vida no Arquipélago e, por conseguinte, da sua própria condição social e financeira.

Com efeito, o intervalo de tempo compreendido entre as duas Guerras Mundiais constituiu, para os Açores, um período atravessado por dificuldades de natureza distinta.⁵ Na prática, tratou-se de uma fase de grandes adversidades para a estrutura económica e social das ilhas, com reflexos reais negativos na vida quotidiana das populações, tais como a precariedade laboral, a quebra acentuada do poder de compra e o aumento generalizado das situações de pobreza (Enes, 1994: 40-46). Uma boa parte destes problemas radicavam num sector agrícola amorfo, tradicional e largamente condicionado pela estrutura da propriedade, derivando daí a carência de terra, as rendas elevadas e os baixos salários praticados na actividade. Acresce a este aspecto estrutural outros dois directamente resultantes de decisões económicas e políticas da altura. Por um lado, a retracção

⁵ Veja-se, por exemplo, algumas das intervenções feitas no âmbito do Primeiro Congresso Açoriano, realizado em Lisboa, em 1938 (AAVV, 1995 [1940]).

da economia açoriana por via de uma quebra generalizada dos preços dos principais produtos exportados, dentro de uma lógica determinada pelo Poder Central que visava privilegiar, no mercado nacional, certos bens originários do Continente e das Colónias em detrimento dos congêneres produzidos nos Açores. Por outro lado, e sendo este um factor extensível à generalidade do território nacional, deve apontar-se uma certa tendência para a contracção da despesa pública, que, durante um largo período de tempo, foi imposta pelo governo de Salazar, contribuindo, deste modo, para o agravamento do desemprego, do emprego sazonal, com consequências óbvias a nível dos salários e do poder de compra das populações, sobretudo junto dos estratos menos favorecidos (Enes, 1994: 40-46).

De resto, assistimos a uma certa ambiguidade nas decisões de política emigratória do Estado Novo, balanceando-se, por um lado, entre a necessidade das saídas de forma a conter os níveis de pobreza, de desemprego e os consequentes distúrbios sociais, bem como as vantagens financeiras das remessas e, por outro, da manutenção de um espírito nacional fortalecido, próprio da época, que impedisse a introdução de ideias e modos de vida liberais e modernizantes. Este facto é particularmente importante no caso da emigração açoriana, cujo destino principal era o continente norte-americano, em especial os Estados Unidos da América, paradigma central da referida modernidade tão contestada por Salazar e os seus apoiantes, questão que é bem explicitada no estudo de Armando Cândido (Cândido, 1952; Rocha e Ferreira, 2009b).

Somado a tudo isto, a situação demográfica que caracterizava o Arquipélago no início da segunda metade do século XX, agravava ainda mais o problema da pobreza e da falta de emprego. Entre 1930 e 1950, e em resultado da conjugação dos elevados níveis

de natalidade com valores muito baixos de emigração, a população açoriana havia aumentado de quase 254 000 para cerca de 317 000 habitantes levando a que, durante os anos cinquenta, os Açores ainda sentissem os efeitos da forte pressão demográfica, traduzida, desde logo, na questão dos excedentes de mão-de-obra (Rocha, 2008; Rocha e Ferreira, 2008). Este era, portanto, mais um factor a contribuir, em conjunto com os que atrás foram apontados, para a definição de um contexto mais amplo de incentivo à emigração em massa e até adverso ao regresso ao território de partida.

Entre 1965 e 1975, saem dos Açores mais de 215 000 pessoas, não obstante o ritmo e a intensidade dos fluxos não terem sido sempre os mesmos ao longo desse período. As saídas atingem, principalmente, a faixa etária dos 20 aos 40 anos, não distinguindo sobremaneira a condição de género dos emigrantes (Rocha, 2008: 297), o que indicia ter-se tratado, de facto, de uma emigração do tipo familiar em larga escala.

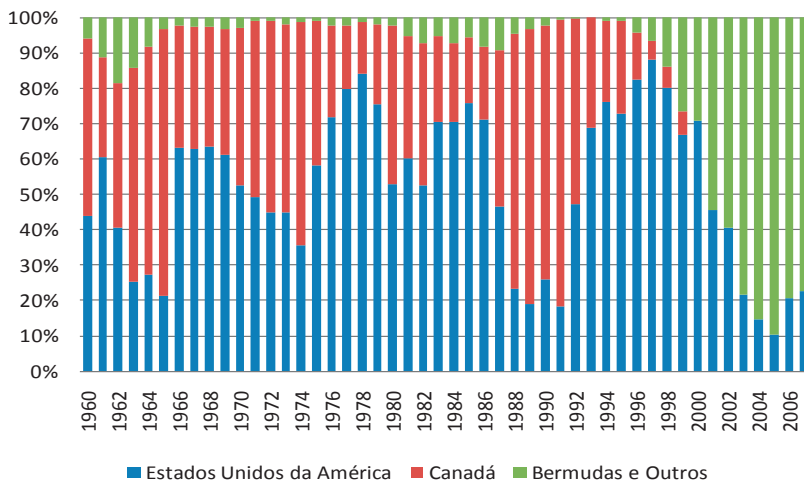
Perante o volume e as características de tais fluxos, as consequências a nível demográfico rapidamente se fizeram sentir. Entre o início dos anos sessenta e o princípio da década de oitenta, a população açoriana decresce a um ritmo bastante acentuado, invertendo, assim, a tendência anteriormente descrita. (Rocha, 2008). Numa altura em que o decréscimo da natalidade ainda não tinha encontrado afirmação junto da população do Arquipélago, a emigração foi a principal causa desse esvaziamento de efectivos, que só tende a abrandar com a estagnação dos fluxos de saída, a níveis bastante baixos, já nos anos oitenta.

Considerando, agora, os principais destinos da emigração açoriana ao longo da segunda metade do século XX, em especial a partir da década de sessenta, ainda que não ignorando outros possíveis países, sublinhamos os Estados Unidos da América e o Canadá como os principais receptores desses movimentos de

saída. Com efeito, como já tivemos oportunidades de realçar, a consolidação destes fluxos permitiu o surgimento de importantes comunidades, muitas delas tendo como elemento unificador a região, a ilha ou a localidade, e corporizando, deste modo, a ideia de uma diáspora açoriana. Estima-se que, actualmente, haja 1,5 milhões de emigrantes açorianos e seus descendentes a viver no estrangeiro (Teixeira, 2010: 196).

A observação do Gráfico 1.2 torna clara as alterações testemunhadas ao longo do extenso período balizado pelos anos de 1960 e 2007, especialmente no que toca à situação diferenciada nos destinos da emigração, que se fazem sentir a partir do final dos anos noventa. Com efeito, os Estados Unidos da América, e mais cedo ainda o Canadá, perderam a preponderância que os caracterizou durante várias décadas, permitindo que um outro destino tradicional da emigração açoriana – as Bermudas – passasse a assumir uma importância relativa maior do que aquela que, ao longo de décadas, foi apresentando no panorama geral das saídas do Arquipélago.

Gráfico 1. 2 - Países de destino da emigração açoriana, 1960-2007 (%)



Fonte: SREA (vários)

O elemento diferenciador que este destino acaba por conferir aos resultados da análise desenvolvida neste estudo, obriga a que se sublinhe, desde já, ainda que de forma um tanto ou quanto breve, algumas das suas especificidades, que posteriormente serão desenvolvidas. Apesar de ser, desde meados do século XIX, um dos principais rumos da emigração açoriana, as diferenças que o demarcam tanto dos Estados Unidos como do Canadá são substanciais. Além dos valores mais reduzidos em termos do volume e da intensidade dos fluxos, o tipo de emigração e o perfil generalizado dos emigrantes que se encontram associados aos movimentos de saída em direcção às Bermudas assumem características próprias.

Trata-se, em primeiro lugar de uma emigração passível de ser enquadrada num fluxo internacional de trabalho do tipo temporário, tendo cada ciclo migratório uma duração média de dois anos, podendo envolver, em muitos casos, um período de permanência de apenas um ano, o qual é marcado pelo termo, previamente estabelecido, do contrato de trabalho do imigrante trabalhador. Neste contexto, além da possibilidade da duração desse contrato poder ser estendida, faseadamente (por exemplo, de dois em dois anos), até ao tempo máximo de permanência de seis anos imposto por lei, a re-emigração torna-se uma prática relativamente frequente; o regresso aos Açores é, em muitos casos, também temporário, pelo que, com alguma facilidade, um novo contrato de trabalho é assinado (não obrigatoriamente com a anterior entidade empregadora) e um novo ciclo migratório se inicia. Como se compreende, o regresso, nesta situação específica tende a apresentar diferenças significativas em relação aos modelos associados a destinos como sejam o norte-americano e o canadiano. Desde logo, devido ao factor tempo de permanência, mas não só.

Além de esta ser uma experiência migratória de curta ou média duração, trata-se de uma trajectória essencialmente individual, feita, na sua esmagadora maioria, por homens em idade activa, com o objectivo de acumularem, de forma tão rápida quanto possível, o suficiente para, na maior parte dos casos, baixar os encargos com a habitação e, se possível, adquirir alguns bens a que, de outra maneira, mais dificilmente teriam acesso. A permanência do grupo familiar (designadamente a mulher e os filhos) nos Açores resulta, principalmente, das rígidas condicionantes que são impostas pela lei da imigração das Bermudas ao acompanhamento e reagrupamento familiares, agravado ainda pelo elevado custo económico que representa garantir a fixação naquele território de acolhimento de elementos do agregado familiar que não se encontrem a auferir qualquer tipo de rendimento.⁶ Isto contribui, em grande medida, para reforçar o carácter temporário do fluxo, conferir um maior grau de racionalização aos objectivos da partida; diminuir significativamente as possibilidades de os imigrantes poderem experimentar outro tipo de integração no destino que não seja pela via laboral; e acelerar, em muitos casos, o desejo de regressar.

Assim, independentemente da intensidade das saídas dos últimos anos, que é bastante diminuta, como anteriormente sublinhámos, o destino quase que exclusivo da emigração açoriana respeita agora a este pequeno território.

Por mais que possamos associar à melhoria das condições económicas experimentadas pela sociedade açoriana, ao longo das últimas décadas, a diminuição do fluxo emigratório em termos globais, a perda da importância relativa dos dois principais

⁶ Referimo-nos, sobretudo, a custos com a habitação e alimentação.

países receptores – Estados Unidos da América e Canadá – não é alheia à evolução das suas próprias condicionantes económicas, sociais e legais. Como bem demonstra a maioria dos quadros teóricos dos estudos migratórios, se as condições económicas dos países de origem são um aspecto que, de forma alguma, se possa negligenciar na análise da problemática emigratória, também não podem ser esquecidas as condições dos países de destino, facto especialmente relevante para o entendimento dos movimentos de saída a partir dos Açores. Os quadros económico, social e legal dos países de acolhimento tiveram um papel determinante na periodicidade e na intensidade dos fluxos emigratórios açorianos, e por esta via poderão também ter vindo a exercer alguma influência sobre os movimentos de regresso.

O progressivo estrangulamento da emigração açoriana para os Estados Unidos e o Canadá deverá ser lido, antes do mais, no contexto, cada vez mais actual, das políticas imigratórias que privilegiam o acolhimento de migrantes detentores de algum grau de qualificação (IOM, 2010). No que diz respeito aos Estados Unidos da América em concreto, a maior abertura da política de imigração que se verificou a partir de 1965, com o *Immigration Act*, até sensivelmente à segunda metade da década de oitenta, permitiu a saída maciça de algumas dezenas de milhar de açorianos, como foi anteriormente sublinhado. Na prática, esta importante alteração do quadro legal norte-americano, caracterizou-se pela substituição do sistema de quotas estabelecido na década de vinte (dentro do qual as autorizações para a entrada de migrantes originários de um determinado país, eram concedidas em função do peso relativo dos indivíduos oriundos dessas regiões já residentes nos Estados Unidos da América), por um outro em que é dada

preferência de entrada quer aos parentes de cidadãos norte-americanos, favorecendo, deste modo, a reunificação familiar, quer aos indivíduos que apresentavam um perfil adequado às necessidades do país em termos do mercado de trabalho.

Tais necessidades prendiam-se, nessa altura, com uma larga procura de mão-de-obra para actividades pouco qualificadas que pudessem garantir simultaneamente uma produção em massa nos sectores-chave da economia norte-americana. O critério pelo qual passou a reger-se o sistema de quotas em causa abriu as portas, deste modo, a uma larga percentagem de imigrantes oriundos dos principais países da Sul da Europa, onde prevalecia a iliteracia e os baixos níveis de qualificação, e onde, nalguns casos, como, por exemplo, o português, a política emigratória tinha passado a ser mais permissiva do que havia acontecido em décadas passadas (Baganha, 2003).⁷ Além disso, nessa altura, muitos dos candidatos a emigrantes – de entre os quais importa sublinhar o caso particular dos açorianos – tinham já parentes a residir nos Estados Unidos da América, detentores de nacionalidade americana, e que, ao abrigo da nova legislação e através de “cartas de chamada”, puderam requerer a sua vinda individualmente ou em pequenos grupos familiares.

A partir do final da década de setenta, o grau de abertura da política de imigração nos Estados Unidos aumenta ainda

⁷ M. I. Baganha (2003) assinala o período balizado pela década de cinquenta e o ano de 1974 como aquele em que o Estado Novo, durante os seus quase quarenta anos de vigência, demonstrou maior abertura em relação à política emigratória. Ainda que o nível de controle sobre os fluxos de saída permanecesse elevado – através, por exemplo, de legislação datada do início da década de sessenta (Dec. Lei n.º44: 422, de 22 de Junho de 1962) que fixava um número máximo de 30 000 saídas por ano e vedava a emigração a algumas ocupações específicas –, o Governo passou a perspectivar não só as vantagens das remessas para a receita pública e o conseqüente financiamento da guerra em África, como a oportunidade que a emigração oferecia, enquanto válvula de escape, para o escoamento de um enorme volume de população originária das zonas rurais que não tinha lugar nos principais centros urbanos do país nem no novo modelo de desenvolvimento de matriz industrialista (cf. Baganha, 2003: 3-5).

mais do que o que já havia acontecido depois da reforma de 1965, ao ponto de, durante os anos oitenta, se testemunhar um crescimento em massa da emigração ilegal e, a partir daí, se restringir o número máximo de entradas e alterar os critérios de preferência relativamente ao perfil dos imigrantes, passando a ser dada prioridade à qualificação profissional e à heterogeneidade étnica e cultural dos imigrantes (Gomes, 2001).

No caso do Canadá, país que sempre encorajou a imigração e a integração dos imigrantes, a tendência, ao longo das últimas décadas, foi a de abrir as portas não só a trabalhadores qualificados como a imigrantes empreendedores, sendo estas, de resto, as duas categorias mais expressivas no que respeita à tipologia das entradas mais recentes (Hiebert, 2008).

Além disso, a partir dos finais da década de setenta, a política imigratória deste país viu aumentar o seu grau de complexidade com a autonomia que, neste âmbito, foi sendo progressivamente conferida a cada uma das províncias. Com efeito, e contrariamente ao que se verificou nos primeiros vinte anos após o final da Grande Guerra, o Governo Federal deixou de ter a responsabilidade completa quanto à definição dos critérios de preferência do perfil das entradas e à selecção e admissão dos candidatos. A partir de 1978, ano em que surgiu o primeiro *Provincial Nominee Programm* para a província do Quebec, cada um dos territórios passaram, directamente, a tomar conta dos processos de candidatura e a definir critérios de admissão de acordo com as suas necessidades e objectivos de curto prazo; ao Governo Federal continuou a caber a definição do contingente geral da imigração, mediante consulta prévia às províncias, e a apresentação do mesmo ao Parlamento uma vez por ano (Hiebert, 2008: 33).

Nesta medida, a maior complexidade do sistema e, acima de tudo, a orientação para a admissão de imigrantes com maior nível de qualificação e objectivos empresariais, constituirão factores importantes a ter em conta quando se equaciona o quadro mais geral das causas que terão contribuído para a perda de importância relativa do Canadá enquanto um dos principais destinos da emigração açoriana. À semelhança do que atrás dissemos para os Estados Unidos, há também que considerar aqui a hipótese da inadequação generalizada das características de uma larga percentagem da população açoriana – pelo menos daquela a quem a emigração poderá ter continuado a interessar enquanto projecto individual e familiar – aos requisitos preferenciais da política imigratória definida por este país.

Relativamente às Bermudas, os contornos da relação entre as necessidades do mercado de trabalho e o quadro legal de acolhimento de estrangeiros são distintos dos anteriores. Na realidade, a economia deste pequeno território é considerada uma das mais prósperas a nível mundial, com um PIB *per capita* dos mais elevados do planeta (segundo dados do Banco Mundial), com os sectores financeiro e turísticos altamente desenvolvidos e, ainda, com uma taxa de desemprego bastante baixa. Apesar deste último aspecto, as necessidades de mão-de-obra, abrangendo um leque muito diversificado de actividades e profissões, têm sido colmatadas com recurso à imigração,⁸ pelo que, actualmente, é possível encontrar uma significativa percentagem de estrangeiros a exercer profissões para as quais são exigidos elevados níveis de qualificação, designadamente, no sector dos serviços financeiros, o que acontece em simultâneo

⁸ Em 2000, os estrangeiros a exercer actividade em território bermudiano somavam 19% do total da população empregada, sendo que em 2010 esta percentagem aumentou para 25% (*Report on the 2000 Census of Population and Housing*, Bermuda Government/ Department of Statistics, www.statistics.gov.bm/).

com outros trabalhadores imigrantes que preenchem actividades e categorias socioprofissionais menos qualificadas (Cubbon, 2005). Isto acontece, por exemplo, nos ramos da construção e da hotelaria e restauração e em determinados serviços como os de jardinagem, onde se integra a maior parte da mão-de-obra imigrante vinda dos Açores.⁹

Uma vez que as necessidades do mercado de trabalho assim o determinam, assiste-se, deste modo, à coexistência de uma imigração profissional com outra do tipo laboral, ainda que de forma condicionada no tempo, ou seja, com um elevado grau de rotatividade, num modelo diferente, por exemplo, daquele que nos habituámos a associar aos fluxos emigratórios para os Estados Unidos e o Canadá.

A política imigratória bermudiana desempenha aqui um papel crucial, restringindo a casos muito específicos a atribuição do estatuto de *residente* a indivíduos de outras nacionalidades, pelo que, na esmagadora maioria dos casos, são concedidas apenas autorizações de permanência e de trabalho que possibilitam a fixação temporária de estrangeiros (por um período máximo não superior a seis anos, como atrás foi referido) com o objectivo único de desempenharem actividades estratégicas para a economia local e em que se registre falta de mão-de-obra autóctone.¹⁰

⁹ Entre 1991 e 2001, tanto o ramo da restauração como o da construção estiveram entre aqueles que conheceram uma maior variação positiva em termos de concentração de mão-de-obra empregada – 29% e 11%, respectivamente –, ao contrário do ramo da hotelaria que conheceu um decréscimo de 22% (*Report on the 2000 Census of Population and Housing*, Bermuda Government/Department of Statistics, www.statistics.gov.bm/).

¹⁰ Sendo as Bermudas um arquipélago constituído por mais de 150 pequenas ilhas e atóis, totalizando uma área de 57 Km², e em que apenas duas delas são habitadas, esta restrição legal acaba por assentar em importantes condicionantes geo-demográficas, como sejam a reduzida área geográfica habitável e o risco do sobrepovoamento do território por via do aumento descontrolado da população residente.

Esta restrição temporal, como se percebe, assegura que os dois tipos de fluxos imigratórios permaneçam activos e que, não obstante os baixos volumes implicados, as Bermudas continuem a constituir um destino apetecível não só para portugueses, mas também para outros grupos de imigrantes, pelo menos enquanto perdurar a capacidade de absorção do mercado de trabalho demonstrada até à data.

À parte estes aspectos legais relativos especificamente à emigração para as Bermudas, e de modo a concluir o presente capítulo, torna-se importante chamar a atenção para o possível efeito que a evolução dos quadros económico e político, quer dos Estados Unidos quer do Canadá, em décadas mais recentes, poderá ter exercido sobre os fluxos de regresso aos Açores, sobretudo no que respeita ao momento escolhido pelos emigrantes para o fazerem. Embora costumemos afirmar, com alguma base científica, que o regresso tende a ser a concretização da sua inserção prévia no projecto migratório e que, em grande parte dos casos, resulta do facto de os seus protagonistas terem entrado numa nova etapa do ciclo de vida que permite pô-lo em prática, não podemos esquecer que, muitas vezes, ele é inviabilizado ou permanentemente adiado pela força dos laços familiares que entretanto se formaram no local de acolhimento. Ora, a redução da intensidade dos fluxos emigratórios a partir dos Açores, que se verificou depois da segunda metade dos anos setenta, não só impossibilitou ou interrompeu a reunificação familiar de muitos emigrantes na sociedade de acolhimento, como, do ponto de vista simbólico, poderá ter contribuído para aumentar a percepção de uma barreira maior entre a origem e o destino, fazendo crescer, deste modo, o desejo de regressar. Desejo também mais facilmente concretizável por um aumento das ligações aéreas

e contacto mais estreito possibilitado pelas novas tecnologias de comunicação.

SÍNTESE

Ao longo da segunda metade do século XX, os fluxos da emigração açoriana apresentaram como características fundamentais:

- 1) Volumes de saídas bastante elevados, segundo um ritmo de crescimento gradual a partir do início da década de cinquenta até ao princípio dos anos setenta, altura a partir da qual a tendência se inverte para, já durante a década de oitenta, dar lugar a uma estabilização do fenómeno;
- 2) O aparecimento de um novo destino emigratório – o Canadá, no início dos anos cinquenta – e a reactivação dos fluxos para os Estados Unidos da América, a partir de 1965, por via de importantes mudanças verificadas na política de imigração deste país;
- 3) A saída generalizada, para estes destinos, de Activos e Jovens, na maior parte dos casos, segundo um modelo de emigração do tipo familiar, com efeitos significativos em termos do desequilíbrio demográfico tanto do Arquipélago no seu todo, como de cada uma das ilhas em particular;
- 4) A afirmação do fluxo emigratório para as Bermudas, com características distintas dos que ligaram os Açores à América do Norte, e que, na sua esmagadora maioria, se encontra associado a saídas individuais, temporárias e realizadas, exclusivamente, por motivos de trabalho. A re-emigração é uma tendência frequente, fazendo com que o regresso seja, também em muitos casos, temporário e distinto do protagonizado pelos emigrantes vindos dos Estados Unidos ou do Canadá;

- 5) O decréscimo dos movimentos de saída a partir do início da década de setenta, motivado não só pela melhoria das condições de vida nos Açores, mas também como resultado de uma afirmação gradual das políticas de imigração selectiva por parte dos dois principais países de acolhimento dos emigrantes açorianos – os Estados Unidos e do Canadá;
- 6) No cômputo geral, o crescimento e a consolidação das comunidades emigrantes açorianas fixadas no estrangeiro, estimando-se, actualmente, que as mesmas somam 1,5 milhões de indivíduos, entre emigrantes e descendentes.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO EMIGRATÓRIO DOS REGRESSADOS

Gilberta Pavão Nunes Rocha

Derrick Mendes

Neste capítulo pretende-se dar conta de algumas das características dos emigrantes regressados que foram inquiridos neste estudo tomando em consideração, entre outros aspectos, a situação no início dos respectivos processos emigratórios, as razões de saída e os principais destinos. Vale, assim, para caracterizar os respondentes, isto é, a população que suporta esta investigação. No entanto, dada a amplitude dos que foram abrangidos e não obstante as limitações referidas na Nota Prévia, cremos que os resultados agora apresentados não deixarão de ser elementos identificadores da emigração açoriana regressada.

Assim, atendendo ao Gráfico 2.1 verifica-se que a maioria dos inquiridos – mais de metade – regressou dos Estados Unidos da América, seguindo-se os que vieram do Canadá. Os restantes países apresentam valores relativamente diminutos, facto que só pode ser compreendido, em nosso entender, no quadro dos destinos da emigração açoriana que observámos no capítulo anterior. Se compararmos a importância relativa de cada um dos destinos, quer atendendo ao volume de emigrantes, quer ao de regressados, de 1960 até à actualidade, verificam-se algumas diferenças, as quais não retiram, todavia, a relevância conhecida quanto aos principais países de emigração açoriana, conforme se pode observar no Gráfico 2.2. Com efeito, se por um lado, o Canadá se afigura

como o principal destino da emigração açoriana, são os oriundos dos Estados Unidos da América que enquadram maioritariamente o fenómeno do regresso. Embora esta constatação possa estar condicionada pela representatividade dos respondentes, cremos que ela indicia diferenças nos países de acolhimento, com situações e evoluções económicas, sociais, culturais, políticas e legislativas distintas, que poderão ter influenciado a decisão do regresso.

Gráfico 2. 1 - Países de destino dos inquiridos (%)

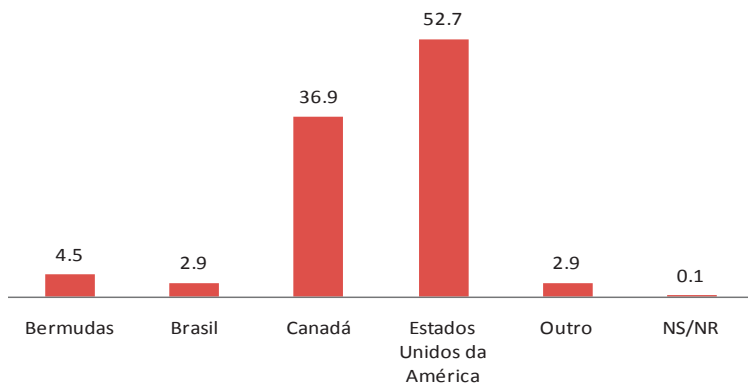
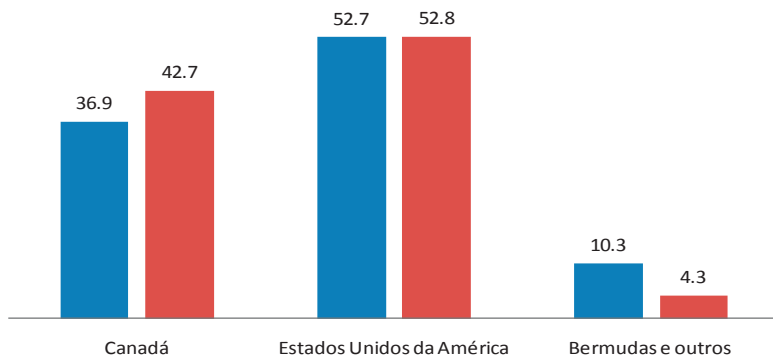


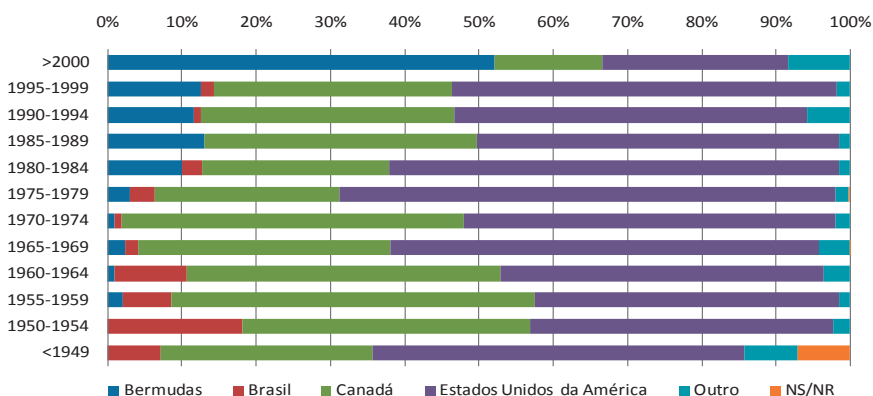
Gráfico 2. 2 - Países de destinos da emigração açoriana e dos inquiridos de 1960 a 2007 (%)



Fonte: SREA (vários)

Quando atendemos à intensidade dos fluxos de saída nos vários períodos de emigração, que apresentámos no primeiro capítulo, diferenciada por principais destinos, encontramos alguma relação com a observada nos anos de emigração dos regressados inquiridos. De facto, o Gráfico 2.3 – no qual registamos a importância relativa dos destinos dos inquiridos por grupos quinquenais – evidencia, uma vez mais, a relevância do Canadá e dos Estados Unidos em quase todo o período, sendo que a única excepção respeita aos que emigraram para as Bermudas, o que acontece fundamentalmente na primeira década do século XXI. De salientar, ainda, o caso do Brasil, que aqui se destaca, mas para o qual não conhecemos a informação estatística das saídas, mas que sabemos ter tido alguma importância na época em que estava dificultada a saída para os Estados Unidos. Este facto pode não ser alheio ao entendimento da política emigratória do Estado Novo, que privilegiava este país com um passado comum e opções políticas e ideológicas que, durante um período relativamente alargado, eram similares às existentes em Portugal (Rocha e Ferreira, 2009b). De resto, o destino brasileiro tinha tido uma forte representatividade na emigração açoriana passada, situação que só no final de oitocentos se altera, cedendo definitivamente a primazia aos Estados Unidos no início do século XX (Rocha, 2008).

Gráfico 2. 3 - Países de destino dos inquiridos por período de emigração (%)



Observando o destino por períodos de emigração não podemos deixar de estranhar os quantitativos respeitantes ao Canadá em anos anteriores a 1953, quando partiu a primeira leva de açorianos para este país. A explicação deverá estar no regresso de pessoas que inicialmente procuraram outro destino, designadamente os Estados Unidos, e que só posteriormente rumaram para terras canadianas.

Procurando um conhecimento mais pormenorizado dos regressos correspondentes aos fluxos de saída por períodos, apresentamos nos gráficos seguintes a comparação da importância relativa dos diversos quinquênios, tanto para a intensidade da emigração, como para a do regresso, o que nos permite, de algum modo, aferir o grau de representatividade da população inquirida dentro do fenómeno emigratório açoriano que caracterizou a segunda metade do século passado¹¹.

No seu conjunto, a maior diferença respeita a um regresso mais significativo daqueles que saíram do Arquipélago a partir de 1970, especialmente nos anos de 1970 a 1974, embora tenha sido no quinquénio anterior, de 1965 a 1969, que a emigração atinge a maior intensidade. Com efeito, comparando as duas curvas, verifica-se que o peso dos que saíram antes dos anos setenta é sempre superior ao do respectivo regresso, nomeadamente aqueles que emigraram entre 1955 e 1959.

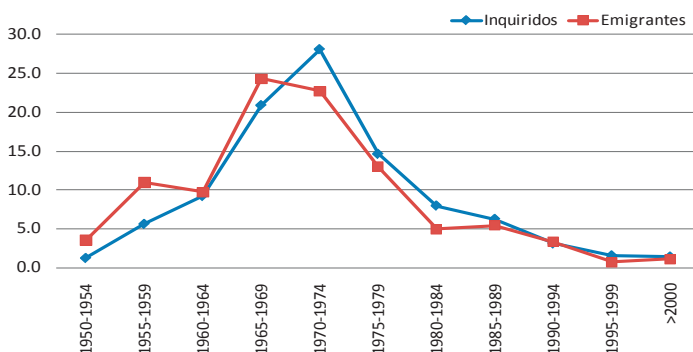
A quase sobreposição das curvas no Gráfico 2.4 indicia que, no seu conjunto, a população inquirida é representativa da realidade emigratória das últimas seis décadas. As maiores diferenças respeitam a um menor peso relativo da mesma para o período 1950-64 e à sua ligeira sobre-representação no contexto

¹¹ O não termos a totalidade dos emigrantes regressados e não sabermos a sua representatividade minimiza a importância uma análise demográfica por coortes. Neste sentido optou-se por analisar independentemente a importância relativa de cada um dos fluxos e proceder uma análise comparativa das respectivas evoluções.

das saídas verificadas entre 1970 e 1989 (especialmente nos anos de 1970 a 1974).

Neste sentido, podemos afirmar que alguns dos pontos da análise adiante realizada reflectirão, com algum grau de fiabilidade, aquele período concreto da vaga emigratória iniciada nos anos cinquenta, que tem continuidade ao longo da década de setenta e, em particular, aos anos que se seguiram ao 25 de Abril e que, entre a incerteza e a oportunidade, testemunharam a partida de muitos açorianos em direcção à América do Norte.

Gráfico 2. 4 - Países de destino da totalidade dos emigrantes e dos emigrantes inquiridos, por período de emigração (%)



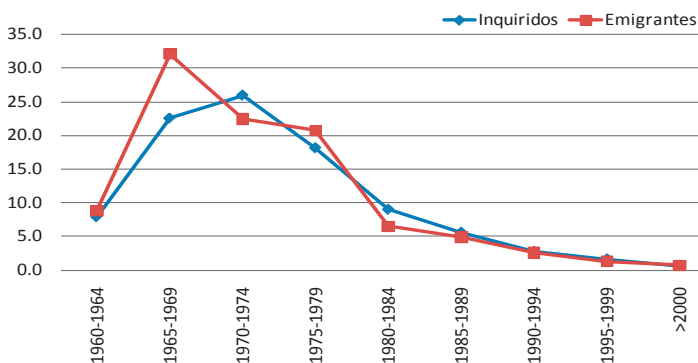
Fonte: SREA (vários)

Esta situação global encontra especial justificação quando analisamos a evolução das duas curvas nos Estados Unidos da América. Com efeito, o peso dos regressados que emigraram entre 1965 e 1970 é significativamente inferior à importância quantitativa deste anos no conjunto das saídas para este país. Algo de semelhante encontramos para os anos de 1975 a 1979, mas com uma diferença bastante mais atenuada. A situação inversa respeita, como já tínhamos observado para a totalidade dos dois

conjuntos, principalmente para o período compreendido entre 1970 e 1974 e, de forma menos relevante, para o de 1980 a 1984. A partir desta última data os valores percentuais são similares, com valores similares para os emigrantes e os emigrantes regressados.

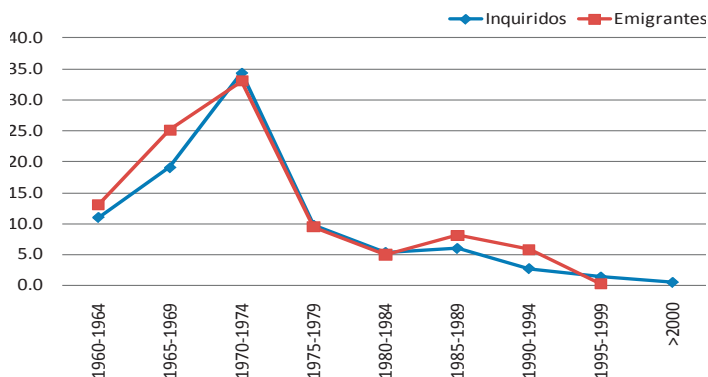
Quando analisada por países de destino, essa representatividade apresenta algumas variações. No caso dos Estados Unidos da América, o peso dos regressados que emigraram entre 1965 e 1970 (anos áureos da emigração para este país) é significativamente inferior à importância relativa do conjunto das saídas que se verificaram nesse quinquênio. Algo de semelhante encontramos para os anos de 1975 a 1979, mas com uma diferença bastante mais atenuada. A situação inversa verifica-se, como já tínhamos observado para a totalidade dos dois conjuntos, no período compreendido entre 1970 e 1974 e, de forma menos relevante, no de 1980 a 1984. A partir desta última data os valores percentuais das saídas totais são similares aos das saídas da população inquirida.

Gráfico 2. 5 - Evolução do destino Estados Unidos da América na totalidade dos emigrantes e na dos emigrantes inquiridos, por período de emigração (%)



Fonte: SREA (vários)

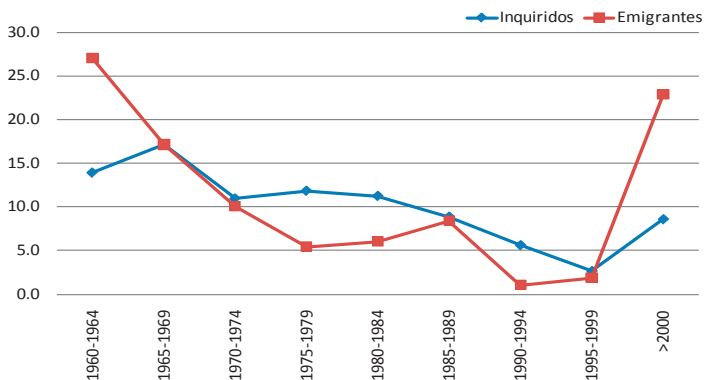
Gráfico 2. 6 - Evolução do destino Canadá na totalidade dos emigrantes e na dos emigrantes inquiridos, por período de emigração (%)



Fonte: SREA (vários)

A situação relativa ao Canadá surge bastante mais homogênea do que no caso do destino anterior, verificando-se, todavia, a mesma tendência para a sub-representação, ainda que ligeira, dos emigrantes inquiridos que partiram entre 1965 e 1969.

Gráfico 2. 7 - Evolução do destino Bermudas e Outros na totalidade dos emigrantes e na dos emigrantes inquiridos, por período de emigração (%)

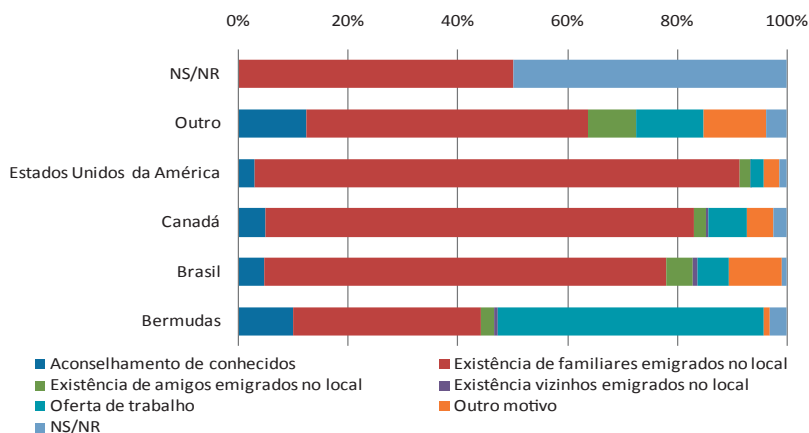


Fonte: SREA (vários)

No que se refere à emigração para as Bermudas, as diferenças são mais acentuadas. A dissimilaridade entre os pesos relativos dos dois grupos em análise faz-se notar não só durante quase todo o período que se estende entre a segunda metade dos anos setenta e meados dos anos noventa, mas, de forma mais explícita, naqueles momentos em que a importância relativa das saídas para este destino atingiu valores mais significativos, ou seja, 1960-64 e depois de 2000¹².

Também neste aspecto as Bermudas apresentam características particulares, bem distintas das observadas para os Estados Unidos da América e o Canadá e a leitura do gráfico não pode deixar de atender ao seu carácter de emigração temporária. Temos dois fluxos de emigração especialmente significativos, um correspondente aos anos de 1960 a 1964 e outro relativo aos anos mais recentes, cujos regressos têm menos intensidade do que as saídas. Todavia, eles apresentam-se relativamente homogêneos entre si, ainda que com uma quebra mais acentuada no período compreendido entre 1985 e 1995.

Gráfico 2. 8- Motivo de escolha do destino, por países (%)

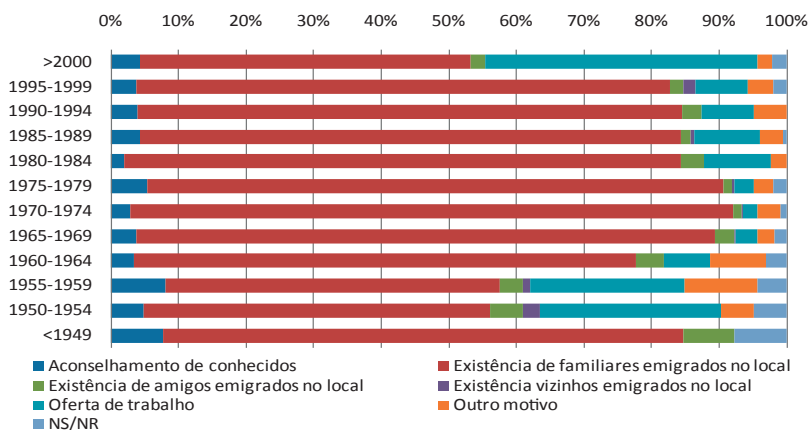


¹² De relembrar que a recolha de dados para este estudo teve início no último trimestre de 2006, estendendo-se até ao final do primeiro trimestre de 2008, facto que, possivelmente, explicará a diminuta percentagem de inquiridos que emigraram para as Bermudas depois de 2000.

Atendendo agora aos fundamentos que estiveram na base da escolha do país de destino, verifica-se a existência das mais variadas razões, ainda que um dos aspectos seja comum a toda a emigração açoriana: o facto de já existirem familiares emigrados nesses países (81,3%). É de enorme importância nos Estados Unidos, no Canadá e mesmo no Brasil, embora menos relevante nas Bermudas. Não é de negligenciar, contudo, o aconselhamento de conhecidos ou ofertas de trabalho, sendo estas últimas motivações muito importantes no caso das Bermudas, cerca de 60% das respostas, enquanto nos casos dos Estados Unidos, Brasil e Canadá os quantitativos rondam os 11%, 12% e 5%, respectivamente.

Analisando os motivos de escolha dos países de destino por períodos de emigração releva-se, uma vez mais, a existência de familiares, que atinge especial relevância entre 1965 e 1979, com valores percentuais superiores a 90%. O seu peso relativo é bastante inferior na década de cinquenta, quando se inicia a emigração para o Canadá e já neste século quando o país de acolhimento é as Bermudas.

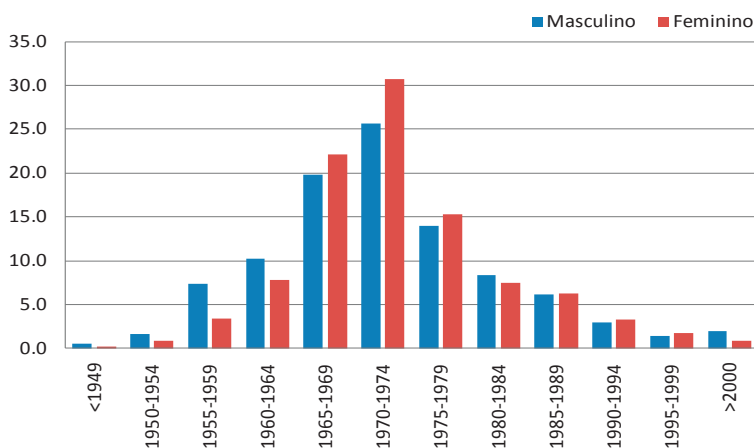
Gráfico 2. 9 - Motivo de escolha do destino, por período de emigração (%)



Neste sentido, torna-se importante sublinhar a importância das redes sociais, em especial das redes familiares, como elementos centrais na compreensão da problemática emigratória açoriana, no caso quando consideramos a continuidade dos fluxos para determinados destinos, nos quais os países do continente norte-americano são determinantes.

Quando consideramos as suas principais características demográficas no momento da partida surgem-nos duas variáveis que, em nosso entender, merecem, efectivamente, uma análise mais atenta: o sexo e estado civil. No que respeita à primeira – amplamente invocada como sendo central quando se pretende elaborar uma caracterização dos fluxos emigratórios dos Açores (Rocha, 1991; Medeiros e Madeira, 2003; 2004) verifica-se que, ao contrário do Continente português (Rato, 2001; Amaro, 1985; Poinard, 1983 entre outros) - a emigração açoriana foi, ao longo de várias décadas, sobretudo do tipo familiar, o que de algum modo pode ser confirmado através do Gráfico 2.9 no qual, independentemente das diferenças observadas nos diversos quinquênios, homens e mulheres apresentam valores relativamente próximos entre si.

Gráfico 2. 10 - Inquiridos por período de emigração e sexo (%)



Todavia, por si só, os quantitativos em causa não nos remetem para a dinâmica emigratória mas sim para a do regresso que revela uma repartição de género que pode ser distinta. Com efeito, a preponderância do regresso dos elementos do sexo feminino surge mais significativamente a partir de 1965, prolongando-se até 1980 – sendo que a variável idade parece constituir um possível elemento explicativo –, com excepção para os regressos observados a partir de 2000, onde os elementos do sexo masculino assumem alguma relevância, ainda que tenhamos de salvaguardar a pequenez de efectivos em causa. Não devemos deixar de sublinhar, uma vez mais, a metodologia adoptada no inquérito, como fizemos referência na Introdução deste estudo.

Da análise do estado civil foi-nos possível concluir que, à semelhança do registado por Medeiros e Madeira (2003; 2004) para os concelhos da Povoação e Nordeste, são os inquiridos posicionados na categoria “casados” (66%) os que mais emigraram, não deixando de reflectir, deste modo, as características da emigração açoriana aludidas inicialmente. No entanto, os valores observados nas categorias “solteiros” não são de todo negligenciáveis (32,2%). Ora, quando cruzamos as variáveis “estado civil antes da emigração” e “sexo” dos inquiridos, concluiu-se que cerca de 46% das mulheres estavam casadas aquando da partida. No caso dos “solteiros” registamos uma maior percentagem de indivíduos do sexo masculino, cerca de 59%, enquanto nas restantes categorias, apesar das repartições por sexo serem significativas, sublinhamos que estamos na presença de um reduzido número de inquiridos (n=17).

Gráfico 2. 11 - Inquiridos por estado civil antes de emigrar (%)

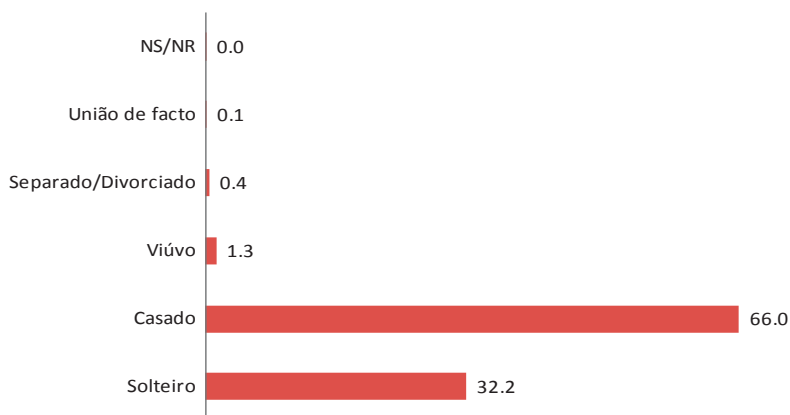
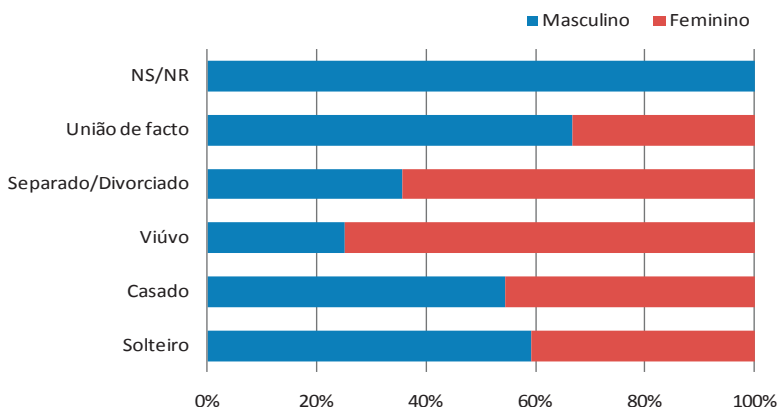
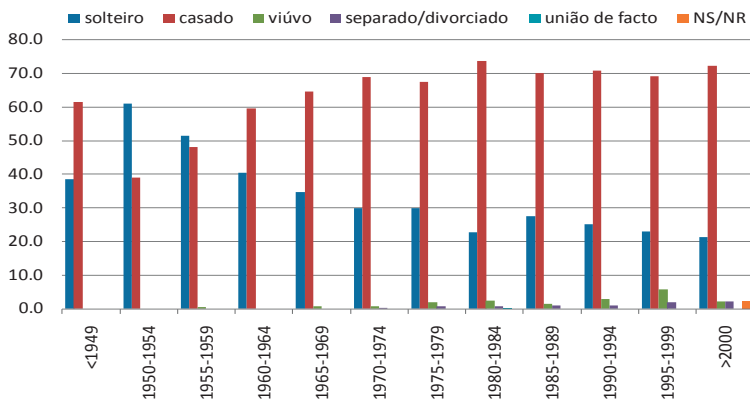


Gráfico 2. 12 - Inquiridos por estado civil antes de emigrar, por sexo (%)



Ao analisarmos estas variáveis tendo em conta o ano de emigração, observamos que a maior intensidade registada nos “solteiros” tende a diluir-se no tempo. Em sentido contrário, a percentagem de “casados” tem vindo a registar um aumento significativo ao longo dos anos, apresentando no período 1960-1964 uma percentagem da ordem dos 60% e na última década de cerca de 80%.

Gráfico 2. 13 - Inquiridos por estado civil antes de emigrar, por período de emigração (%)



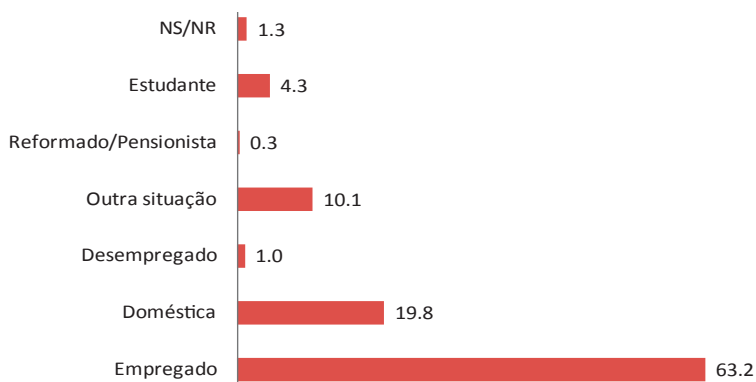
Se do ponto de vista político já foram apresentadas anteriormente algumas das alterações operadas nos Açores e nos países tradicionais da emigração açoriana, do ponto de vista económico e socioprofissional iremos, em seguida, atender a alguns aspectos que poderão ter tido igualmente influência na decisão de partir da população que posteriormente regressou aos Açores e que agora analisamos. Com efeito, a componente económica, muitas vezes condicionada por factores conjunturais das regiões de origem e de destino, tem sido um dos aspectos mais sublinhados na literatura sobre as dinâmicas migratórias internacionais. (Rocha, *et al.*, 2009; 2004; Peixoto, 2008; Portes, 2006, Chiswick, 2005 entre outros) No que diz respeito à realidade açoriana, como já foi referido, as dificuldades económicas decorrentes da existência de um tecido produtivo enfraquecido e pouco dinâmico, por vezes condicionado por constrangimentos naturais, estiveram presentes em quase todas as ilhas e lugares até ao início deste século.

No início da segunda metade do século XX, a população dos Açores dedica-se, fundamentalmente, à agricultura, é pouco qualificada, exercendo, conseqüentemente, profissões de baixo

estatuto social. Em 1965, ano que marca o princípio da grande vaga emigratória anteriormente assinalada, o Sector Primário concentrava mais de metade de metade da população activa, fazendo-se isto sentir, sobretudo, nas ilhas de menor dimensão (Fortuna, 2009: 552-553). Este panorama prolonga-se por vários anos e no final do século XX, apesar das mudanças verificadas, apresenta-se como uma das regiões menos desenvolvidas do país, também ele numa situação comparativa menos positiva, designadamente quando perspectivado na sua relação com os congéneres europeus.

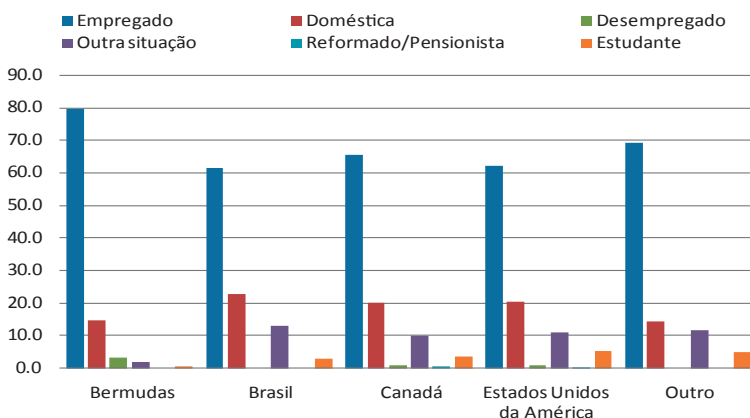
Numa análise mais circunscrita, respeitante à situação face ao trabalho dos emigrantes regressados inquiridos, verifica-se que a esmagadora maioria (63,2%) estava empregada antes de emigrar. Efectivamente, como podemos observar no Gráfico seguinte, a presença do elemento “trabalho” parece ser uma das características transversais a quase toda a população em estudo, pois a percentagem de efectivos que não trabalhavam aquando da emigração – excluindo as domésticas (19,8%) – é residual, com apenas 1% do total.

Gráfico 2. 14 - Inquiridos por situação face ao trabalho antes de emigrar (%)



Ao cruzarmos esta variável com a do país de emigração, uma das primeiras conclusões, presentes no Gráfico 2.14 e que importa sublinhar, é a de que cerca de 80% da população emigrante regressada e agora inquirida se encontrava empregada antes de emigrar para as Bermudas evidenciando, assim, as características particulares da emigração para este país. No caso dos Estados Unidos da América e do Canadá, apesar da importância registada de activos empregados ser significativa, importa destacar os cerca de 20% de domésticas que, por via de emigração em família ou de reagrupamento familiar, optaram por estes destinos.

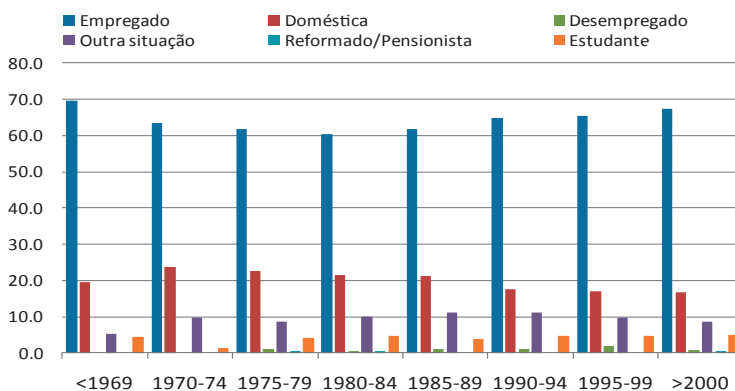
Gráfico 2. 15 - Inquiridos por situação face ao trabalho antes de emigrar, por destino de emigração (%)



Quando desagregamos estes dados por ano de emigração, um dos aspectos que se destaca é, efectivamente, o facto de os indivíduos inquiridos empregados, que optaram por emigrar, estarem significativamente representados em todo o período em análise, como podemos observar no Gráfico 2.16. É de referir que nos dois quinquénios posteriores a 1974, a tendência geral é de decréscimo dos fluxos de saída de população empregada, ainda que se mantenha acompanhada pela população doméstica. Após a primeira metade

da década de oitenta assistimos novamente ao aumento dos que se encontravam empregados, contrariamente ao que se regista na população doméstica cuja tendência é de decréscimo.

Gráfico 2. 16 - Inquiridos por situação face ao trabalho antes de emigrar, por período de emigração (%)



Estes dados adquirem outra pertinência quando consideramos a profissão exercida pelos emigrantes regressados inquiridos antes da partida. Com efeito, para além de observarmos uma forte presença de efectivos activos e empregados, verificamos que a maioria estava ligada à "Agricultura e Pescas" (52,3%), valor perfeitamente consentâneo com a realidade do Arquipélago nos períodos de maior intensidade das saídas. Ao mesmo tempo registamos que cerca de 11 % dos respondentes tinham actividade ligada ao sector da "Construção". De seguida surgem os do "Comércio e Reparação de Veículos" (6,6%) e da "Indústria" (5,9%), que recolhem uma percentagem significativa de efectivos. Numa análise por sexo, observamos que os efectivos ligados ao sector da "Agricultura e Pescas" são na sua esmagadora maioria do sexo masculino, ainda que a presença de efectivos femininos se faça sentir (7,1%), como é possível verificar no Gráfico 2.18.

Gráfico 2. 17 - Inquiridos por actividade económica antes de emigrar (%)

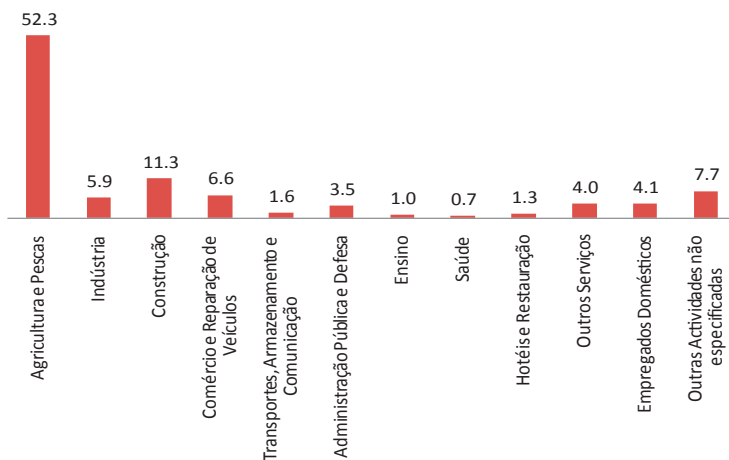
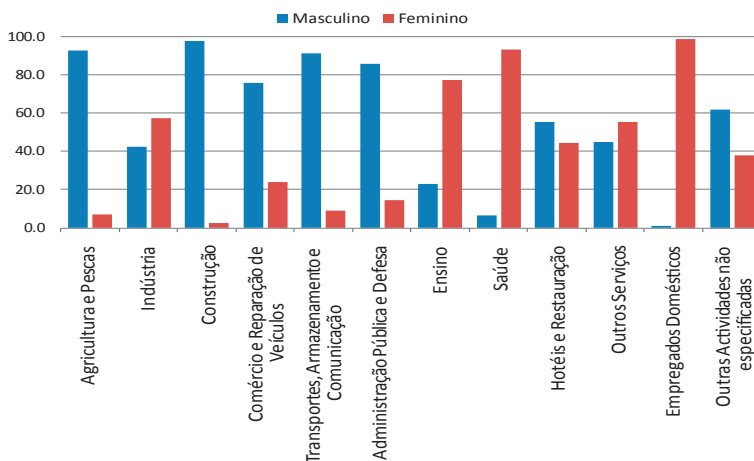


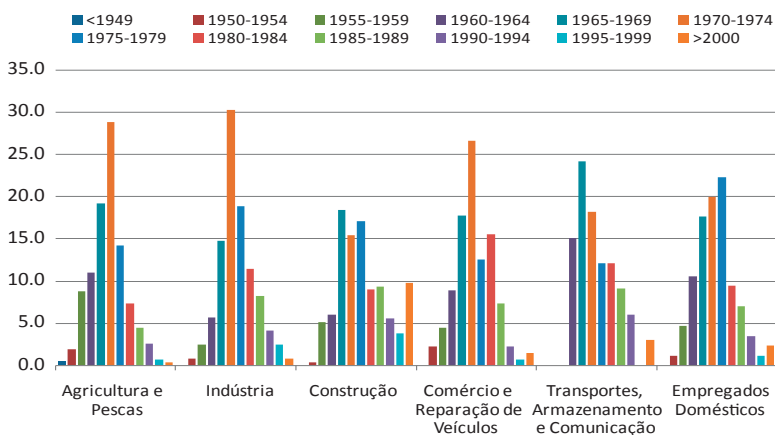
Gráfico 2. 18 - Inquiridos por actividade económica antes de emigrar e sexo (%)



Tentando, uma vez mais, um conhecimento mais pormenorizado dos inquiridos, diferenciando as actividades económicas em que se inseriam segundo o quinquénio de emigração, verificam-se algumas diferenças dignas de registo, mas que não devem ser dissociadas das alterações económicas observadas nos Açores durante todo este período e de acentuadas mudanças sociais e políticas, como já

foi referido. Um dos aspectos que, em nosso entender, parece ser transversal à população inquirida é o facto de os que se encontravam ligados à “Agricultura e Pescas”, à “Indústria” e ao “Comércio e Reparação de Veículos” terem emigrado, fundamentalmente, nos anos que antecederam a Revolução de Abril de 1974. Os anos mais recentes revelam uma compressão do número de saídas em todas as actividades, com particular destaque para a “Agricultura e Pescas” e para a “Indústria”, sendo que o sector da “Construção” se torna mais relevante na última década.

Gráfico 2. 19 - Inquiridos por actividade económica antes de emigrar, por período de emigração (%)



Tendo procedido à agregação de acordo com a Classificação Nacional das Profissões (CNP) verificamos que, como seria expectável, a categoria “Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas” regista mais de 50% de efectivos. Por outro lado, verifica-se também uma forte presença de “Operários” e “Artífices” (20,6%), categorias socioprofissionais que estão em consonância com os principais ramos de actividade apresentados anteriormente. Com efeito, no conjunto dos anos é pouco significativo o quantitativo dos

que tinham profissões mais qualificadas, aspecto que terá maior relevância quando analisado com a totalidade da população emigrada, que desconhecemos, mas também com as profissões que passaram a exercer no país de acolhimento que posteriormente referiremos.

Gráfico 2. 20 - Inquiridos por profissão antes de emigrar (%)

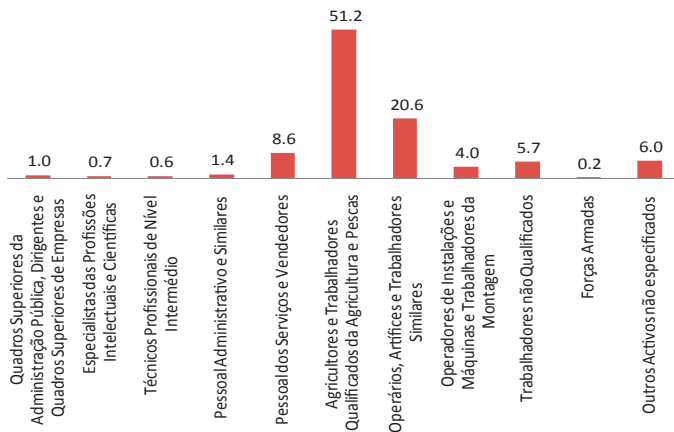
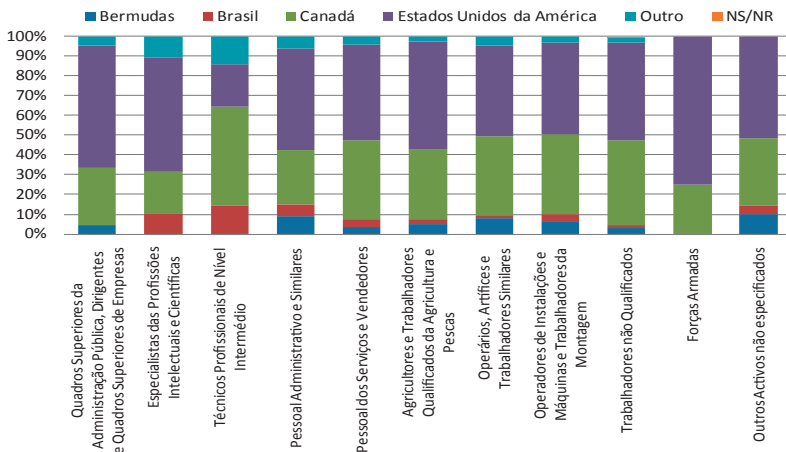


Gráfico 2. 21 - Inquiridos por profissão antes de emigrar, por destino de emigração (%)



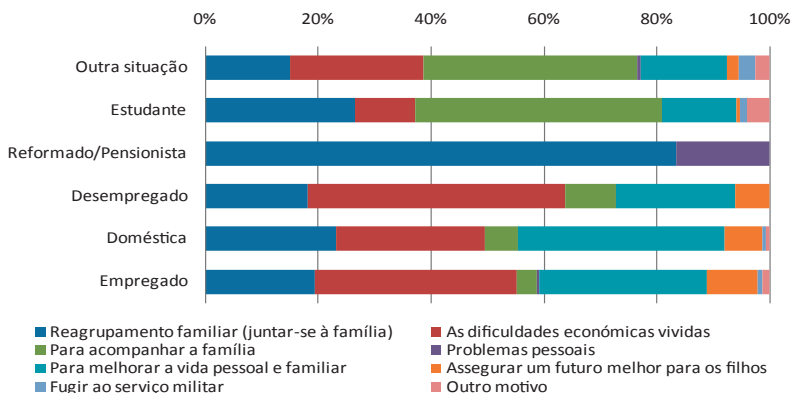
Não podendo ignorar-se a pequenez de efectivos nas profissões mais qualificadas, e o conseqüente enviesamento

estatístico, apontamos o caso daqueles que exerciam profissões intelectuais e científicas, com um total de 0,7%, que foram preponderantemente para os Estados Unidos da América, enquanto que os técnicos intermédios, com um peso relativo semelhante (0,6%) se dirigem mais para o Canadá.

Analisando estes dados tendo agora em linha de conta as principais motivações de saída segundo a situação face ao trabalho verificamos que, apesar de a maioria se encontrar empregada, os aspectos económicos estão na base da decisão de emigrar. Ou seja, as remunerações então auferidas não eram suficientes para que muitos dos açorianos tivessem uma vida condigna e com possibilidades de ascensão social. Apesar do reduzido número de efectivos presentes no grupo dos "Desempregados" o valor que o item "As dificuldades económicas vividas" recolhe não é despiciente – 45,5%. Para a mesma motivação, registamos que o grupo dos "Empregados" e das "Domésticas" são aqueles que registam os valores mais elevados – 35,8% e 26,2%, respectivamente, ainda que neste último a emigração se tenha feito, maioritariamente, na companhia do cônjuge e filhos (76,8%).

À semelhança do que efectuámos anteriormente, se considerarmos todas as motivações ligadas aos aspectos económicos, os valores variam entre os 75%, no caso dos "Empregados", e os cerca de 70%, nas "Domésticas". De registar também os cerca de 25% apresentados pelos "Estudantes". Atendendo a outras motivações, observamos que o item "Para acompanhar a família" surge com alguma relevância em todas as categorias, com particular destaque para o caso dos "Estudantes" (43,7%) e das "Domésticas" (6%) que, como seria de esperar, vem confirmar as características familiares da emigração açoriana.

Gráfico 2. 22 - Inquiridos por principal motivo para emigrar, segundo a situação face ao trabalho (%)



Numa análise por ano de emigração, para além de sobressair a componente económica subjacente ao processo emigratório, e de ser um dos seus principais aspectos transversais, o reagrupamento familiar constitui, igualmente, um importante motivo que está na base dos fluxos de saída, com particular incidência nas décadas de 80 e 90 do século passado, como é possível verificar pela análise dos gráficos seguintes.

Gráfico 2. 23 - Inquiridos por principal motivo para emigrar, segundo o período de emigração (%)

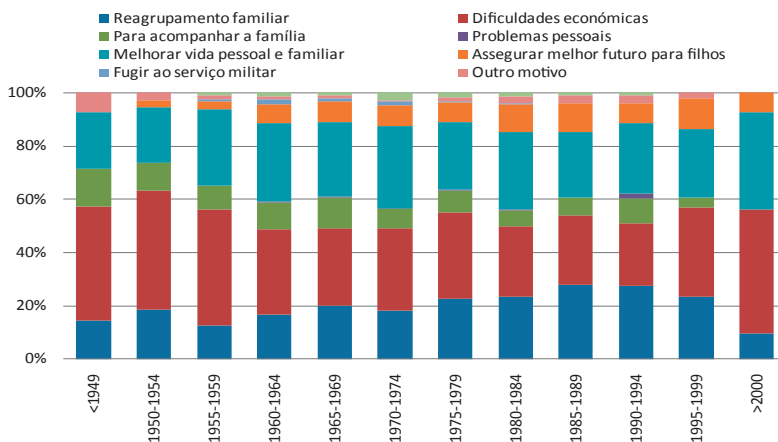
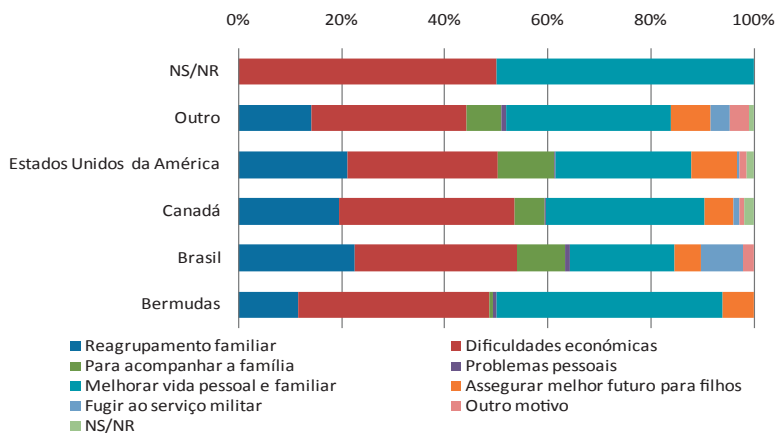


Gráfico 2. 24 - Inquiridos por principal motivo para emigrar, por países de destino (%)



A finalizar este capítulo centrar-nos-emos, agora, no processo de saída. Com efeito, os inquiridos referem maioritariamente que o início do seu processo migratório se deu através de “carta de chamada”, item que regista um quantitativo superior a 70%, valor sem paralelo quando comparado com os restantes, que atingem no máximo 9,8%, como é o caso da “emigração ilegal”. As diferenças de género são unicamente significativas no contexto do contrato de trabalho, em primeiro lugar, e na ilegalidade da saída, em segundo, pois nas cartas de chamada a repartição quantitativa entre homens e mulheres é idêntica. O contrato de trabalho atinge um valor percentual excepcional no contexto do destino Bermudas, com mais de 70%, sendo que a carta de chamada, que se lhe segue, regista apenas um valor de 16,1%, facto que não encontramos para mais nenhum destino, cuja situação mais significativa respeita a este último item.

Gráfico 2. 25 - Início do processo emigratório (%)

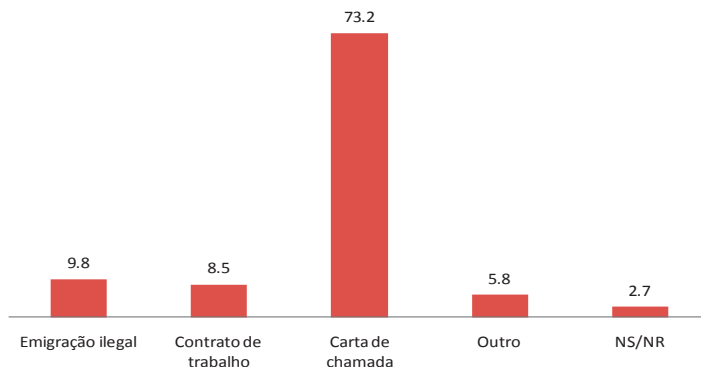
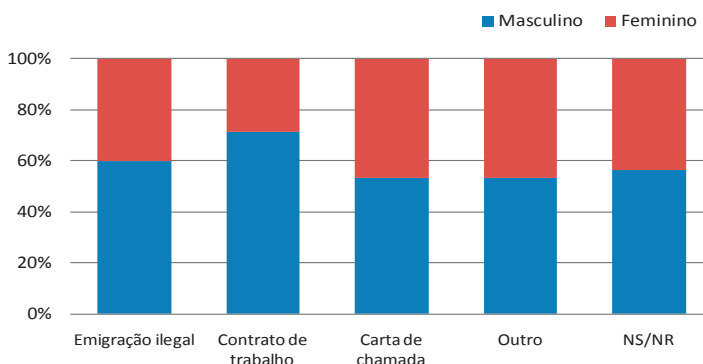


Gráfico 2. 26 - Início do processo emigratório, por sexo (%)



Os dados anteriormente apresentados devem ser analisados tendo ainda em conta os destinos e os períodos de saída. Com efeito, pela análise dos gráficos que se seguem concluímos que a “carta de chamada” foi o principal meio utilizado pelos emigrantes regressados inquiridos para deixarem os Açores rumo aos Estados Unidos (82,5%), Brasil (70,8%) e Canadá (70%), enquanto no caso das Bermudas o item “contrato de trabalho” foi o mais percentuado, indicando a natureza distinta que este destino assume no contexto emigratório do arquipélago. De relevar as percentagens de indivíduos que assinalaram o item “imigração ilegal” como sendo o principal modo de saírem dos Açores.

Gráfico 2. 27 - Início do processo emigratório para as Bermudas (%)

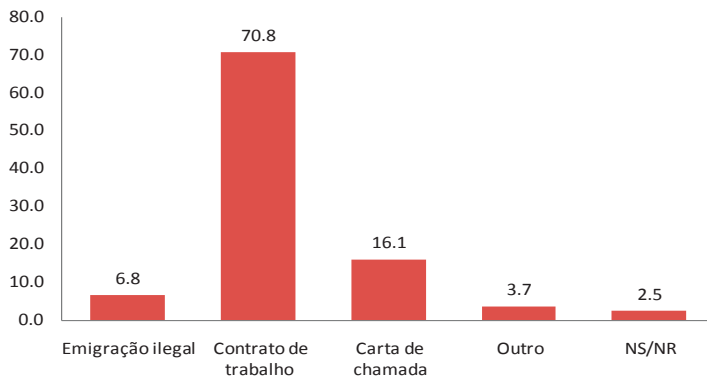


Gráfico 2. 28 - Início do processo emigratório para o Brasil (%)

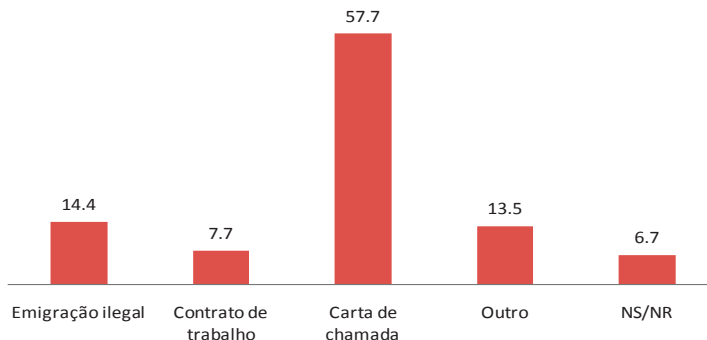


Gráfico 2. 29 - Início do processo emigratório para o Canadá (%)

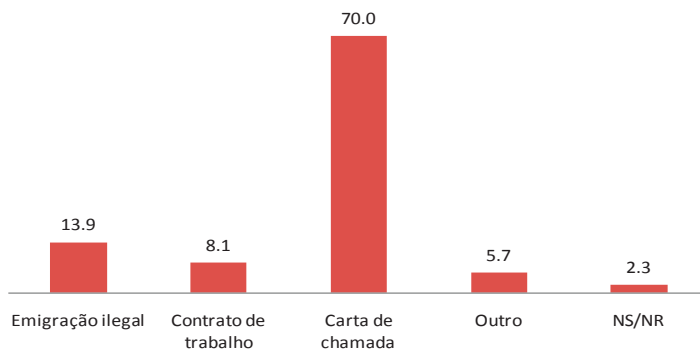
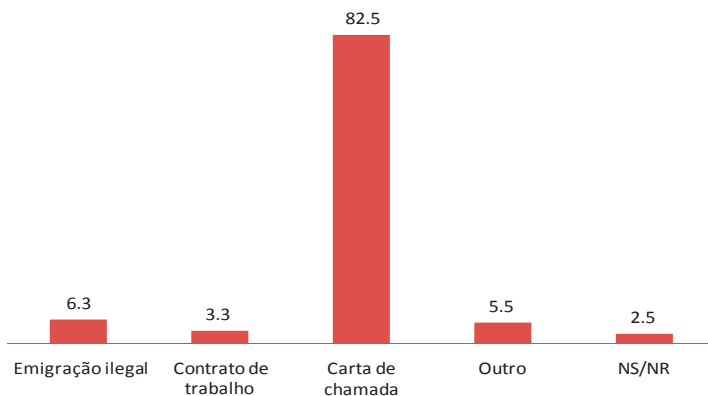


Gráfico 2. 30 - Início do processo emigratório para os Estados Unidos da América (%)

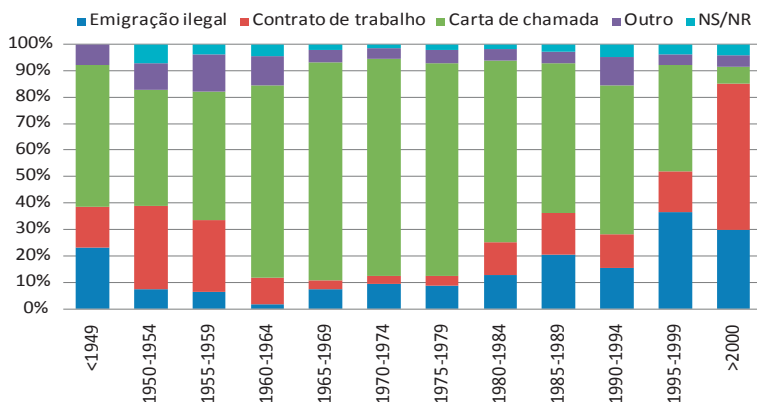


Quando analisamos as condições de saída por ano de emigração, verificamos que o “contrato de trabalho” e a “emigração ilegal” eram os principais meios utilizados até aos finais da década de cinquenta. Nas décadas seguintes, sobretudo nas de sessenta e setenta, o recurso à “carta de chamada” assume-se como preponderante, sobretudo quando consideramos os Estados Unidos e Canadá, o que está em conformidade com as alterações legislativas nos países de acolhimento que referimos no capítulo anterior. Esta tendência irá manter-se até aos inícios dos anos oitenta, altura em que observamos o aumento da importância da “emigração ilegal” e do “contrato de trabalho” e o decréscimo da “carta de chamada”.

Desde a segunda metade dos anos noventa, e ainda com maior destaque na última década, o recurso à “imigração ilegal” e ao “contrato de trabalho” parecem configurar uma alteração significativa nas condições de emigração da população açoriana quando consideramos o país de destino. Com efeito, quando analisamos os valores tendo por referência os principais destinos de emigração e o meio utilizado, verificamos que o “contrato de trabalho” representou, no período 1995-2000, cerca de 71% dos

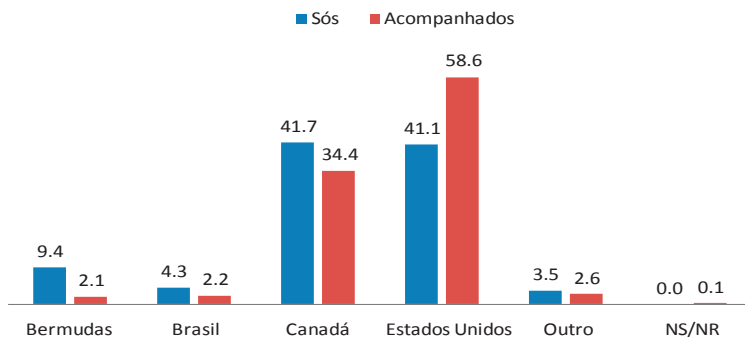
que haviam emigrado para as Bermudas, sendo que no período seguinte o valor ascende aos 96%, aliás em consonância com o já registado em períodos anteriores. No caso dos Estados Unidos da América e Canadá, para além do decréscimo no recurso à “carta de chamada”, os “contratos de trabalho” passaram a ser o meio privilegiado apontado pelos emigrantes regressados inquiridos, registando-se um aumento significativo nos anos mais recentes.

Gráfico 2. 31 - Início do processo emigratório, por período de emigração (%)



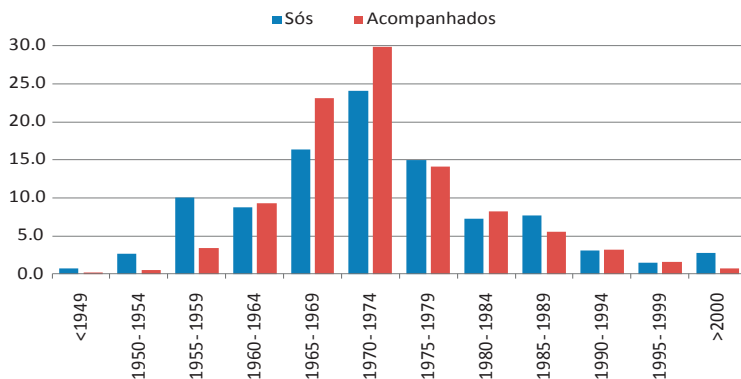
Passando a analisar o modo como este processo ocorreu, independentemente do carácter familiar que a emigração açoriana comporta, constatamos que cerca de 33% iniciou o seu percurso migratório de forma isolada. No contexto dos que emigraram sozinhos, releva-se os que escolheram o Canadá (41,7%) e os Estados Unidos da América (41,1%) como principais destinos. Esta tendência, pelo poder catalisador que ambos os países revelaram no contexto emigratório arquipelágico, foi seguida pelos que emigraram acompanhados – 34,4% e 58,6%, respectivamente.

Gráfico 2. 32 - Início do processo emigratório, por países de destino (%)



Para além do registado anteriormente, importa referir que, de acordo com a análise efectuada a partir dos dados presentes no Gráfico 2.33, a emigração de forma isolada parece ter sido a opção maioritária dos que partiram ao longo da primeira metade dos anos 50, na qual o Canadá surge preponderante. Nas décadas seguintes, registamos um aumento da percentagem dos que afirmaram terem encetado o seu percurso migratório acompanhados de familiares e/ou amigos. Nos anos mais recentes, em resultado dos destinos emigratórios – referim-nos à importância que as Bermudas assumiram no contexto açoriano –, verificamos que a opção de emigrar sozinho passou a assumir uma nova dimensão, a julgar pelos valores registados a partir de 1999.

Gráfico 2. 33 - Início do processo emigratório, por período de saída (%)



Relativamente à composição dos elementos que acompanharam os emigrantes regressados para os diferentes países de destino, verificamos que são os itens “cônjuges” e “cônjuges e filhos” os que se revelam mais percentuados reforçando, assim, uma vez mais, o carácter familiar da emigração açoriana. O facto de serem os mais referidos pelos respondentes dá, em nosso entender, uma informação complementar sobre a idade no momento da saída e que nos remete, igualmente, para o estado civil já anteriormente analisado, embora este registe quantitativos mais elevados no que respeita à saída de pessoas sós casadas. Os valores dos itens “os pais” e “outra pessoa” (em regra, amigos e familiares em 2.º grau) apresentam-se relativamente indicados, com valores a oscilarem entre os 16% e os 10,3%, respectivamente.

Atendendo, agora à variável sexo, verificamos que não existe uma situação de desigualdade clara relativamente aos acompanhantes verificando-se, no entanto, maior expressão no que respeita à consideração dos itens “cônjuges e filhos”, no caso dos homens, e “outra pessoa”, no caso das mulheres.

Gráfico 2. 34 - Início do processo emigratório, segundo o acompanhante (%)

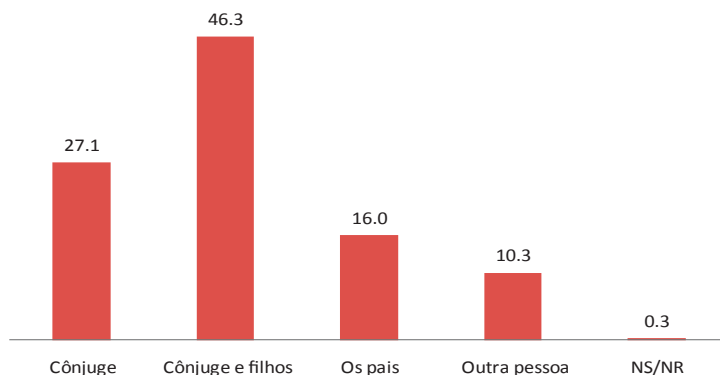


Gráfico 2. 35 - Início do processo emigratório com acompanhante, por sexo (%)

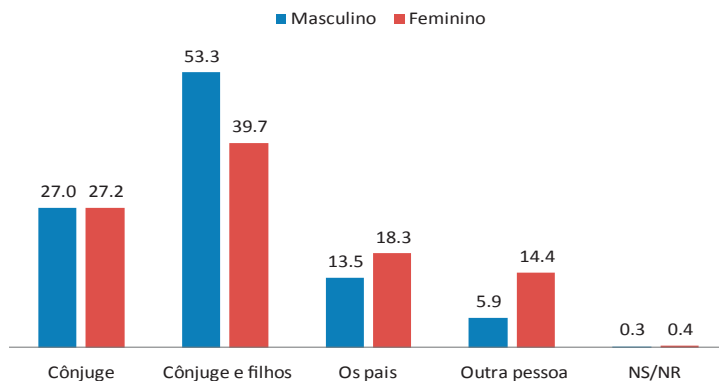
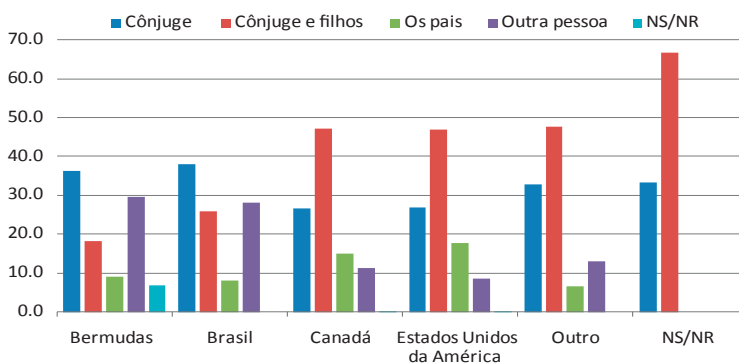


Gráfico 2. 36 - Início do processo emigratório com acompanhante, por países de destino (%)



Um outro aspecto que importa relevar a propósito do processo emigratório respeita às diferenças registadas quanto aos principais países de destino. Com efeito, se os inquiridos emigraram maioritariamente acompanhados com os respectivos cônjuges e/ou filhos o Canadá e os Estados Unidos da América destacam-se, com percentagens de 47,1% e 46,8%, respectivamente, enquanto o Brasil regista um quantitativo de 26% e as Bermudas de 18,2%. No caso dos que emigraram apenas na companhia do cônjuge

observamos que, ao contrário do registado anteriormente, o Brasil e as Bermudas são os destinos que apresentam as percentagens mais elevadas – 38% e 36,4%, respectivamente.

Das motivações expressas pelos emigrantes regressados inquiridos que partiram sós – as dos que partiram acompanhados não foi possível aferir –, importa destacar que o fizeram porque o cônjuge já se encontrava no país de acolhimento, situação que é referida por 40,8% dos respondentes. Numa análise por sexo, destaca-se o facto de serem mais as mulheres a invocarem o facto do cônjuge já se encontrar a residir no país de emigração. Nos restantes itens de resposta, verifica-se que são os homens os grandes intervenientes, ainda que se observe a presença de mulheres (15,2%) quando está em causa a necessidade de reunir condições para receber a restante família.

Gráfico 2. 37 - Motivos do início do processo emigratório não acompanhado (%)

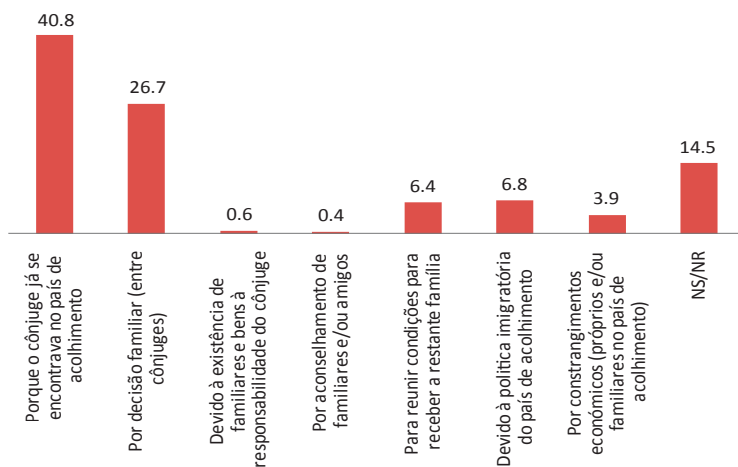
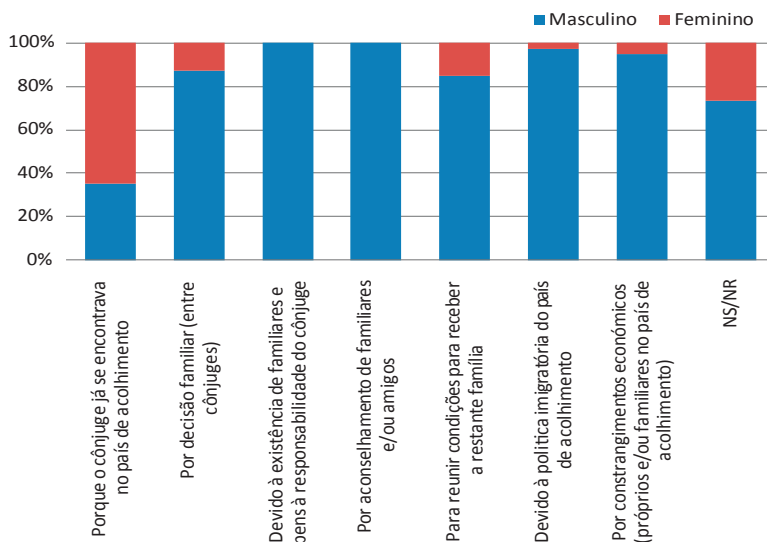


Gráfico 2. 38 - Motivos do início do processo emigratório não acompanhado, por sexo (%)

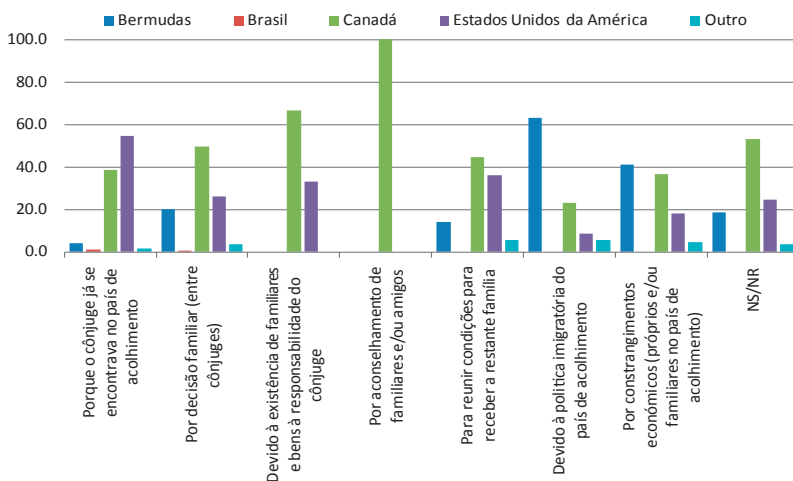


Ao cruzarmos as categorias “motivações no início do processo emigratório” e “país de destino” observamos que, do total de respondentes que emigraram não acompanhados (46,5%), o facto de os respectivos cônjuges já se encontrarem a residir no país de destino é importante. Sublinhe-se a importância percentual dos que nesta circunstância foram para os Estados Unidos da América (54,8%) e Canadá (38,7%).

Analisando ainda as motivações segundo os principais países de destino, verifica-se que as questões económicas – traduzidas no item de resposta “para reunir condições para receber a família” – surgem mais referidos no caso dos que emigraram para o Canadá e para os Estados Unidos da América, com valores de 44,4% e 36,1%, respectivamente. Ou seja, mesmo que o processo emigratório tenha ocorrido de forma individual aspira-se pelo reagrupamento familiar, traduzindo, mais uma vez, o carácter familiar da emigração açoriana

ainda que, neste caso, exista um certo desfasamento temporal. O aspecto económico assume, igualmente, outro significado quando consideramos o facto de a emigração ter ocorrido de forma solitária como resultado de constrangimentos económicos dos próprios ou dos familiares que já se encontravam a residir nos países de destino. Em súpula, estes dados permitem-nos concluir que as motivações que estiveram na base dos processos migratórios dos emigrantes regressados inquiridos estão em grande parte relacionadas com questões económicas e até familiares, sendo transversais a todos os fluxos emigratórios, independentemente do país de destino, ressalvando-se, contudo, o facto de a emigração individual ser mais expressiva no caso das Bermudas (62,9%), situação em grande parte dependente da política de imigração deste país.

Gráfico 2. 39 - Motivos do início do processo emigratório não acompanhado, por país de destino (%)



Em síntese, e embora a análise que desenvolvemos no presente capítulo diga respeito, rigorosamente, às características dos emigrantes regressados antes de partirem, julgamos que grande parte dos resultados apresentados acabam por reforçar

certos aspectos mais específicos da emigração açoriana na sua diferenciação temporal e por destino, alguns dos quais, de resto, já foram abordados no capítulo anterior. Além disso, o valor analítico desta parte concreta do estudo resulta das possibilidades de, nos capítulos seguintes, podermos construir algumas das trajectórias realizadas pelos inquiridos, desde a sua partida até à situação actual de emigrantes regressados.

SÍNTESE

O início desse percurso, designadamente no que diz respeito ao perfil dos protagonistas e às condições que antecederam o seu processo emigratório, poderá ser resumido do seguinte modo:

- 1) Cerca de 90% da população inquirida regressou dos dois principais destinos da emigração açoriana (os Estados Unidos e o Canadá), tendo os restantes vindo essencialmente das Bermudas;
- 2) Esta mesma população acaba por ser representativa das variações que a importância relativa de tais países, enquanto receptores dos fluxos açorianos, conheceu ao longo de quase seis décadas. Assim, o peso dos Estados Unidos da América é quase sempre preponderante em relação ao do Canadá, com excepção da década de cinquenta e da primeira parte da de sessenta, em que os dois países assumem proporções semelhantes em termos de captação de emigrantes açorianos, e com excepção, igualmente, das últimas duas décadas do século XX, cujo principal destino foi o arquipélago das Bermudas;
- 3) A discrepância entre a importância relativa das saídas legais que se encontram contabilizadas nas fontes oficiais e o peso dos países de regresso resultante das respostas fornecidas pelos inquiridos, indicia que

a evolução dos quadros económico, social e legal desses países, durante os últimos cinquenta anos, possa ter imprimido dinâmicas diferenciadas aos fluxos de regresso em função do local de origem dos mesmos;

- 4) Para cerca de 80% dos inquiridos, a existência de familiares emigrados, quer nos Estados Unidos da América quer no Canadá, constituiu o principal factor determinante na escolha do território de acolhimento para dar início ao processo emigratório. No que respeita à decisão pelas Bermudas, o principal factor é o da concretização de uma oferta de trabalho, através da existência de um contrato entre a entidade empregadora e o candidato a emigrante;
- 5) A repartição dos respondentes por cada um dos sexos é muito semelhante entre ambos, o que demonstra o carácter familiar que a emigração açoriana teve durante a segunda metade do último século, sobretudo a partir de 1965. Em todo o caso, e relativamente aos que emigraram antes dessa data, o peso dos homens entre os regressados faz-se sentir mais do que o das mulheres, ocorrendo o mesmo dentro do conjunto daqueles que emigraram mais recentemente (em particular, a partir de 2000) com destino às Bermudas;
- 6) Quase 70% dos inquiridos partiram dos Açores já casados, sendo que a maior parte dos casos que o fizeram na situação de solteiros é referenciável, sobretudo, à década de cinquenta. Porém, uma percentagem muito semelhante à anterior deu início ao seu processo emigratório de forma individual, o que comprova que muitos dos que, nos Açores, já tinham uma família formada, emigraram sós, tendo a ida do cônjuge e dos filhos (que, na maior parte dos casos, já existiam) ocorrido a *posteriori*. Para os que saíram acompanhados, as situações em que partiram com o cônjuge e os filhos é preponderante, assumindo menor importância a ida de outros elementos do grupo familiar, como, por exemplo, ascendentes ou colaterais;

- 7) Mais de 2/3 dos emigrantes regressados saíram do Arquipélago na situação de activos empregados, sendo ínfima a percentagem dos que, na altura, se encontravam desempregados. Na qualidade de domésticas emigraram cerca de 40% do total de mulheres inquiridas;
- 8) As actividades e profissões a que os emigrantes se dedicavam antes de partirem concentravam-se maioritariamente (em mais de 50% dos casos) no ramo da Agricultura e Pescas, sendo ainda significativa a sua presença nos subsectores da Construção, do Comércio e Reparação de Veículos e da Indústria. Desde os anos oitenta em diante, que a Construção passou a apresentar-se como o principal ramo de actividade onde se inserem os candidatos a emigrantes para as Bermudas;
- 9) Apesar da elevada percentagem de emigrantes empregados no momento anterior à partida, o motivo principal que é invocado como tendo estado na base da decisão de emigrar prende-se com as dificuldades económicas sentidas na altura e com o desejo de melhorarem a sua vida pessoal e familiar;
- 10) Mais de 70% dos inquiridos saíram dos Açores através de uma *carta de chamada*, dizendo isto respeito, quase exclusivamente, ao grosso da emigração para os Estados Unidos e o Canadá. O *contrato de trabalho*, outro dos mais usuais mecanismos iniciais do processo emigratório, é referido apenas por 10% dos emigrantes que regressaram e prende-se, na esmagadora maioria dos casos, com o fluxo para as Bermudas.

CAPÍTULO 3

EXPERIÊNCIAS EMIGRATÓRIAS

Gilberta Pavão Nunes Rocha

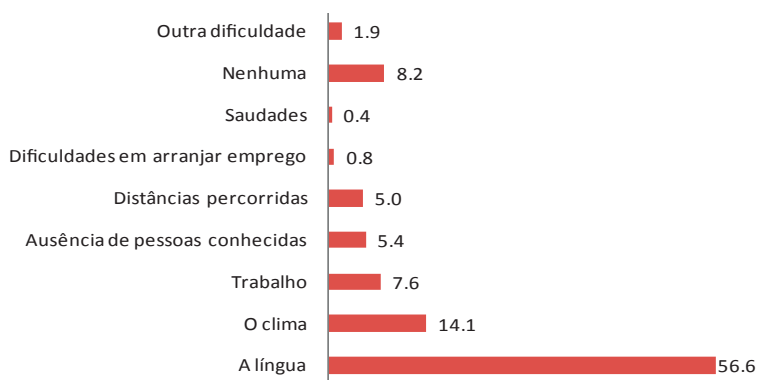
Derrick Mendes

A vivência no país de acolhimento pode ser um elemento central na decisão de regresso à região de partida dos emigrantes. Neste sentido, pretendemos neste capítulo conhecer um pouco melhor alguns aspectos da experiência que os agora regressados tiveram no país de acolhimento, quer se atenda às dificuldades à chegada, e a uma eventual superação, como ao longo da permanência, destacando ainda alguns aspectos relacionados com a actividade e o percurso profissional, bem como à integração social.

O desconhecimento da língua surge como o maior entrave referido pelos inquiridos, não se encontrando qualquer outro item que se possa comparar, pois o que segue – o clima – dista-lhe mais de quarenta pontos percentuais. De sublinhar a referência a “nenhumas” dificuldades, com um quantitativo semelhante ao referido para o “trabalho” e superior a “dificuldades de arranjar emprego”. Daqui parece-nos ser correcto inferir que uma vez ultrapassadas as dificuldades de conhecimento do idioma dos países de acolhimento, fundamentalmente, o inglês, como sabemos, a chegada a um novo país não era considerada muito difícil, principalmente no que respeita ao exercício de uma profissão. Todavia, como argumenta Almeida (2008:312ss) a propósito da aprendizagem do inglês, apesar de não ser conseguida pela maioria dos emigrantes, existem situações que poderão potenciar essa aprendizagem como seja a frequência de aulas de inglês, a

residência em comunidades onde há pouco portugueses ou, não de menor importância, a actividade profissional exercida. Por outro lado, apesar de não desenvolvermos estes aspectos uma vez que os dados recolhidos para algumas das variáveis não nos permitem uma cabal e correcta análise, não poderemos ignorar, contudo, que a aprendizagem do inglês não é um processo linear pois ele encontra-se, como refere o autor, condicionado pela época de emigração, pela idade e pelo nível de instrução detido à partida.

Gráfico 3. 1 - Principais dificuldades sentidas à chegada (%)



Ora, apesar das dificuldades encontradas pelos emigrantes à chegada poderem determinar o seu processo de integração e de adaptação aos diferentes referenciais socioculturais de acolhimento – não sendo, *a priori*, determinísticas –, a existência de redes familiares e sociais de apoio à chegada constituiu, por conseguinte, um importante elemento na facilitação desse processo. Neste sentido, a solidariedade exercida no âmbito dessas redes parece ter sido activada para cerca de 83% dos respondentes que afirmaram terem recebido apoio à chegada, relevando-se, neste caso, o item “familiares emigrados” com 82,2%. A solidariedade familiar parece ter sido mais intensa no caso dos que emigraram para o Canadá

(84,3%) e para os Estados Unidos da América (82,4%). Os valores obtidos no item "amigos emigrados" não poderá ser de todo negligenciado, pois recolhe cerca de 16% das respostas obtidas e, em termos de representatividade por países de emigração, regista 22,6% e 18,7% para as Bermudas e Brasil, respectivamente.

Gráfico 3. 2 - Principais dificuldades sentidas à chegada, por países de destino (%)

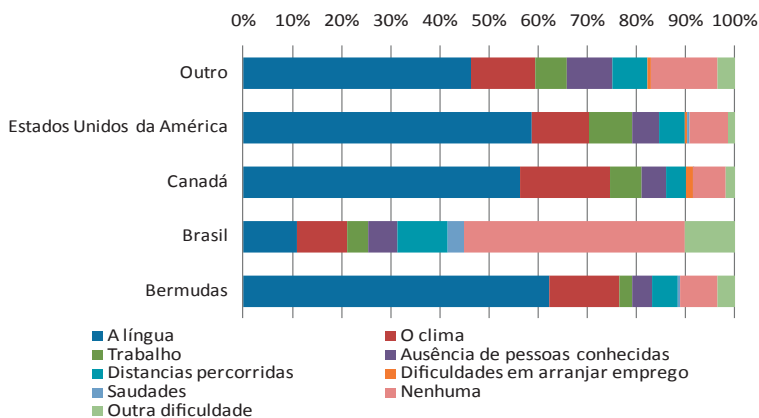
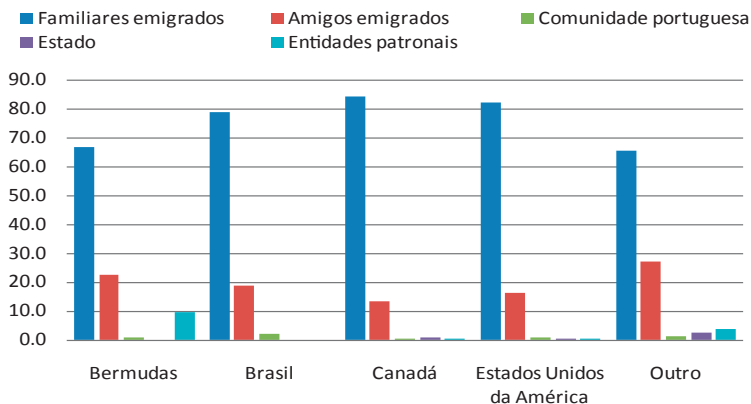


Gráfico 3. 3 - Principal origem do apoio recebido à chegada (%)



Gráfico 3. 4 - Principal tipo de apoio recebido à chegada, por países de destino (%)



Quando analisamos estes valores mais em detalhe, e procurando conhecer a natureza dos apoios recebidos, verificamos que foi sobretudo na “procura de alojamento” (44,2%) e na “procura de emprego” (41,3%) que mais se materializaram. A “ajuda económica” e “procura de escola para os filhos” surgem com valores relativamente baixos, denotando, porventura, algumas dificuldades económicas e de interacção com as instituições e seus representantes por parte dos indivíduos que prestaram apoio, cuja explicação pode estar num fraco domínio da língua inglesa. Todavia, o apoio recebido pelos familiares surge como preponderante em todos os aspectos, com excepção no contacto formal com as instituições, onde prevalece a ajuda de amigos anteriormente emigrados (66,7%). Estamos em crer que a explicação para este dado se prende com a maior probabilidade que teriam em aceder a estas mesmas instituições através das redes de conhecimento de que faziam parte amigos e conhecidos.

Gráfico 3. 5 - Principal tipo de apoio recebido à chegada (%)

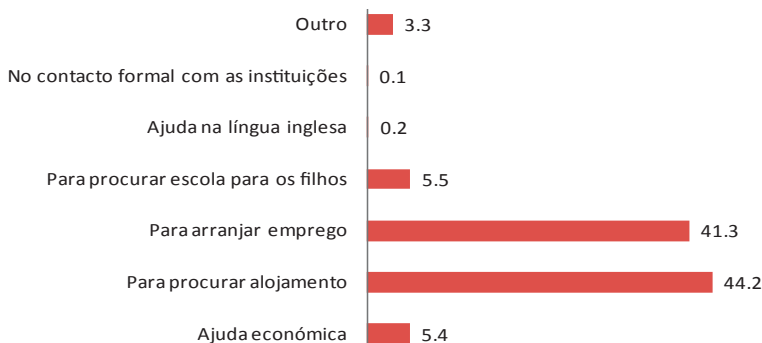
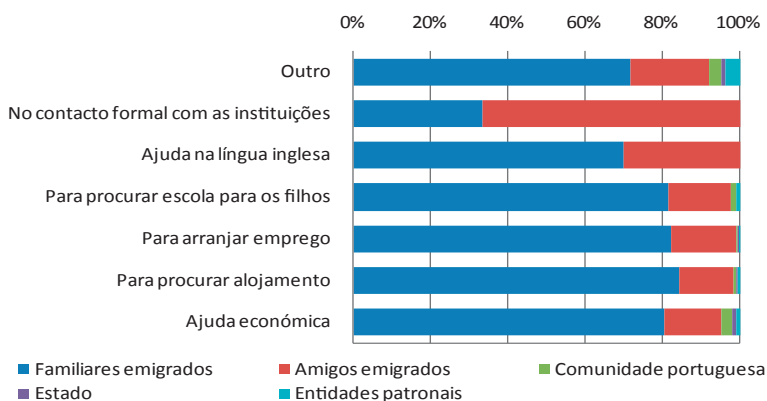


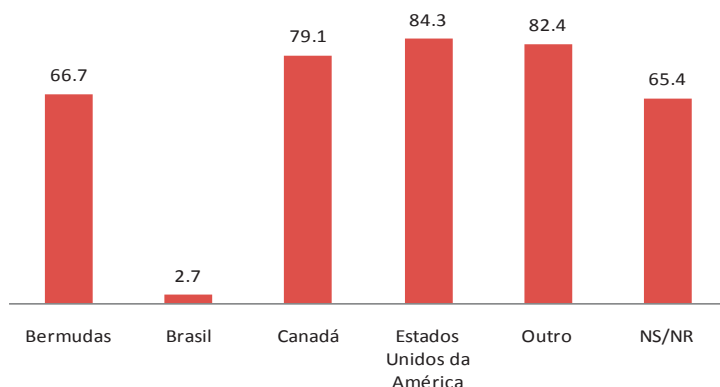
Gráfico 3. 6 - Principal tipo de apoio recebido à chegada segundo a origem do apoio (%)



Ao longo deste estudo temos vindo a dar um especial enfoque à caracterização dos vários destinos. Fizemo-lo nos capítulos anteriores, quer no que respeita à globalidade da emigração, no primeiro capítulo, quer ao início do processo emigratório dos regressados inquiridos, no segundo. Agora faremos o mesmo tendo em conta os diversos apoios, sem negligenciar a importância que a família neles detém. Assim, independentemente do diferente peso relativo dos inquiridos por principais países de emigração, verifica-se que a importância do apoio familiar é em todos eles

significativo, com quantitativos sempre superiores a 60% do total, ultrapassando os 80% no caso dos Estados Unidos. Os restantes apoios, designadamente os provenientes dos amigos emigrados, apresentam-se bastante menos importantes, com percentagens que variam, sensivelmente, entre os 14% e os 27%. Todavia, é nos países onde a família é menos referida que os amigos adquirem mais relevância, como pode ser bem exemplificado pela situação dos que regressaram das Bermudas.

Gráfico 3. 7 - Importância da ajuda dos familiares, por países de destino (%)



A Comunidade Portuguesa, entendida, assim o cremos, de uma forma organizada e institucional, é praticamente irrelevante na percepção dos respondentes. Com valores que oscilam entre 0,5% e pouco mais de 2% do total dos apoios recebidos é mais referida para aqueles inquiridos que regressaram do Brasil. As entidades patronais, com valores não muito diferentes aos referidos para a Comunidade Portuguesa, encontram uma excepção de relevo no caso das Bermudas, com quase 10% do total dos apoios dados neste destino.

Gráfico 3. 8 - Importância da ajuda dos amigos emigrados, por países de destino (%)

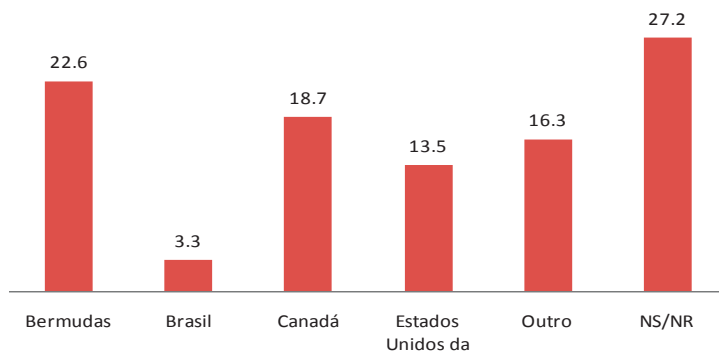


Gráfico 3. 9 - Importância da ajuda da comunidade portuguesa, por países de destino (%)

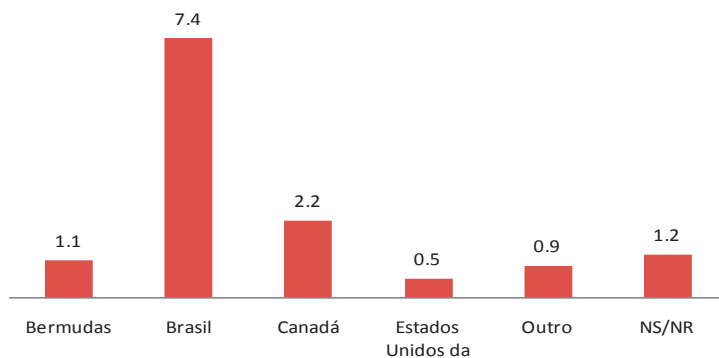


Gráfico 3. 10 - Importância da ajuda da entidade patronal, por países de destino (%)

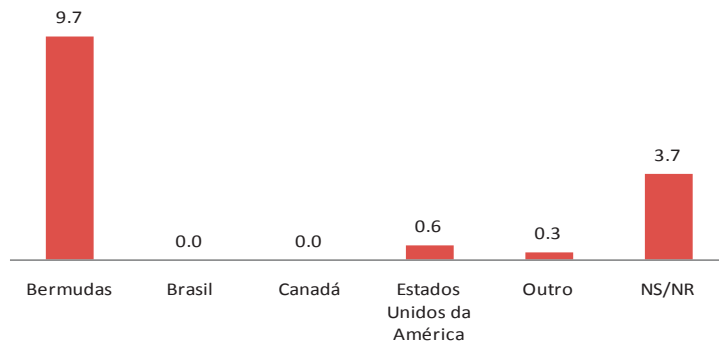
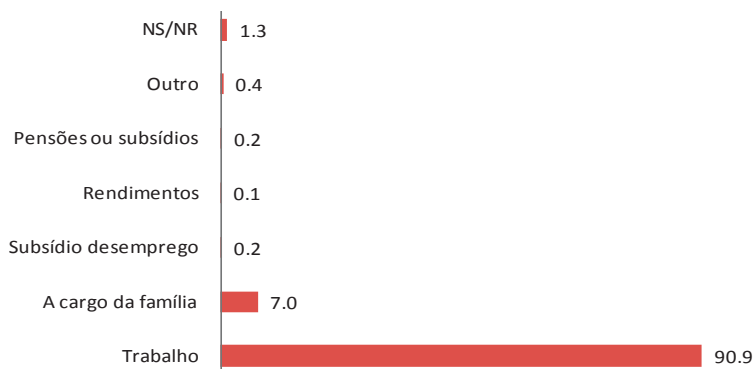


Gráfico 3. 11 - Principal meio de vida no país de destino (%)

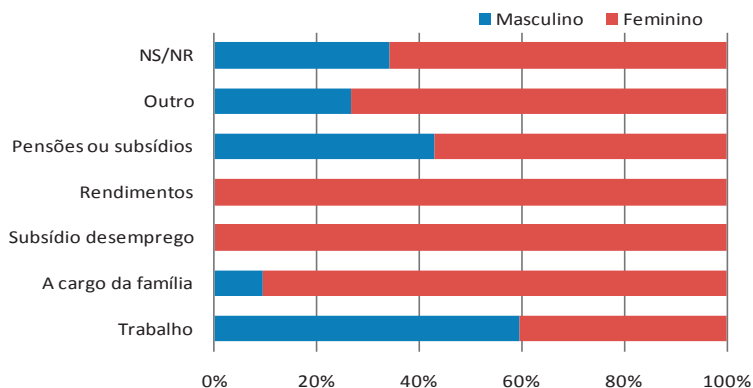


Não negligenciado o apoio prestado aos emigrantes inquiridos pelas diferentes redes sociais, essencialmente de familiares e de vizinhança, importa considerar nesta abordagem o principal meio de vida que permitiu aos emigrantes a sua permanência nos diferentes países de acolhimento. Com efeito, considerando que um dos principais factores explicativos dos movimentos migratórios de saída é de âmbito económico, os valores obtidos revelam, por conseguinte, que a procura de melhoria das condições de vida, por via do trabalho foi realçada por cerca de 91% dos inquiridos. As situações de dependência familiar ou outra são residuais e sem expressão estatística significativa. Ainda que o exercício de uma actividade profissional remunerada seja uma realidade preponderantemente masculina, não deixa de ter significado também no caso das mulheres, com valores na ordem dos 40%. No caso das que afirmaram estarem dependentes da família, o valor não deixa de ser significativo (90,5%).

Ao analisarmos estes dados por países de emigração, não obstante os elevados valores percentuais registados, ainda assim podemos encontrar algumas diferenças no que respeita à relevância do "trabalho" e do "suporte financeiro" da família. Com efeito, quando consideramos o primeiro aspecto verificamos que os Estados Unidos da América e o Canadá registam valores

da ordem dos 90%. As Bermudas e o Brasil surgem com, sensivelmente, menos de dez pontos percentuais, situação que nos parece ser compensada pelo contexto familiar e pelo apoio recebido à chegada, mais evidente no caso do Brasil (22,1%).

Gráfico 3. 12 - Principal meio de vida no país de destino, por sexo (%)



Atendendo ao suporte financeiro prestado pelos familiares, registamos que este se revela residual no caso dos Estados Unidos, Canadá e Bermudas. Assim, concluímos que a dependência económica dos inquiridos em relação aos familiares é relativamente diminuta e com pouca expressão nos principais destinos de emigração.

Gráfico 3. 13 - Importância do trabalho nos países de destino (%)

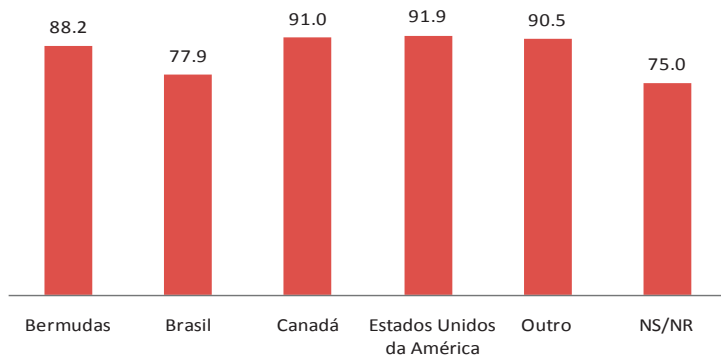
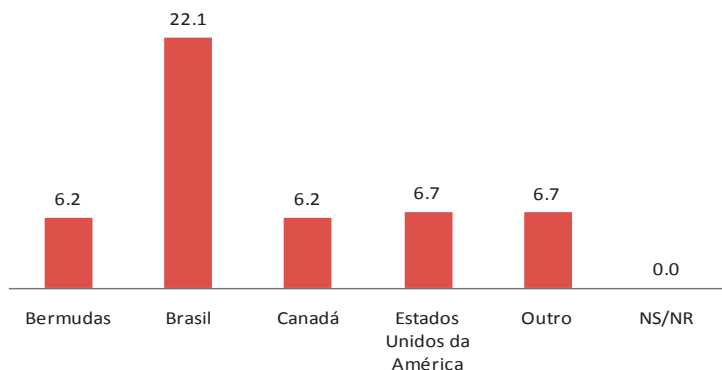
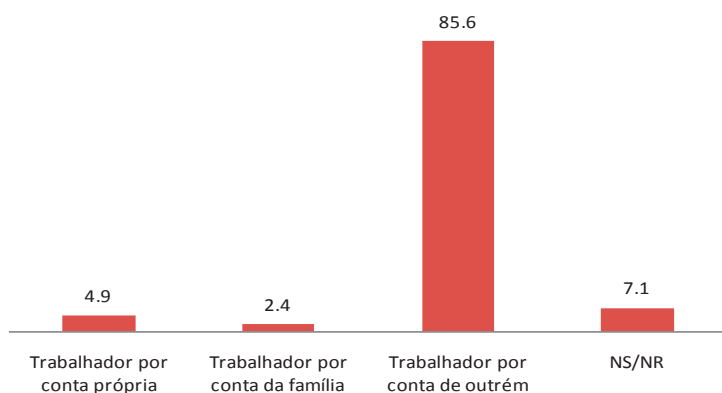


Gráfico 3. 14 - Importância do suporte financeiro da família nos países de destino (%)



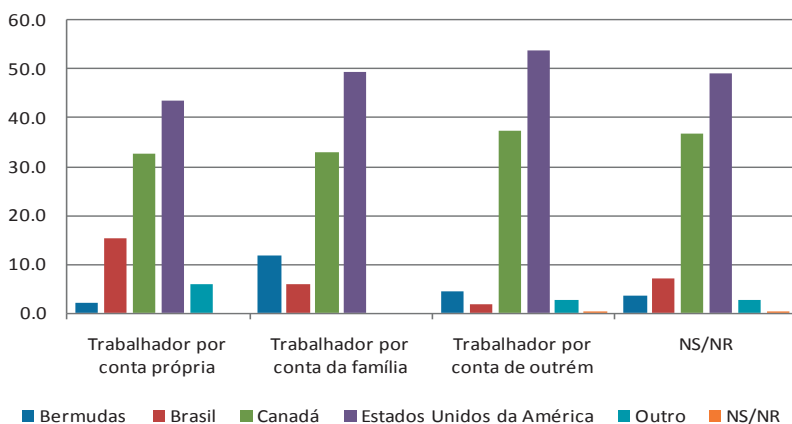
Como vimos, o factor trabalho assume bastante relevância. Ao atendermos à natureza do vínculo laboral dos inquiridos activos verificamos que mais de 85% foi preponderantemente trabalhador por conta de outrem, tendo uma fraquíssima expressão o conjunto dos que trabalharam por conta própria ou da família, conforme se constata no Gráfico 3.15.

Gráfico 3. 15 - Situação face ao trabalho no país de destino (%)



Numa distribuição por países e isolando os trabalhadores que trabalhavam por conta de outrem, verificamos que são mais os dos Estados Unidos da América que apresentam os valores mais elevados neste item, seguindo-se-lhes os do Canadá, com uma percentagem próxima dos 40%. Contudo, apesar do peso que as outras situações face ao trabalho apresentam, não deixa de ser interessante referir que o trabalho familiar assume algum significado nas Bermudas. Por outro lado, com uma diferença significativa, os valores registados dos que trabalhavam por conta própria são mais elevados no caso do Brasil situação que, de resto, não tem a mesma importância em mais nenhum dos outros países, como podemos constatar no Gráfico 3.16.

Gráfico 3. 16 - Situação face ao trabalho, por países de destino (%)



No que respeita ainda ao perfil dos inquiridos e tendo em linha de conta a actividade económica exercida, os valores observados revelam que são os sectores da "indústria" (38,7%), "construção" (16,3%) e "agricultura e pescas" (13,8%) aqueles que assumem maior importância no contexto profissional dos emigrantes. Quando comparamos estes dados com os obtidos na actividade económica

exercida nos Açores antes da emigração verificamos uma certa similitude, não em cada sector *per si* mas na capacidade de atracção que ostrês apresentam. Ora, setal poderá estar relacionado com o nível de instrução relativamente baixo que os inquiridos transportavam, não podermos excluir que a concentração nestes sectores possa ter ocorrido por via das redes sociais existentes em cada um dos vários destinos que facilitaram a sua empregabilidade, sem excluir, como é óbvio, as necessidades de trabalho dos países de acolhimento e as consequentes políticas imigratórias. Importa sublinhar, ainda, que a incorporação nestes sectores não significa, necessariamente, uma mobilidade social e, principalmente, económica descendente, antes pelo contrário, como teremos oportunidade de analisar neste ponto, quando considerarmos a aplicação das poupanças, e mais em detalhe nos capítulos seguintes.

Gráfico 3. 17 - Inquiridos por sectores de actividade no país de destino (%)

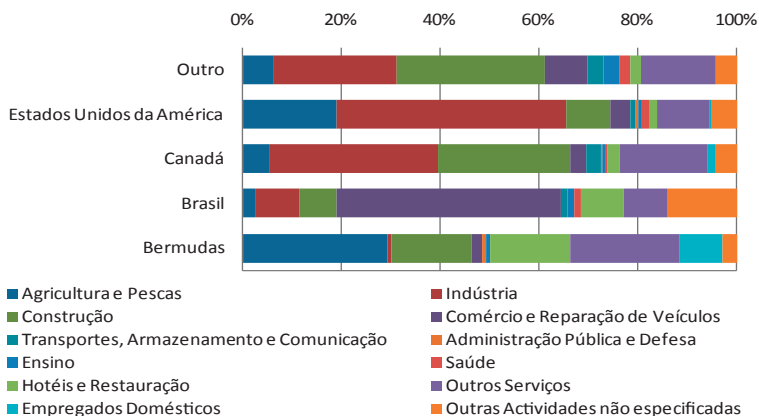


Numa repartição por países de emigração das principais actividades económicas, verificamos que a “agricultura e pescas” – essencialmente actividades relacionadas com a jardinagem – revela um importante peso nas Bermudas (29,3%), situação que apenas encontra alguma similitude, ainda assim com uma diferença

de dez pontos percentuais, nos Estados Unidos da América (19%). Todavia, neste país a “indústria” é, sem dúvida, o sector que mais se destaca apresentando em relação ao Canadá uma diferença de mais de dez pontos percentuais e sendo praticamente residual nas Bermudas. Quanto à importância do sector da “construção” observamos que ela é mais preponderante no Canadá (26,7%) e nas Bermudas (16,4%). A par destes sectores de actividade, o dos “outros serviços”, surgindo em termos globais com um peso de 13,8% na sua distribuição nos diferentes países, tem maior peso nas Bermudas (22,1%), seguindo-se o Canadá com 17,9% e, à distância de dez pontos, os Estados Unidos. Os valores observados no sector do “comércio e reparação veículos”, apesar de em termos globais registarem apenas 4,7%, são significativos no Brasil, pois representam cerca de 46% do total de actividades exercidas.

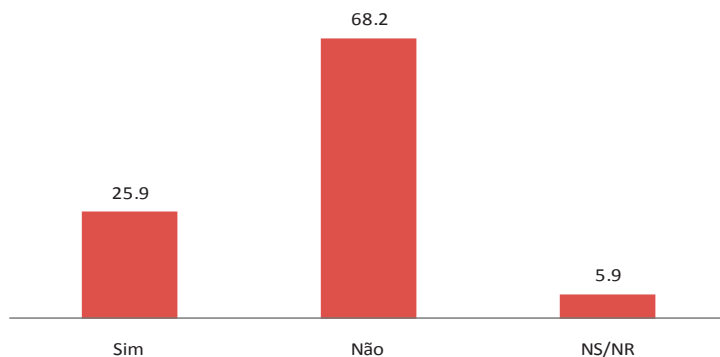
Apesar das especificidades que acabamos de apontar, centradas nas actividades preponderantes, devemos sublinhar que estas são de algum modo comuns a todos os países e com diferenças quantitativas entre elas também relativamente semelhantes, isto é, na maioria dos casos da ordem dos dez pontos percentuais.

Gráfico 3. 18 - Inquiridos por sectores de actividade e países de destino (%)



As situações que analisámos respeitam unicamente à última actividade exercida no país de acolhimento, não significando, todavia, que o inquirido a exercesse no momento imediatamente anterior ao regresso. Contudo, quando questionados sobre a possibilidade de terem desempenhado mais do que uma actividade em simultâneo, enquanto estiveram emigrados, os resultados obtidos são, a este nível, inequívocos, com cerca de 68% a afirmar que “não”. Assim, a pluriactividade não parecer ter sido, pelo menos em termos globais, uma característica desta população. Todavia, não podemos descurar desta análise os cerca de 26% que responderam positivamente, pois poderão reflectir, pelo menos em parte, aspectos como a flexibilidade do mercado laboral do país de acolhimento, a necessidade de suprir algumas dificuldades económicas sentidas ou, porventura, a vontade de acumular o mais rapidamente possível as poupanças necessárias para regressar aos Açores.

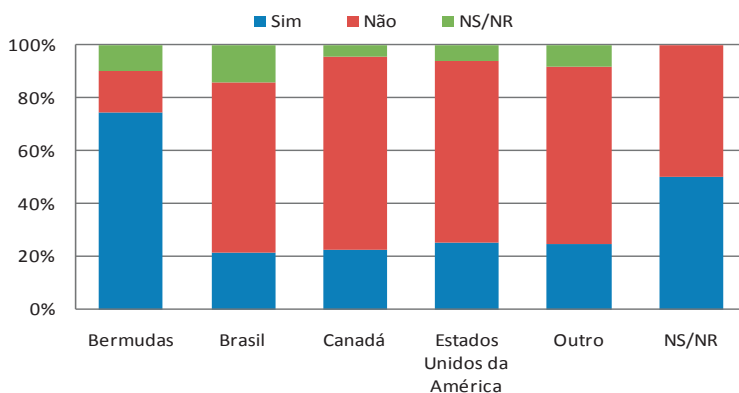
Gráfico 3. 19 - Exercício de simultâneo de mais de uma actividade económica (%)



Se é relativamente reduzido o peso global da pluriactividade, quando analisamos a distribuição por países verificamos que ela assume importâncias relativamente distintas e que importa

salientar. Assim, se nas Bermudas as situações de pluriactividade são mais frequentes (74,2%) – em parte explicável pelo tipo de emigração em questão –, no caso dos Estados Unidos, Canadá e Brasil, não deixam de ser significativas, pois ainda representam cerca de 20% em cada um destes países.

Gráfico 3. 20 - Exercício simultâneo de mais de uma actividade económica no país de emigração, por países de destino (%)



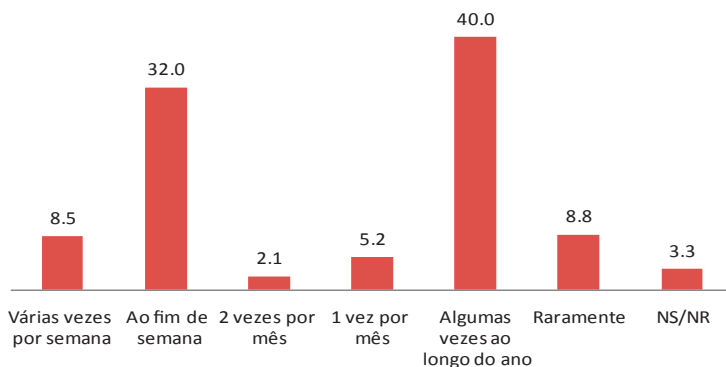
Além dos aspectos económicos e profissionais directamente relacionados com a permanência dos inquiridos nos diferentes países de emigração, que procurámos dar conta, importa agora prosseguir e considerar outros que nos permitam compreender melhor as dinâmicas socioculturais geradas ao longo do tempo de permanência. Destacamos a participação sociocultural e associativa, o acesso à língua portuguesa e o contacto com os Açores por via de viagens, como sendo aspectos que poderão ter exercido alguma influência sobre as dinâmicas de continuidade ou de ruptura entre os referenciais socioculturais de origem e os de acolhimento.

Nesta perspectiva, parece-nos pouco plausível admitir que tenham existido situações de ruptura total com os referenciais de origem. De facto, como veremos mais em pormenor, as visitas

regulares aos Açores e o acesso frequente à língua portuguesa são aspectos que, apesar das distâncias impostas pela emigração, acabaram por conferir uma lógica de continuidade e de contacto regular dos emigrantes com a terra de origem. Não significando isto que a capacidade de integração dos açorianos nas diferentes estruturas sociais de acolhimento tenha sido limitada ou condicionada por estes aspectos, a concretização do objectivo de um dia regressar aos Açores parece-nos um exemplo claro dessa dinâmica, onde, como refere Medeiros e Madeira (2004:56), “voltar à terra de origem não estava fora do horizonte desses emigrantes”.

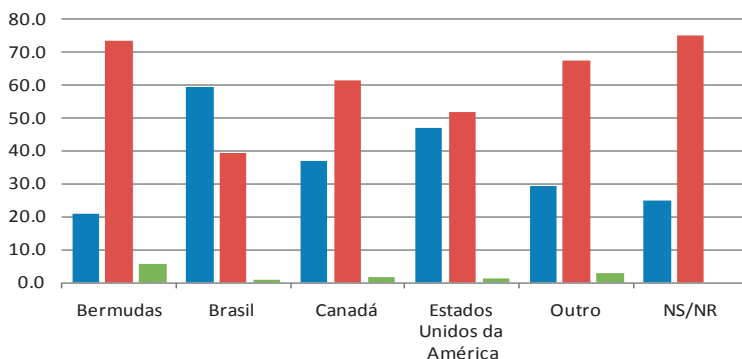
Partindo da participação associativa dos inquiridos, verificamos que esta é relativamente significativa, registando valores na ordem dos 42%. Dos que afirmaram frequentar colectividades ou associações da comunidade local estrangeira ou portuguesa não conseguimos apurar, de forma sistemática, a natureza da sua participação e em quais é que mais participavam. Todavia, observamos que, em termos de regularidade, se destacam os que afirmaram “algumas vezes ao longo do ano” (40%) e ao “fim de semana” (32%). Apesar dos valores relativamente diminutos, é de sublinhar os que frequentaram as colectividades ou associações com uma regularidade superior a uma vez por semana (8,5%).

Gráfico 3. 21 - Regularidade da participação dos inquiridos em colectividades ou associações da comunidade local (estrangeira ou portuguesa) no país de emigração (%)



Se considerarmos os países de emigração verifica-se que nas Bermudas os valores são relativamente baixos, contrastando com o que se regista no Brasil e nos Estados Unidos – 59,6% e 47%, respectivamente. Ora, destes valores não podemos dissociar, porventura, as motivações e o enquadramento legal subjacentes à permanência dos inquiridos nestes países.

Gráfico 3. 22 - Participação dos inquiridos em colectividades ou associações da comunidade local (estrangeira ou portuguesa), por países de destino (%)

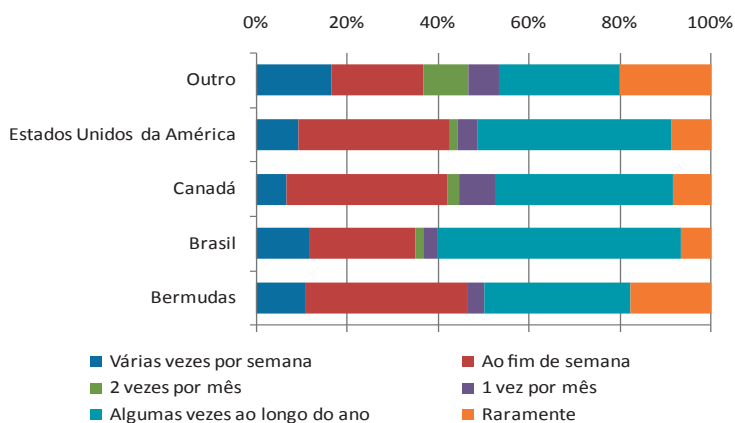


Deste modo, é de realçar o caso específico das Bermudas que, como já tivemos oportunidade de apresentar, revela especificidades próprias, quando comparadas com os restantes países, nas políticas de imigração que regulam a entrada e permanência de cidadãos estrangeiros nas suas fronteiras. Esta situação poderá ter tido interferência directa na participação associativa, a julgar pelos cerca de 70% que neste país afirmaram não frequentar qualquer colectividade ou associação. Contudo, ao consideramos a regularidade da frequência associativa verificamos que, quando comparada com a registada em outros países, a percentagem dos que afirmaram fazê-lo pelo menos uma vez por semana é relativamente elevada (46,4%),

pelo que podemos, porventura, supor que ocorra maioritariamente em associações ou colectividades da comunidade local.

Quando analisamos a regularidade da participação associativa nos outros países verificamos que nos Estados Unidos da América e Canadá a tendência geral manifestada pelos inquiridos é de o fazerem algumas vezes por ano, ainda que os que o fazem pelo menos uma vez por mês não sejam de negligenciar e resultam, em grande parte, de iniciativas organizadas pelas Casas dos Açores ou por organizações desportivas ou religiosas de índole açoriana.

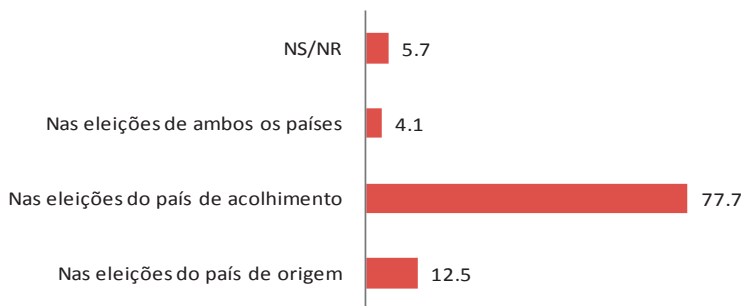
Gráfico 3. 23 - Regularidade da participação dos inquiridos em colectividades ou associações da comunidade local (estrangeira ou portuguesa), por países de destino (%)



Após termos analisado estes elementos, não podemos deixar de considerar como fundamental nesta abordagem a participação política, medida aqui através do exercício do direito de voto, quer nas eleições dos países de acolhimento, quer de Portugal ou de ambos. Ainda que não seja o único indicador da integração e participação dos emigrantes nas diferentes estruturas sociais e políticas dos vários países de acolhimento e

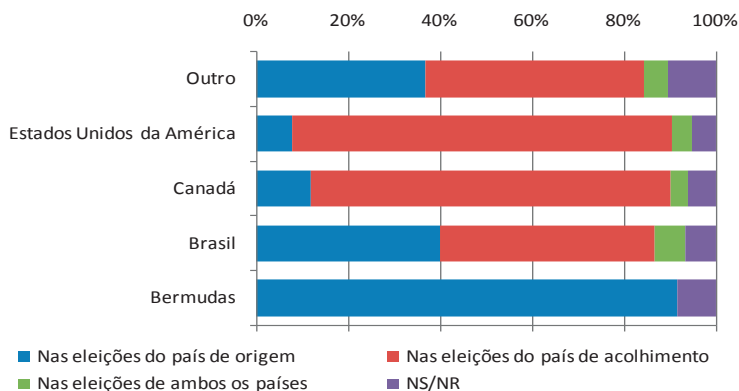
da ligação que mantêm com as de Portugal e dos Açores permite mais algum conhecimento do seu grau de integração, por um lado, e de relacionamento com a terra de origem, por outro.

Gráfico 3. 24 - Inquiridos segundo o exercício do direito de voto (%)



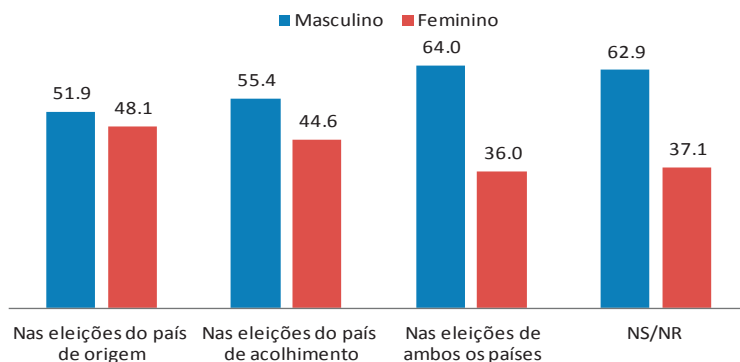
Assim, os dados obtidos na variável “exercício do direito de voto” revelam que 82,2% dos inquiridos afirmaram que nunca o fizeram enquanto estiveram emigrados, valor que não deixa de ser elucidativo, em certo grau, do alheamento da população em relação à política e ao exercício de um dever de cidadania. Por contraponto a esta situação, dos que afirmaram terem votado (17,8%) cerca de 78% fê-lo nas eleições do país de acolhimento e 12,5% nas de Portugal. Se esta última informação indicia, apesar de tudo, ou seja, da fraca participação eleitoral, que há uma maior ligação com o país de acolhimento do que o de origem, não podemos negligenciar que nos períodos de forte emigração os actos eleitorais em Portugal não eram mobilizadores e a maioria da população estava arredada da participação política e do exercício da cidadania, como é próprio de uma país autoritário como o que então vigorava. Exceptuando uma minoria politizada, a maior parte da população portuguesa só exerce o seu direito de voto a partir de 1975, quando nos Açores se dá o último forte surto emigratório.

Gráfico 3. 25 - Inquiridos segundo o exercício do direito de voto, por países de destino (%)



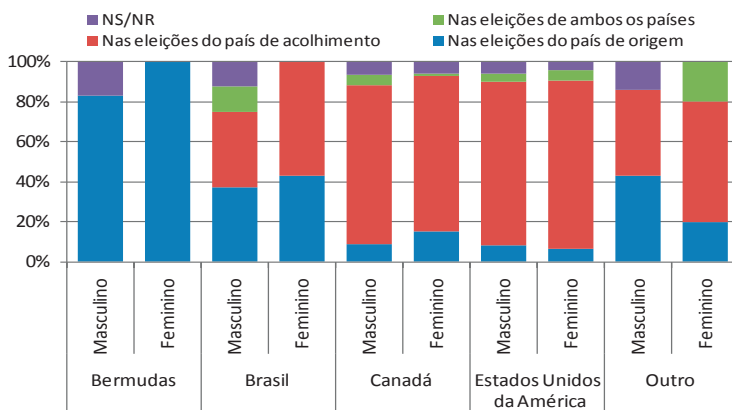
Numa análise por sexo verificamos que, em termos globais, não existem diferenças significativas nos que afirmaram participar nos actos eleitorais do país de acolhimento – homens (77,3%) e mulheres (78,3). Em todo o caso, em relação aos que exerciam o seu direito de voto nas eleições portuguesas foram mais as mulheres que o fizeram. Ao considerarmos a repartição de cada um dos itens de resposta por sexo, concluímos que são mais os homens a votarem nos diferentes momentos eleitorais, ainda que nas eleições portuguesas as diferenças percentuais entre homens e mulheres sejam relativamente diminutas.

Gráfico 3. 26 - Inquiridos segundo o exercício do direito de voto, por sexo (%)



Ao considerarmos a distribuição destas duas variáveis – “sexo” e “exercício do direito de voto” – pelos diferentes países de emigração constatamos que ela apresenta algumas particularidades que importa sublinhar. Neste sentido, se exceptuarmos os emigrantes das Bermudas onde o exercício do voto apenas se circunscreve às eleições portuguesas, como seria expectável dada a especificidade das suas leis de acolhimento e permanência de estrangeiros, no caso dos Estados Unidos da América e do Canadá constatamos que a tendência apontada de voto nas eleições dos respectivos países é aqui confirmada pela participação relativamente equitativa de ambos os sexos, não se notando, por isso, diferenças estatisticamente significativas.

Gráfico 3. 27 - Inquiridos segundo o exercício do direito de voto, por sexo e por países de destino (%)



Em todo o caso, sendo múltiplas as causas das diferenças apontadas anteriormente, convém sublinhar que a menor participação dos emigrantes nos actos eleitorais de Portugal não poderão ser interpretados como sendo uma consequência de um total ou parcial alheamento da sua realidade política de origem, pelas razões anteriormente apontadas. Por outro

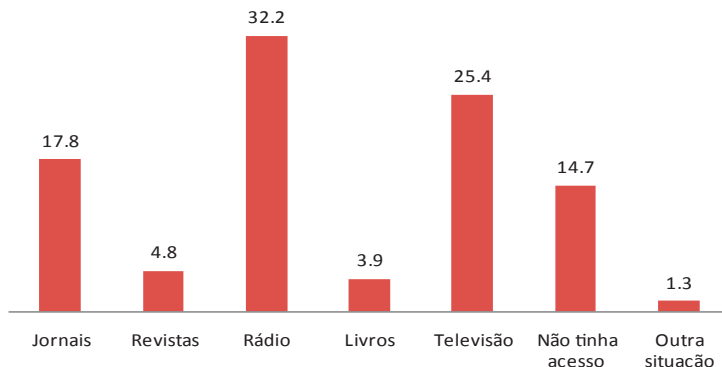
lado, a participação mais intensa nas eleições dos países de acolhimento poderá ser interpretada como um exercício livre de cidadania, valor facilmente interiorizado e através do qual os emigrantes perspectivam um ganho ou um benefício directo ou indirecto mais elevado.

Passando agora a centrar o nosso enfoque nas questões mais directamente relacionadas com o contacto que os inquiridos mantiveram com os Açores ao longo dos vários anos de emigração surgem, inevitavelmente, duas dimensões que importa explorar. A primeira respeita ao acesso e ao contacto com a língua portuguesa através dos meios de comunicação social, da literatura ou das relações interpessoais: poderão significar, nas palavras de Almeida (2008:359), uma viagem dos emigrantes, em sentido figurado, às suas raízes através do acompanhamento regular dos acontecimentos regionais, o que possibilita a manutenção de um sentimento de pertença e de identidade que os anos de emigração parecem não ter abalado. Em segundo lugar, e em linha com o anterior, surgem-nos as viagens aos Açores que, tendo subjacentes motivações relativamente distintas, fazem com que o sentimento de pertença e de identidade açoriana saia reforçado. Por outro lado, não podemos excluir a hipótese de as visitas às ilhas açorianas poderem ter implícitas, a preparação do regresso, mesmo que este não ocorra a curto prazo.

Analisando com algum detalhe cada uma das dimensões indicadas e considerando, como argumenta Almeida (2008:358) a propósito da vivência comunitária açoriana nos Estados Unidos da América, que “a vida das ilhas foi recriada com dinamismo e elasticidade; entusiasmo, *saudade* e cooperação”, o acesso e o contacto com a língua portuguesa e as plataformas utilizadas para o efeito surgem, em nosso entender, enquadradas nesta dinâmica.

Neste sentido, mantendo algumas das cautelas de comparabilidade e não excluindo a possibilidade de o acesso à língua portuguesa ter ocorrido através de conteúdos informativos produzidos em Portugal e nos Açores e depois exportados para as diferentes comunidades, é de colocar a hipótese de este contacto poder ter ocorrido no quadro de processos de manutenção e de preservação da cultura açoriana por intermédio de colectividades ou associações portuguesas que, como vimos anteriormente, apresentavam valores relativamente elevados de participação dos inquiridos.

Gráfico 3. 28 - Inquiridos segundo a principal fonte de acesso à língua portuguesa (%)



Se em termos globais foram mais os homens a acederem à “rádio”, à “televisão” e aos “jornais” como forma de contactarem com a língua portuguesa, quando consideramos a distribuição do peso de cada um destes suportes verificamos esta assume, nos diferentes destinos de emigração, algumas diferenças que importa salientar. Enquanto no Brasil os “jornais” (28,2%) foram o veículo privilegiado pelos inquiridos para contactarem com a língua portuguesa, no Canadá e nos Estados Unidos da América foi a “rádio” e a “televisão”. Por outro lado, enquanto os “livros” e as “revistas”

têm um peso relativamente diminuto nestes dois últimos países, não ultrapassando os 10%, no Brasil assumem conjuntamente cerca de 17%. Em relação às Bermudas, o contacto com a língua portuguesa foi efectuado maioritariamente através da “televisão” (33,7%) e da “rádio” (20,2%). A leitura destas diferenças deve ser feita tendo em conta as épocas de emigração para cada um destes destinos, bem como as características socioculturais dos próprios emigrantes.

Gráfico 3. 29 - Inquiridos segundo a principal fonte de acesso à língua portuguesa, por países de destino (%)

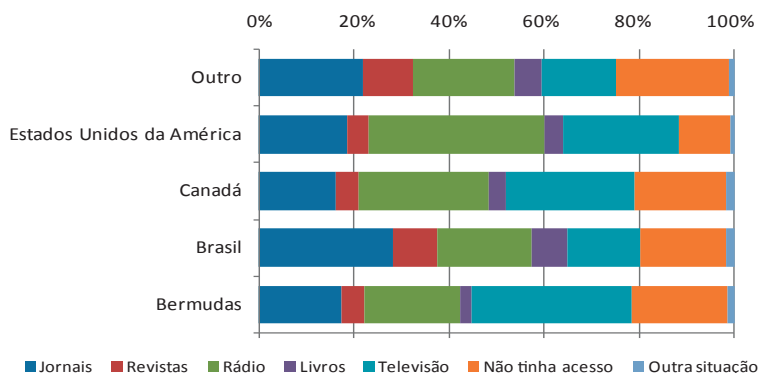
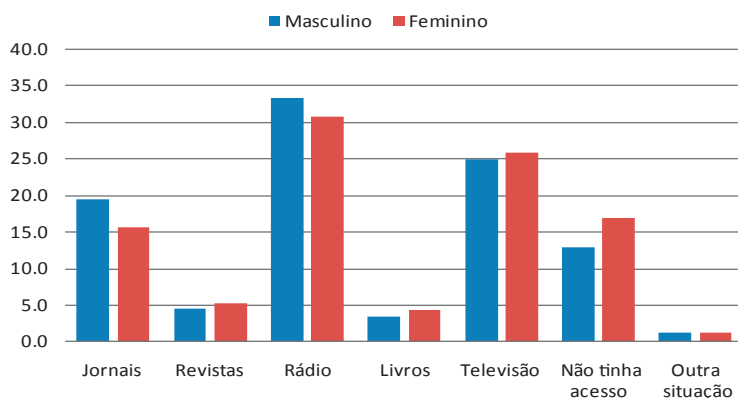


Gráfico 3. 30 - Inquiridos segundo a principal fonte de acesso à língua portuguesa, por sexo (%)

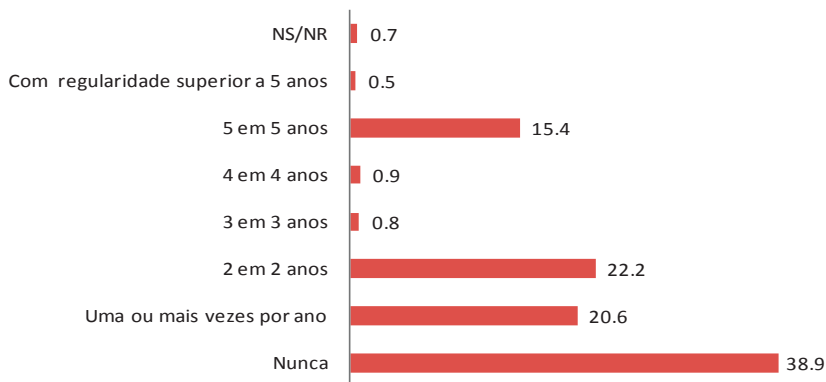


Tal como havíamos referido anteriormente, a ligação às origens, além de se efectuar e perpetuar nas sociedades de acolhimento através do acesso à língua portuguesa nos mais diferentes suportes, concretiza-se, igualmente, pelo contacto mantido pelos emigrantes com os Açores por via de viagens. Neste sentido, ao analisarmos a regularidade e a frequência com que os inquiridos visitavam os Açores verificamos a existência de tendências relativamente distintas e que importa dar conta. Com efeito, quando consideramos unicamente a regularidade das visitas (51,1% de respostas válidas) os valores são claros, pois 38,9% afirmaram “nunca” o ter feito enquanto estiveram emigrados. Ora, podendo ser várias as razões e os fundamentos que justifiquem tal decisão, estamos em crer que a componente económica poderá justificar em grande parte o valor apresentado, não se colocando, por isso, a possibilidade de rompimento das ligações afectivas e culturais com os Açores. Por outro lado, cremos não ser totalmente desfasado desta abordagem analítica considerar a possibilidade de os inquiridos, inseridos em projectos migratórios de curta e média duração, não considerarem necessário visitar os Açores. Deste modo, a concretização dos objectivos emigratórios e a não ruptura ou separação com os Açores poderá contribuir, em nosso entender, para explicar o valor anteriormente apresentado.

Retomando a análise da regularidade das visitas aos Açores concluiu-se que ela é relativamente mais intensa nos que o faziam de dois em dois anos, ainda que os valores registados nos que o faziam pelo menos uma vez por ano não sejam de todo negligenciáveis (20,6%). Sendo certo que esta intensidade nas visitas nos Açores está relacionada com diversos motivos, como veremos mais adiante, os valores registados poderão indiciar uma situação económica relativamente estabilizada, que justifique essa regularidade, ainda

que aqueles que mantêm uma regularidade de dois em dois anos ou de cinco em cinco deixem transparecer a necessidade de acumularem capital financeiro que viabilize esse padrão.

Gráfico 3. 31 - Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores (%)

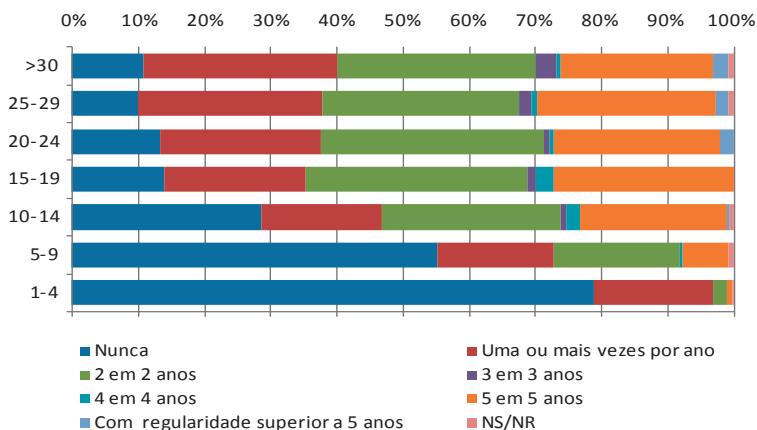


Aprofundando um pouco mais a nossa reflexão sobre estas questões verificamos que a variável “tempo de emigração” assume aqui um papel fundamental, pois facultamos um conjunto de informação adicional que consideramos essencial para compreender os padrões de regularidade das visitas aos Açores. Com efeito, ao observarmos o Gráfico 3.32 um dos primeiros aspectos que sobressai é, efectivamente, o facto daqueles que afirmaram nunca terem visitado os Açores durante o seu percurso emigratório terem, maioritariamente, um tempo de emigração inferior a 10 anos, com particular destaque para os que se situam no intervalo 1-4 anos (78,8%).

Observamos, ainda, duas tendências relativamente distintas, ainda que não contraditórias, que, em nosso entender, contribuem para explicar algumas das dinâmicas subjacentes aos processos emigratórios e ao contacto que os emigrantes mantinham com

os Açores através das visitas. Se, por um lado, à medida que o tempo de emigração aumenta diminuiu a importância percentual dos inquiridos que nunca visitaram os Açores, por outro lado, os que apresentam tempos de emigração relativamente elevados são os que afirmaram visitar os Açores uma ou mais vezes por ano denotando, porventura, uma situação económica e financeira relativamente estável. Todavia, quando atendemos às outras regularidades, com especial destaque para os itens “2 em 2 anos” e “5 em 5 anos”, verificamos que, ao contrário do que sucede nos primeiros anos de emigração, elas apresentam-se relativamente uniformes ao longo de todos os períodos.

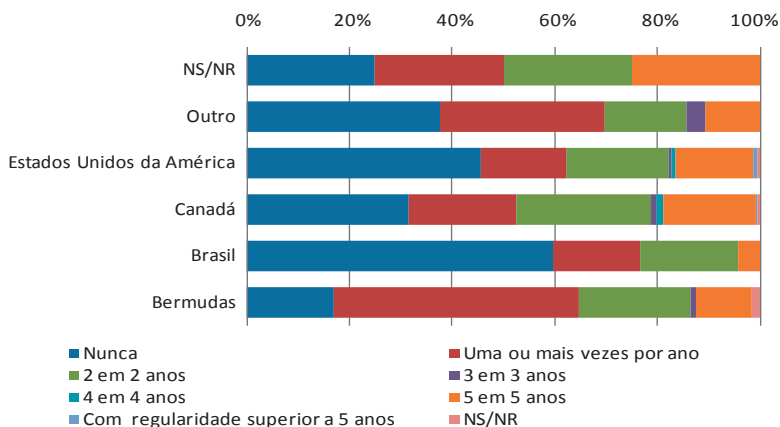
Gráfico 3. 32 - Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores, por tempo de permanência (%)



Numa análise comparativa destes valores por países constatamos que os que afirmaram “nunca” terem visitado os Açores estavam, maioritariamente, no Brasil e nos Estados Unidos da América. No caso dos que afirmaram terem visitado os Açores uma ou mais vezes por ano destaca-se a Bermudas (47,9%) e, com alguma distância percentual, o Canadá (20,9%) e os Estados Unidos

da América (16,9%). Na base das diferenças registadas, podendo estar implicados diversos factores, cremos ser plausível equacionar que os valores observados nas Bermudas poderão justifica-se por uma acumulação de recursos financeiros relativamente rápida e significativa que permita justificar aos inquiridos manter a regularidade descrita. Quando consideramos as outras regularidades, os valores observados nos vários países não parecem indiciar diferenças significativas, ainda que se destaquem os itens “2 em 2 anos” e “5 em 5 anos” no Canadá – 26,2% e 18%, respectivamente.

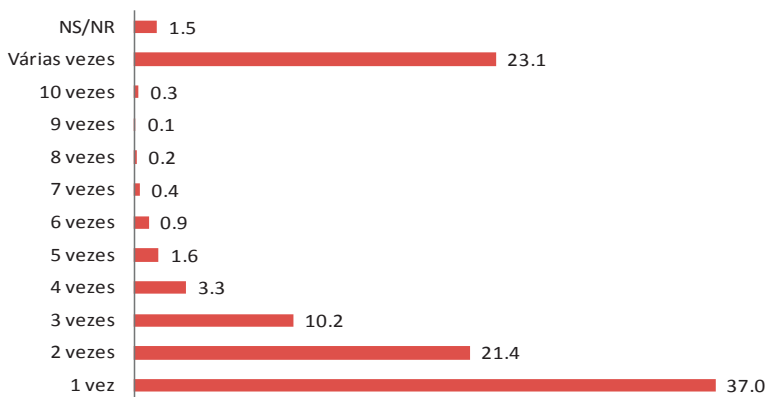
Gráfico 3. 33 - Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores, por países de destino (%)



Nesta abordagem há um outro aspecto que surge quase naturalmente e que está relacionado com os inquiridos que, não revelando nenhuma regularidade nas visitas aos Açores, não deixavam de o fazer. Assim, o universo dos que mantinham alguma regularidade nas visitas às ilhas representava 31%, quantitativo abaixo dos cerca de 46% que vinham esporadicamente. Observando o Gráfico 3.34, registamos que, excluindo os que nunca visitaram os Açores, a esmagadora

maioria dos inquiridos só o fez no máximo três vezes (68,6%) enquanto esteve emigrado, ainda que não sendo totalmente despreciando o número dos que afirmaram terem-no feito “várias vezes” (23,1%). Contudo, o valor que mais sobressai é, efectivamente, os 37% de respondentes que só vieram aos Açores uma única vez. Complementarmente, centrando-nos agora na distribuição destes dados segundo o tempo de emigração verificamos duas tendências distintas: à medida que o tempo de emigração aumenta decresce a importância dos que afirmaram só terem visitado os Açores uma única vez e aumenta os que o fizeram uma ou mais vezes.

Gráfico 3. 34 - Inquiridos segundo o número de visitas aos Açores (%)



Os dados recolhidos quanto às visitas ocasionais ao arquipélago podem elucidar-nos sobre possíveis estratégias emigratórias desenhadas pelos inquiridos e que, no caso em apreço, parecem passar pela acumulação de um conjunto de recursos financeiros que lhes permitam, quer um contacto mais estreito com a terra de origem, quer atingir objectivos inicialmente delineados e, eventualmente, preparar o regresso.

Gráfico 3. 35 - Inquiridos segundo o número de visitas aos Açores, por tempo de permanência (%)

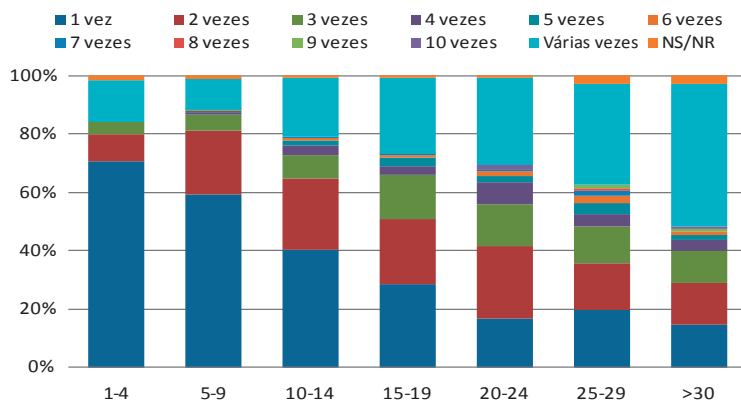
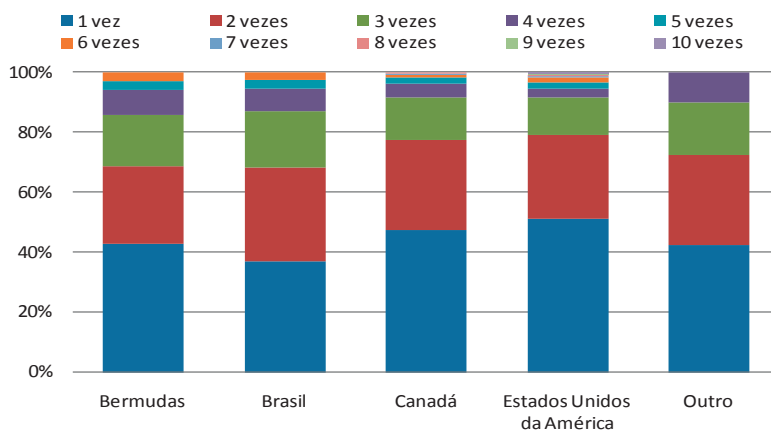


Gráfico 3. 36 - Inquiridos segundo o número de visitas aos Açores, por países de destino (%)

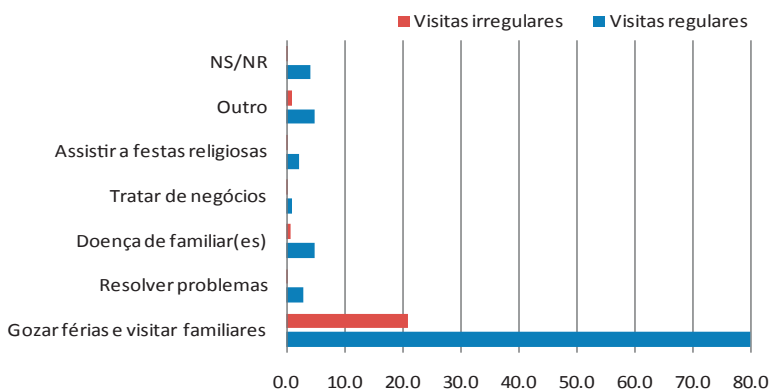


No que diz respeito à frequência de visita dos Açores observa-se, ainda, que os Estados Unidos da América e o Canadá apresentam os valores mais elevados na categoria “1 vez” com valores a rondarem os 51% e 47%, respectivamente. No caso das Bermudas e do Brasil esta mesma categoria de resposta assume valores relativamente mais baixos, ainda que não muito distantes

dos observados nos outros dois países. Já os que afirmaram terem visitado os Açores duas ou três vezes, destacamos os provenientes do Brasil e Canadá com os quantitativos percentuais mais elevados e, as Bermudas e os Estados Unidos com os mais baixos valores, apesar de a diferença ser pouco significativa.

Em termos comparativos, considerando os principais motivos que justificaram as visitas aos Açores, observamos pela análise do Gráfico 3.37 que cerca de 80% de respondentes afirmaram terem visitado os Açores para gozar férias ou visitar familiares com alguma regularidade, situação que dista dos que apenas o fizeram de forma ocasional ou esporádica (20,9%). Em relação aos restantes itens, os valores apresentam-se residuais, sem expressão estatística significativa.

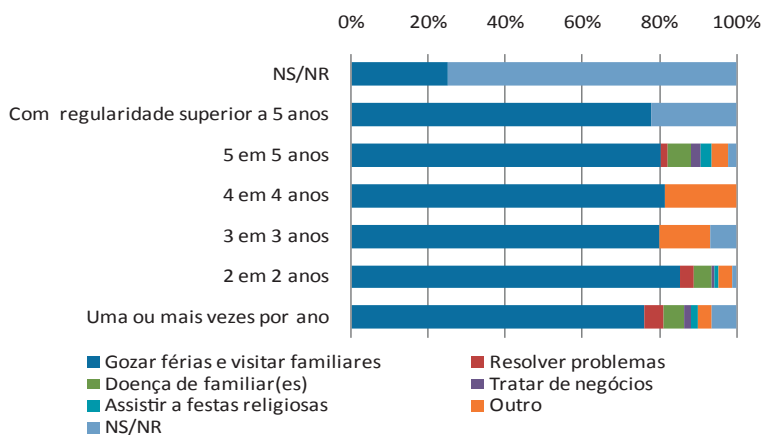
Gráfico 3. 37 - Inquiridos segundo o principal motivo das visitas aos Açores (%)



Debruçando-nos sobre aqueles que mantiveram alguma regularidade nas visitas aos Açores, segundo o motivo das mesmas, verificamos que a vertente turística e familiar identificada anteriormente surge transversalmente a todos os itens em apreço, não se notando, por conseguinte, diferenças significativas. A dimensão religiosa, apontada por alguns autores como sendo um dos elementos

centrais que liga os emigrantes aos seus espaços e referenciais de origem (Almeida, 2008; Medeiros e Madeira, 2004;2003), não parece assumir aqui grande relevância, ainda que não seja de todo excluir a hipótese de algumas das visitas realizadas, sob o pretexto turístico, terem ocorrido nos calendários das festividades religiosas regionais. De resto, este aspecto parece-nos igualmente confirmado por 3% dos inquiridos que fizeram visitas esporádicas e que também invocaram as festas religiosas como sendo um dos principais motivos para virem. Todavia, mesmo nestes casos, a motivação de gozar férias e de visitar familiares reúne cerca de 81% dos respondentes, o que não deixa de ser significativo.

Gráfico 3. 38 - Inquiridos segundo a regularidade das visitas aos Açores, por principal motivo das visitas (%)

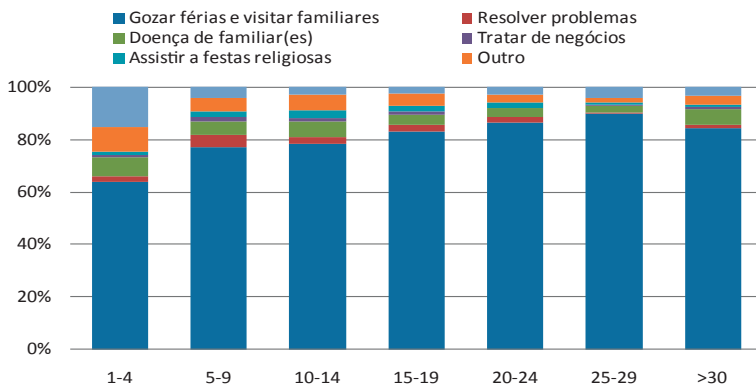


Quando consideramos estes dados segundo o tempo de emigração, que apresentamos no Gráfico 3.38, observamos que a tendência geral é para os emigrantes que estiveram emigrados vários anos referirem mais o item “gozar férias e visitar familiares”. Deste modo, enquanto este item tem um peso de 64% no intervalo 1-4 anos, no intervalo seguinte aproxima-se dos 80%. À medida

que avançamos no tempo de emigração, vamos verificando que a importância das férias e das visitas aos familiares tende a aumentar gradualmente, atingindo no intervalo 25-29 anos o valor mais elevado – cerca de 90%.

Assim, julgamos plausível considerar que esta tendência se justificará pela acumulação gradual de recursos financeiros que possibilitem essas visitas com maior regularidade, ainda que não possamos excluir a possibilidade de nos que estiveram emigrados à menos de cinco anos a questão familiar e as saudades da terra esteja igualmente presente. A ligação aos Açores e às ilhas de origem, além da já explicitada pela análise das viagens e pelo contacto com a língua portuguesa ao longo dos anos, surge ainda consubstanciada na aplicação que fazem das poupanças, como veremos mais adiante.

Gráfico 3. 39 - Inquiridos segundo o principal motivo das visitas aos Açores, por tempo de permanência (%)

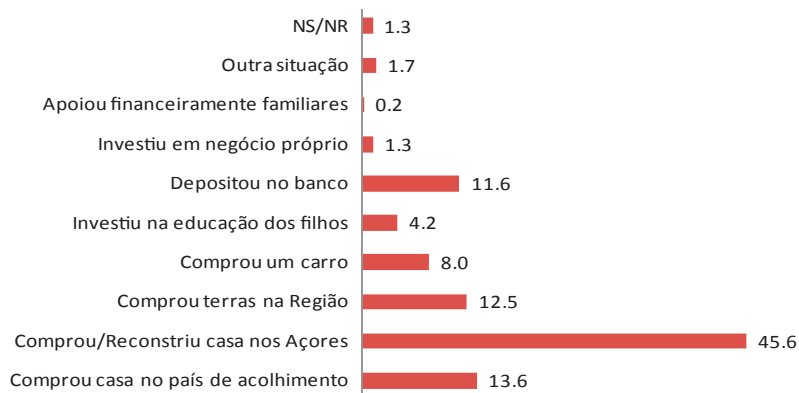


Com efeito, considerando que cerca de 87% dos inquiridos afirmaram terem conseguido reunir poupanças ao longo do tempo que estiveram emigrados, importa agora analisarmos, com algum detalhe, o destino dado a essas poupanças. Da observação do Gráfico 3.40, excluindo os casos em que não é evidente o espaço geográfico

onde o investimento se realizou, verifica-se que cerca de 58% dos inquiridos optaram pela economia regional através da aquisição de habitação ou de terrenos. Importa sublinhar que, apesar dos dados apresentados não serem elucidativos, é de supor que esta situação seja anterior ao regresso e que poderá ter ocorrido, sobretudo no caso da aquisição e remodelação da habitação, para a realização de férias e visita aos familiares e, não de menor importância, para preparar o regresso definitivo aos Açores.

Constata-se que a aplicação das poupanças não ocorreu unicamente no contexto regional como comprovam os valores registados nos itens “comprou casa no país de acolhimento” (13,6%) e “investiu na educação dos filhos” (4,2%). Em relação ao item “depositou no banco” que reúne cerca de 12% do total de respondentes, não nos foi possível averiguar se tal ocorreu no sistema bancário nacional ou no dos países de acolhimento.

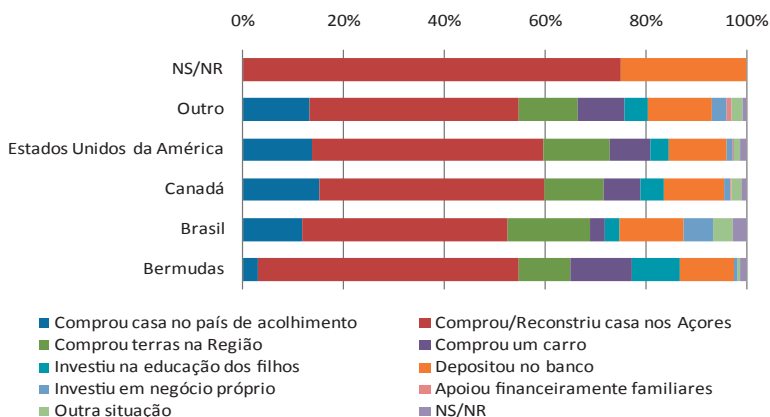
Gráfico 3. 40 - Inquiridos segundo a principal forma de aplicação das poupanças (%)



Numa análise por países verificamos que a aquisição de casa no Canadá (15%), nos Estados Unidos da América (13,6%) e Brasil (11,7%) reúnem valores que não devem ser

negligenciados, ao passo que nas Bermudas esta situação é muito residual (3%) e que poderá ser explicada, em grande parte, pela natureza específica desta emigração. Quanto aos que invocaram a aquisição e reconstrução de habitação nos Açores observamos que, cumulativamente, os valores são mais significativos no caso das Bermudas, onde ultrapassam os 50% e, com valores relativamente mais baixos onde a diferença não é superior a cinco pontos percentuais, nos Estados Unidos da América e Canadá.

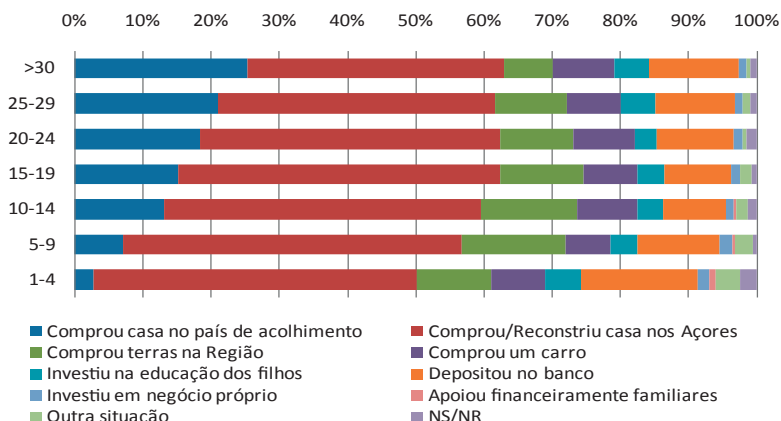
Gráfico 3. 41 - Inquiridos segundo a principal forma de aplicação das poupanças, por países de destino (%)



Outro dos aspectos que não podemos minimizar nesta análise refere-se à preferência dos inquiridos em depositarem as poupanças acumuladas no banco e que é transversal a todos os países, com valores na ordem dos 12%. Interligando este aspecto com o tempo de emigração parece-nos poder concluir que são os emigrantes com um tempo de emigração relativamente curto aqueles que mais o fazem, ainda que, em termos globais, seja um elemento presente em todos os intervalos de tempo, como se pode observar no Gráfico 3.42. Quanto às restantes finalidades

dadas às poupanças, verificamos que a aquisição de casa no país de acolhimento parece ser um objectivo de médio e longo prazo, pois apenas 2,8% dos estiveram emigrados entre um e quatro anos referirem este aspecto. Contrariamente, a compra ou remodelação da habitação dos Açores é um aspecto transversal a todos os emigrantes, independentemente do tempo de emigração e, como vimos anteriormente, do país de emigração.

Gráfico 3. 42 - Inquiridos segundo a principal forma de aplicação das poupanças, por tempo de permanência (%)



Assim, o projecto emigratório parece ter conduzido a uma melhoria das condições económicas, que se vieram a reflectir, por um lado, e em alguns casos, na aquisição de dois espaços habitacionais, mesmo considerando que o dos Açores tenha ocorrido na sequência da venda do que mantinham no país de acolhimento. Por outro, a invocação das férias como principal motivo para visitar os Açores e a sua regularidade, o que parece indiciar, efectivamente, a aquisição de uma determinada situação de estabilidade financeira que, porventura, não teria sido atingida nos Açores.

SÍNTESE

- 1) Cerca de 57% da população emigrante regressada, sobretudo os homens (55,7%), apontou a "língua" como uma das principais dificuldades sentidas nos países de acolhimento;
- 2) Os tradicionais fluxos emigratórios registados nos Açores ao longo do século XX para os Estados Unidos da América e Canadá permitiram que a ajuda familiar, preponderante na procura de alojamento ou de emprego, se evidenciasse. Nos casos em que a presença de familiares nesses países não é referida, destaca-se o apoio prestado pelos amigos, como comprova os valores observados para as Bermudas (22,6%);
- 3) Sendo a natureza dos fluxos emigratórios açorianos eminentemente económica, a procura de melhores condições de vida por via do trabalho, além de ser um elemento transversal a todos os países, foi sublinhada por cerca de 91% dos inquiridos, sobretudo homens. Em relação às situações de dependência económica os valores são relativamente residuais, destacando-se o peso que as mulheres têm nos itens "subsídio de desemprego", "rendimentos" e "a carga da família";
- 4) Quanto à actividade económica dos emigrantes são os sectores da "indústria" (38,7%), "construção" (16,3%) e "agricultura e pescas" (13,8%) aqueles que assumem maior relevância. A repartição por países revela que enquanto o sector da "indústria" assume um importante peso nos Estados Unidos da América e no Canadá, nas Bermudas é o da "agricultura e pescas" o que mais se destaca. Quanto ao sector da "construção" é preponderante no Canadá e nas Bermudas, situação que contrasta com a observada nos Estados Unidos da América onde apenas recolhe cerca de 9% do total;

- 5) Nos casos em que registamos pluriactividade (25.9%), resultado da existência de algumas dificuldades na obtenção dos recursos financeiros necessários à vivência no país de acolhimento ou da necessidade de acumular rapidamente poupanças que permitam o regresso antecipado aos Açores, destacam-se os valores observados no Canadá e nos Estados Unidos da América;
- 6) Em relação à participação sociocultural e associativa de sublinhar que esta é relativamente intensa, com valores na ordem dos 42%. Quanto à sua regularidade observamos que se destacam os que afirmaram “algumas vezes ao longo do ano” (40%) e ao “fim de semana” (32%), com particular relevância para o Brasil e Estados Unidos da América;
- 7) O acesso à língua portuguesa e o contacto regular com os Açores, por via de viagens, surge-nos como sendo duas dimensões de enorme importância por nos possibilitar o aprofundamento do conhecimento da vivência comunitária dos emigrantes e das ligações afectivas que mantém com os Açores. Enquanto a maioria dos emigrantes revelaram terem possibilidades de acederem à língua portuguesa, essencialmente por via da rádio (32,2%) e da televisão (25,4%), as visitas aos Açores, independentemente da sua regularidade, parecem não estar ao alcance de todos, cerca de 39% dos inquiridos afirmaram nunca terem visitado o Arquipélago. No caso dos que afirmaram terem visitado os Açores com alguma regularidade de destacar os dos Estados Unidos da América e do Canadá que o fizeram uma única vez – 51% e 47%, respectivamente;
- 8) Quanto aos principais motivos destas visitas, destaca-se o item “gozar férias e visitar familiares” (79,9%). Aqui denotamos, à semelhança do que se observou em outras variáveis, que o tempo de emigração tende a influenciar positivamente a regularidade e a frequência as visitas aos Açores, sendo que a importância das férias e das visitas aos familiares tende a aumentar gradualmente, atingindo no intervalo 25-29 anos o valor mais elevado.

PARTE II

**DE VOLTA
AOS AÇORES**

CAPÍTULO 4

FLUXOS E PERCURSOS DE REGRESSO

Eduardo Ferreira

Como já foi sublinhado, a quantificação do regresso, enquanto fenómeno migratório de contornos múltiplos e discutíveis, não é, na maior parte das vezes, uma tarefa fácil de levar a cabo. A somar às diversas situações, individuais e familiares, que estão na base do questionamento do estatuto de *emigrante regressado* – relacionadas, por exemplo, e entre outros aspectos, com continuadas lógicas de *vai-e-vem* por parte dos emigrantes – existem lacunas do ponto de vista estatístico que não permitem o conhecimento efectivo dos fluxos e do volume de regressados em determinados períodos e momentos do tempo. Não obstante estes constrangimentos, e para o caso açoriano em particular, os trabalhos de Rocha (1991) e Oliveira (1997) constituem uma referência neste campo, permitindo que, dentro de uma faixa temporal relativamente longa, abrangendo quase todo o século XX, possamos aludir a períodos de maior e menor incidência do regresso, ainda que nos vejamos impedidos de avançar com quantitativos e medidas rigorosas do fenómeno em si.

Recorrendo a métodos de cálculo indirectos¹³, as autoras estimam que, desde o final da década de vinte até,

¹³ Esta metodologia tem por base, essencialmente, a análise da diferença entre os valores da emigração legal e os do saldo migratório para os diferentes períodos intercensitários. Embora a partir daí não seja possível isolar por completo os movimentos de regresso do conjunto dos que incluem os de re-emigração e de emigração clandestina, o método permite, em vez de medidas rigorosas, uma avaliação aproximada da importância relativa do retorno. De um modo geral, para os períodos em que os valores da Taxa Bruta de Emigração ultrapassam, em termos significativos, os da Taxa do Saldo Migratório, admite-se que os movimentos de regresso tenham assumido maior relevância, sendo de supor o contrário para uma diferença de sentido inverso.

sensivelmente, a metade da década de quarenta, o regresso de emigrantes ao Arquipélago tenha conhecido um primeiro momento de importância relativa acrescida no quadro dos movimentos migratórios internacionais protagonizados pelos açorianos (Rocha, 1991: 243-244; Oliveira, 1997: 219-220). A depressão económica resultante do colapso financeiro de 1929, bem como o facto de os Estados Unidos terem assumido, a partir de meados dos anos vinte, uma política de imigração bastante rígida, que, em muitos casos, bloqueava as possibilidades de reagrupamento familiar, terão constituído dois importantes factores explicativos da maior manifestação do regresso durante o período apontado.

Todavia, essa ampliada incidência do fenómeno decorre de uma tendência que já vinha a afirmar-se desde o início do século passado, pois como refere Gilberta Rocha, apoiando-se em Chapin (1981), "é possível, através dos recenseamentos norte-americanos, verificar a existência de retorno em cerca de ¼ dos imigrantes açorianos no período de 1900 a 1920" (Rocha, 1991: 243-244). Em termos gerais, tratou-se de um movimento de entrada que tendeu a ser protagonizado, sobretudo, por efectivos pertencentes a grupos de idade mais avançada (Rocha, 1991:243). Este dado de natureza demográfica parece ir ao encontro, aliás, do que afirma Susana Serpa Silva a propósito dos emigrantes que saíram dos Açores nas décadas de oitenta e noventa de oitocentos, nas quais os mais novos permanecem no país de destino: "(...) *havendo emigração jovem e masculinizada, era natural que uma boa parte dela contraísse casamento com mulheres da terra para onde a necessidade os tinha levado. Por outro lado, as gerações mais novas, nascidas e criadas no seio da diáspora, recusavam-se a voltar às ilhas*" (Silva, 2002:353).

O regresso acaba por ser menos significativo entre os anos

cinquenta e oitenta, ainda que não tivesse deixado de fazer parte dos movimentos migratórios que caracterizaram o Arquipélago durante este período (Rocha, 1991:244; Oliveira, 1997:220). Tais movimentos, como sabemos, disseram respeito, de forma esmagadora, à emigração, e a facilidade relativa com que aqueles que se encontravam nos Açores passaram a rumar até ao outro lado do Atlântico poderá ter travado, de algum modo, a vinda de um número significativo de emigrantes mais antigos.

A possibilidade de reagrupar a família numa terra que, além de beneficiar, também gerava a prosperidade do Pós-Guerra, pode ter sido um dos principais factores que contribuíram para que esses emigrantes suspendessem, de forma temporária ou definitiva, o seu projecto de regresso. Além disso, e como foi explicado anteriormente, a situação respeitante às condições de vida nas ilhas, quer do ponto de vista social quer político, acabavam por convidar mais à saída do que à entrada de famílias inteiras nos Açores.

Como concluía um relatório produzido pelo então Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (DREPA, 1978), no final dos anos setenta, a população residente na Região, com mais de 18 anos, nascida nos Estados Unidos, não ultrapassava os 150 indivíduos, encontrando-se, além do mais, maioritariamente representada nos grupos etários acima dos 55 anos, ou seja, por aqueles que haviam nascido lá antes de 1923 (DREPA, 1981:106-107).

No que dizia respeito ao Canadá, este número era praticamente inexpressivo, não chegando sequer a uma dezena de pessoas. Esta escassez de efectivos jovens nascidos nestes dois países, estando longe de ser esclarecedora dos quantitativos e das modalidades do fenómeno de regresso, na altura, não deixa de se apresentar como um sinal de que esse movimento de retorno às

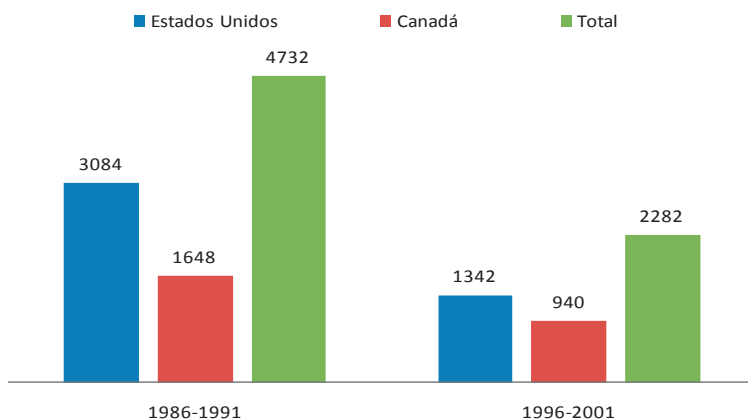
origens seria, de facto, pouco intenso. Sendo a segunda metade da década de setenta um período de alguma instabilidade política e social nos Açores – à semelhança, aliás, do que se verificou na generalidade do país –, pouco propício, portanto, à fixação de antigos emigrantes, somos levados a acreditar que o regresso, durante esses anos, conservou a sua baixa expressão.

Para além do intervalo temporal situado entre o final da década de vinte e meados da de quarenta, o outro período do século passado em que os movimentos de regresso sobressaíram no quadro dos fluxos migratórios açorianos, teve o seu início já nos anos oitenta, mantendo, muito provavelmente, alguma dessa intensidade ao longo da primeira metade da década de noventa¹⁴. Com base no recenseamento de 1991, estima-se que, entre 1986 e 1991, regressaram aos Açores, vindos da América do Norte, cerca de 4730 indivíduos, quase 3 080 dos Estados Unidos da América e 1 650 do Canadá (Gráfico 4.1)¹⁵.

¹⁴ Apenas a título indicativo e apesar das precauções que se colocam no plano da comparabilidade, refira-se, antecipadamente, que 72% dos inquiridos neste estudo apontam como momento de regresso aos Açores uma data posterior ao início da década de oitenta.

¹⁵ Este processo de avaliação do fluxo de regresso no período 1986-1991 (mais propriamente entre o dia 1 de Janeiro de 1986 e 13 de Abril de 1991), mas também utilizado para o período 1996-2001, tem por base informação disponível no Censo de 1991, relativa ao lugar de residência dos indivíduos em datas anteriores ao momento censitário, designadamente, em 31 de Dezembro de 1985 e em 31 de Dezembro de 1989. Decorre, portanto, da conjugação desta informação com a respeitante à residência declarada pelos indivíduos no momento censitário, envolvendo um hiato de cerca de 5 anos. Por isso, mas não só (como, de resto, fazemos questão de salientar no próprio texto), trata-se de uma avaliação afectada por limitações várias, de entre as quais a impossibilidade de se detectar aqueles emigrantes que, anualmente, partilham o seu lugar de residência entre os Açores e o país de acolhimento, ou ainda o facto de ficarem excluídos desta estimativa todos aqueles que, efectivamente, regressaram à Região durante o período considerado, mas que vieram a falecer antes do momento censitário. Refira-se, ainda, que os quantitativos em causa não correspondem ao volume de emigrantes regressados existente em 1991, mas tão-só a uma estimativa dos que regressaram entre 1986 e 1991, e que se juntaram aos que, residindo há mais tempo nos Açores, preenchiam já esta condição. Para um aprofundamento dos pressupostos e das limitações desta metodologia, veja-se Silva *et al.*, 1984: 27-30.

Gráfico 4. 1 - Total de indivíduos residentes nos Açores, em 1991 e 2001, provenientes dos Estados Unidos e do Canadá durante os períodos 1986-1991 e 1996-2001



Deve ter-se em atenção que os quantitativos em causa respeitam a valores aproximados da intensidade dos fluxos de regresso durante este período, pois deles não se encontrarão excluídos os casos daquelas pessoas, nascidas nos Estados Unidos da América e no Canadá, e que não tendo na sua trajectória pessoal ou familiar um passado ligado à emigração dos Açores para estes dois países, configuram situações de imigração propriamente dita. Além disso, ou seja, do facto de algumas das situações poderem não corresponder à condição de emigrante regressado, a avaliação retrospectiva em causa, baseada num período de observação quinquenal, não deixará de esconder distorções quanto ao significado final que se pretende emprestar a esta mesma estimativa, como por exemplo, e desde logo, todos os casos de emigrantes que, durante esse hiato de tempo, circularam entre o país de acolhimento e a terra de onde partiram.

À luz destas condições, e avançando no tempo, pode dizer-se que os fluxos de regresso no final da década de noventa perderam alguma intensidade comparativamente aos valores observados

durante o período 1986-1991. As estimativas apontam para a entrada de cerca de 2 300 indivíduos (1 342 dos Estados Unidos da América e 940 do Canadá), entre 1996 e 2001, ou seja, menos de metade do quantitativo contabilizado dez anos antes (Gráfico 4.1, novamente).

Importa salientar, na comparação feita entre os dois períodos analisados, que embora se tenha assistido a uma diminuição das entradas, em valor absoluto, do primeiro para o segundo período, tal não significou que os fluxos de regresso tivessem perdido importância relativa no conjunto dos movimentos relacionados com a emigração nos Açores. Com efeito, entre 1996 e 2001, por cada 100 emigrantes legais, fixaram-se na Região 152 indivíduos com residência anterior nos Estados Unidos da América ou no Canadá, valor que, durante o período homólogo da década anterior, rondava os 34 indivíduos (Quadro 4.1). Este aumento do rácio *entradas/saídas* – admitindo que as primeiras correspondem na sua quase totalidade a casos de regresso – acaba por demonstrar algum ganho, entre uma década e a outra, em termos da importância relativa do tipo de fluxo em análise.

Quadro 4. 1 - Total de emigrantes legais e total de indivíduos residentes nos Açores, provenientes dos Estados Unidos e do Canadá, nos períodos 1986-1991 e 1996-2001

	Total de emigrantes	Total de indivíduos provenientes dos Estados Unidos e do Canadá	Rácio Entradas/Saídas
1986-1991	13 991	4 732	33,8%
1996-2001	1 497	2 282	152,4%

Uma parte da explicação sobre os ganhos relativos dos movimentos de retorno a partir dos anos oitenta, porventura

assentará, por um lado, no perfil maioritariamente jovem daqueles indivíduos que protagonizaram a onda emigratória que cresceu a partir de 1954, e, por outro, na relação que, normalmente, tende a existir entre o projecto de regresso e a saída da actividade laboral. Se nos debruçarmos sobre o caso da emigração para o Canadá, e respectivo regresso, reconhecemos, com alguma facilidade, a presença desta combinação de factores. Com efeito, a maioria dos que, a partir de meados da década de cinquenta, partiram para este país com uma idade próxima dos 35 anos (a média das idades contempladas na faixa entre os 20 anos e os 50 anos), atingiram, durante a década de oitenta, os 65 anos, ou seja, a idade a partir da qual passaram a poder beneficiar da totalidade das pensões de velhice (*OAS – Old Age Security*) e de trabalho (*CPP – Canadian Pension Plan*) pagas pelo sistema de segurança social canadiano.

Na prática, o Plano de Reformas Canadianas (*Income Security Program*), do qual as pensões acima referidas são duas das suas componentes principais, encontra-se definido para oferecer os seus benefícios em função do número de anos de residência neste país (no caso da Pensão de Velhice) e do número de anos de contribuições feitas pelos beneficiários, enquanto activos, para o sistema de segurança social (no caso específico da Pensão de Trabalho) (Quadro 4.2). Significa isto que, para uma larga percentagem dos emigrantes que aí viveram e trabalharam, o regresso à sua terra de origem, antes de completarem a idade da reforma completa (65 anos), implicaria não só uma penalização significativa na Pensão de Trabalho, usufruindo apenas de uma percentagem dos descontos que, ao longo da vida activa, realizaram para o efeito¹⁶, mas também

¹⁶ O contribuinte canadiano que requer a *Canadian Pension Plan (CPP)* antes de completar 65 anos, não fica habilitado à Pensão de Trabalho na sua totalidade (aquela que é designada de *CPP – Regular* ou *CPP – Retirement Pension*), podendo, porém, e apenas se tiver uma idade compreendida entre 60 e 64 anos, requerer uma pensão parcial, ou seja, a *CPP – Early Retirement*.

uma diminuição do valor total da Pensão de Velhice, por via de uma sub-acumulação de anos de residência em território canadiano.

Quadro 4. 2 - Principais tipos de pensões do Plano de Reformas Canadianas (Income Security Program)

Principais tipos de pensões		Principal critério de atribuição
Old Age Security (OAS) <i>(Pensão de Velhice)</i>		Idade do beneficiário (65 anos) e antiguidade de residência em território canadiano
Canadian Pension Plan (CPP)	CPP – Retirement Pension <i>(Pensão de Trabalho – Regular)</i>	Idade do beneficiário (65 anos) e duração dos descontos realizados para a segurança social enquanto trabalhador activo
	CPP – Early Retirement <i>(Pensão de Trabalho – Antecipada)</i>	Idade do beneficiário (entre 60 e 64 anos) e duração dos descontos realizados para a segurança social enquanto trabalhador activo
	CPP – Survivor’s Benefit <i>(Pensão de Viuvez)</i>	Cônjuge ou companheiro do contribuinte falecido. Duração (10 anos no mínimo) dos descontos realizados pelo contribuinte falecido para a segurança social enquanto trabalhador activo
	CPP – Disability <i>(Pensão de Invalidez)</i>	Trabalho durante 4 anos dos últimos 6 anos consecutivos antes de ser decretada a invalidez. Detecção de doença física ou mental considerada <i>severa e prolongada</i>

Uma relação análoga a esta pode ser aplicada, igualmente, ao regresso a partir dos Estados Unidos, ainda que o sistema

de reforma, neste caso, se apresente mais simplificado na sua estrutura do que o anterior, mas seja, simultaneamente, mais penalizador para aqueles que requerem a reforma antecipada. Repare-se que quem emigrou para os Estados Unidos, logo após 1965, aproveitando a abertura da política imigratória definida por este país, e o fez dentro da faixa dos trinta anos, só veio a completar 65 anos, sensivelmente, durante a década de noventa, altura em que, como vimos, os fluxos de regresso registaram valores significativos em termos quer absolutos quer relativos.

Não obstante todos os outros factores passíveis de serem incorporados no processo decisório levado a cabo pelos emigrantes relativamente ao seu regresso, estamos em crer que o do balanço racional entre os benefícios e as perdas resultantes de uma saída antecipada da vida activa, estará entre os que mais contribuem para o estabelecimento de um momento, ou de uma fase da vida, em que essa decisão tende a passar do projecto à prática. É certo que a este factor somar-se-ão outros igualmente determinantes, como, por exemplo, a importância dada à proximidade e convivência directa com os descendentes (sobretudo filhos e netos) ou as tão reproduzidas "saudades da terra". Porém, torna-se importante não esquecer que o regresso, a verificar-se ou não, constitui uma fase do processo migratório que, em muitos casos, só é perspectivada como concretizável pelos sujeitos depois de estes terem preenchido o objectivo da acumulação substantiva de recursos económicos. Isto é verdadeiro, sobretudo, quando está em causa uma emigração por motivos económicos, a principal, pelo que, no caso em análise, se torna compreensível e aceitável a importância acrescida do factor *reforma* na escolha da altura da vida própria para os emigrantes efectivarem o seu regresso às origens. Esta tende a ser subjectivamente percebida, por parte dos emigrantes,

como uma contrapartida financeira, entre outras, que concorre para fazer face ao custo total do processo migratório.

Como teremos oportunidade de sublinhar mais adiante, nem todos os emigrantes regressados aos Açores protelaram o momento da vinda para depois da saída da vida activa. Ao abrigo dos acordos assinados entre Portugal e os principais países de recepção, esse retorno *antecipado* não anula nem o direito ao recebimento das principais reformas e pensões acima referidas nem a acumulação destas com outras a que tenham direito por parte do Estado português¹⁷. Uma vez atingida a idade dos 60 anos, no caso de se ter sido emigrante no Canadá, ou a dos 62 anos, para os que emigraram para os Estados Unidos, qualquer emigrante regressado pode solicitar, antecipadamente, a reforma do país que o acolheu, ou então aguardar para completar os 65 anos e recebê-la sem a penalização daí resultante.

Retomando a componente quantitativa dos movimentos de retorno para os Açores, mas agora a partir da informação recolhida junto dos emigrantes regressados que foram inquiridos no âmbito deste estudo, o Quadro 4.3 acaba por confirmar a importância das décadas de oitenta e de noventa no que se refere à elevada intensidade desses fluxos. Não obstante se tornar claro que os mesmos começaram a crescer ainda em meados dos anos setenta, a verdade é que 50% dos indivíduos analisados regressaram entre 1980 e 1995, ainda que com

¹⁷ Os acordos sobre Segurança Social estabelecidos quer com os Estados Unidos quer com o Canadá oferecem a possibilidade, inclusivamente, de se proceder à transferência de uma parcela do tempo de contribuições realizadas em Portugal (antes de os emigrantes partirem) que possa vir a perfazer os dez anos de descontos efectuados, por via do exercício da actividade, nos países de acolhimento, e que correspondem ao tempo mínimo, exigido por lei, para que o contribuinte beneficie da Pensão de Trabalho. (Cf. *Acordo sobre a Segurança Social entre Portugal e os Estados Unidos da América* (Dec. n.º 48/88), disponível em http://www.segurosocial.gov/international/Agreement_Texts/prtuges.html; e *Convenção sobre Segurança Social entre Portugal e Canadá*, disponível em http://www.secomunidades.pt/c/portal/layout?p_id=PUB.1.103).

pesos diferenciados por país de acolhimento. A percentagem de regressados dos Estados Unidos e do Canadá, durante este período, foi sensivelmente superior às dos outros destinos da emigração açoriana, situação que se altera, progressivamente, nos anos seguintes, sobretudo a partir de 2000.

Quadro 4. 3 - Principais países de destino dos inquiridos, por ano de regresso (%)

Ano de regresso	Total	País de acolhimento				
		Estados Unidos	Canadá	Brasil	Bermudas	Outro
Antes de 1969	3,3	2,8	4,0	8,7	0,6	1,0
1970-1974	6,5	6,5	6,3	10,6	4,3	6,7
1975-1979	10,8	7,9	14,5	12,5	6,2	24,8
1980-1984	18,4	18,5	20,1	19,2	5,0	12,4
1985-1989	15,4	16,3	14,8	9,6	14,9	10,5
1990-1994	14,5	14,8	12,7	14,4	24,8	15,2
1995-1999	10,4	10,7	10,5	6,7	8,7	4,8
Depois de 2000	13,4	14,5	10,2	12,5	28,0	20,0
Ns/Nr	7,3	8,0	6,9	5,8	7,5	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Assim, se durante a segunda metade dos anos noventa, uma parte significativa dos inquiridos ainda veio desses dois países, já ao longo desta década os principais movimentos de retorno tiveram origem nas Bermudas, destino que, como já foi referido, se mantém activo e que se encontra associado a períodos de permanência de curta duração. Porém, e como a distribuição em causa evidencia, isto não significa que o regresso,

quer dos Estados Unidos quer do Canadá, tenha cessado a partir do final do século passado, altura também em que se iniciaram, com maior intensidade, os fluxos imigratórios nos Açores.

De notar que estes resultados compaginam, pela perspectiva do regresso, aquilo que foi dito, no início do Capítulo 2, sobre os períodos de partida e os destinos escolhidos pelo conjunto de inquiridos, permitindo demonstrar, desta forma, que estamos em presença de uma população que, na sua maioria, apresenta, até ao seu regresso, um trajecto mais ou menos linear, à luz do tipo de emigração que integrou (média/longa duração vs. curta duração).

Quadro 4. 4 - Principais países de destino dos inquiridos, por tempo de permanência

Tempo de permanência	Total	País de acolhimento				
		Estados Unidos	Canadá	Brasil	Bermudas	Outro
De 1 a 4 anos	12,7	12,1	11,2	10,4	30,0	10,0
De 5 a 9 anos	22,0	20,3	22,5	19,8	32,9	22,2
De 10 a 14 anos	23,2	24,0	22,8	13,5	18,6	20,0
De 15 a 19 anos	15,6	15,2	16,7	16,7	10,0	14,5
De 20 a 24 anos	10,4	10,7	10,9	10,4	5,0	13,3
De 25 a 29 anos	7,3	7,7	7,8	10,4	0,7	7,8
Mais de 30 anos	8,9	10,0	8,1	18,8	2,8	12,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

No que respeita ao tempo de permanência nos países de acolhimento, aspecto complementar ao anterior e de enorme importância para a análise a desenvolver nos capítulos seguintes, pode observar-se que 65% dos inquiridos regressaram após

uma experiência migratória superior a 10 anos, e que 27% estiveram emigrados mais de 20 anos. Encontramo-nos, assim, em presença de uma população cujos projectos migratórios foram, na sua esmagadora maioria, de médio e de longo prazo (o tempo de permanência médio dos inquiridos ronda 15 anos), fugindo a esta característica, e pelos motivos anteriormente referidos, uma parte bastante significativa dos emigrantes para as Bermudas.

Quadro 4. 5 - Ano de regresso dos inquiridos por tempo de permanência no país de destino

Tempo de permanência	Total	Ano de regresso							
		Antes de 1969	De 1970 a 1974	De 1975 a 1979	De 1980 a 1984	De 1985 a 1989	De 1990 a 1994	De 1995 a 1999	Depois de 2000
De 1 a 4 anos	12,7	27,5	29,4	19,8	9,6	6,2	14,4	4,3	11,6
De 5 a 9 anos	22,0	49,5	37,2	40,7	28,5	16,5	12,4	10,7	9,1
De 10 a 14 anos	23,2	20,2	25,2	23,9	39,4	27,0	18,5	10,4	10,7
De 15 a 19 anos	15,6	2,8	6,0	12,9	13,0	29,8	19,7	16,2	8,0
De 20 a 24 anos	10,4	-	1,4	2,2	7,9	11,7	18,7	16,5	12,4
De 25 a 29 anos	7,3	-	-	-	1,1	6,4	9,5	22,0	14,0
Mais de 30 anos	8,9	-	0,8	0,5	0,5	2,4	6,0	19,9	34,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Embora seja este o traço geral da duração da maioria das experiências migratórias, não é negligenciável a proporção de emigrantes regressados dos Estados Unidos e do Canadá que residiram nestes países menos de 10 anos – 32%, no primeiro caso, e 34%, no segundo. Por outro lado, o peso relativo dos escalões de 1 a 4 anos e de 5 a 9 anos nas coortes de inquiridos que regressaram nas décadas de setenta e oitenta é claramente mais significativo do que naquelas que o fizeram em anos mais recentes (Quadro 4.5).

Ainda que não seja esclarecedora de todo, a combinação destes dois aspectos permite que, pelo menos, se exclua a hipótese de que a maior parte daqueles que vieram dos Estados Unidos e do Canadá, com um tempo de permanência inferior a 10 anos, tenham realizado a sua experiência emigratória após a grande vaga das décadas de sessenta e de setenta, regressando nos últimos anos. Deste modo, parece-nos legítimo que, dentro deste conjunto de indivíduos, possamos integrar não só os que emigraram já em idade adulta, entre 1965 e 1975, sensivelmente, e que regressaram aos Açores poucos anos depois, como também aqueles que, ao longo dessas datas, partiram enquanto crianças ou jovens, acompanhando a família, e que voltaram num momento mais ou menos coincidente com a fase inicial da sua vida activa. O tratamento da variável Idade, no próximo capítulo, e o conhecimento sobre as faixas etárias por que se distribui este conjunto específico de emigrantes regressados, ajudar-nos-á a esclarecer melhor esta questão.

SÍNTESE

- 1) A variação da importância relativa dos fluxos de regresso dentro do quadro dos movimentos migratórios que caracterizaram os Açores, ao longo do século passado, configura três fases distintas: a primeira, de maior expressão, entre o final da década de vinte e meados dos anos quarenta; a segunda, até ao início dos anos oitenta, caracterizada pela sua baixa intensidade; a terceira, que teve lugar durante os quinze anos que se seguiram e que foi marcada, novamente, pelo aumento do peso absoluto e relativo desse tipo de fluxos;
- 2) A importância de cada uma das últimas duas fases é confirmada, em certa medida, pelos dados obtidos no inquérito realizado para este estudo, uma

vez que menos de 1/4 dos inquiridos afirma ter regressado antes de 1980, enquanto cerca de metade o fez entre esta data e 1995;

- 3) A maioria dos regressos que se efectuaram ao longo deste período tiveram como origem os dois principais países da emigração açoriana, ou seja, os Estados Unidos e o Canadá, sendo que a partir de 2000 este tipo de movimentos passa a dizer respeito, na quase totalidade dos casos, a emigrantes vindos das Bermudas;
- 4) No que respeita aos tempos de permanência nos países de acolhimento, este ronda, em média, 15 anos. Cerca de 65% do total de emigrantes regressados apresentam uma experiência emigratória superior a 10 anos, enquanto 27% permaneceram no estrangeiro mais de 20 anos. Estes valores aplicam-se, sobretudo, àqueles que vieram dos Estados Unidos e do Canadá, pois mais de 60% dos emigrantes para as Bermudas não permaneceram aí por mais de 9 anos, e 30% estiveram ausentes, no máximo, 4 anos;

CAPÍTULO 5

O PERFIL DO EMIGRANTE REGRESSADO

Eduardo Ferreira

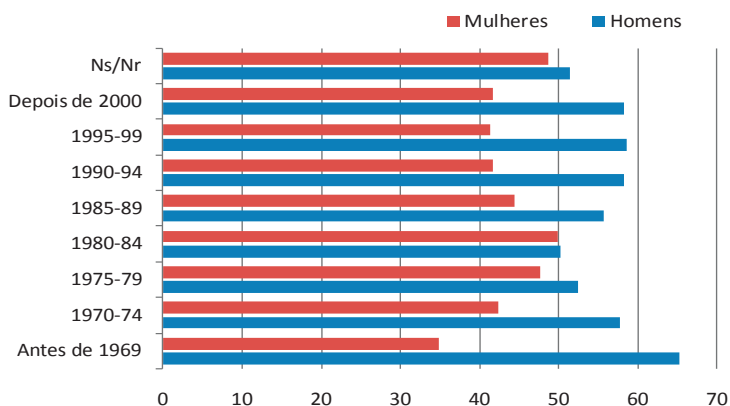
Atendendo a algumas das advertências feitas na Introdução deste relatório – em particular a das implicações da metodologia adoptada no grau de representatividade com que aqui se encontra apresentado o universo completo dos emigrantes regressados aos Açores –, o presente capítulo tem como principal objectivo a caracterização desta população no que respeita, fundamentalmente, ao seu perfil demográfico e sócio-económico. Sempre que for pertinente, o tratamento de algumas variáveis que compõem esse retrato será feito numa perspectiva comparada com a situação dos emigrantes regressados antes da partida e durante o período de permanência no país de acolhimento. Deste modo, e pontualmente, procurar-se-á perceber alguns dos principais efeitos da emigração nas características actuais dos que realizaram esse movimento de retorno, designadamente em termos do seu percurso socioprofissional.

No Capítulo 2, aquando da referência aos principais períodos em que os inquiridos emigraram, pôde já perceber-se que, não obstante os efeitos das limitações metodológicas sobre a variável Sexo, a repartição de género dos emigrantes regressados variava de acordo com a época em que estes iniciaram o processo emigratório. Com efeito, ficou sugerido, de alguma forma, que a percentagem mais significativa de regressados do sexo feminino se referia, essencialmente, ao período áureo da emigração açoriana (1965-75), pelo que quer

a chamada “primeira emigração” para o Canadá, ocorrida de forma faseada durante a década de cinquenta, quer os fluxos mais recentes em direcção às Bermudas, se traduziram, sobretudo, e como era esperado, num regresso masculino.¹⁸

Face a isto, e uma vez que, como foi referido no capítulo anterior, o tempo médio de permanência dos inquiridos no país de acolhimento rondou os quinze anos, não admira que, desde meados da década de oitenta, os fluxos de regresso tenham vindo a ser compostos, cada vez mais, por uma maior percentagem de homens do que de mulheres, numa proporção de 2/3 sensivelmente (Gráfico 5.1).

Gráfico 5. 1 - Inquiridos segundo o ano de regresso, por sexo (%)



A idade é uma das características mais importantes a ter em conta no perfil geral de qualquer população de emigrantes regressados quando, em relação aos mesmos, se pretende, definir

¹⁸ Refira-se que o destino das Bermudas não é de todo estranho para as mulheres inquiridas neste estudo, uma vez que quase 37% das mesmas afirmam ter emigrado para aí. Porém, o que deve ser tido em conta é o facto de que a esmagadora maioria destas integraram os fluxos relativos aos anos sessenta, altura em que a política imigratória deste destino, e sobretudo no que se refere ao acompanhamento e reagrupamento familiares, era bastante mais permissiva do que passou a ser em anos mais recentes.

linhas de acção que procurem integrar as suas necessidades com os eventuais contributos que possam dar à sociedade ou comunidade de partida. No que respeita à idade actual dos inquiridos (Quadro 5.1), o principal aspecto a sublinhar prende-se com o facto de estarmos perante uma população que, em termos globais, se apresenta consideravelmente envelhecida – mais de 60% já ultrapassaram os 60 anos e 80% têm mais de 50 anos. Trata-se de uma estrutura etária expectável se tivermos em conta, por um lado, as décadas de referência da emigração açoriana que aqui são utilizadas, e, por outro, o facto de que uma elevada percentagem de emigrantes ter partido dos Açores já em idade activa, como bem demonstram Medeiros e Madeira (2003; 2004) para os casos específicos dos concelhos de Povoação e Nordeste.

Quadro 5. 1 - Idade dos inquiridos, por sexo e principais países de destino (%)

Idade	Total	Sexo		País de acolhimento			
		H	M	Bermudas	Brasil	Canadá	Estados Unidos
<30 anos	0,5	0,4	0,5	1,6	-	0,6	0,2
30-39 anos	4,0	3,9	4,2	19,4	1,0	3,6	3,3
40-49 anos	12,4	10,7	14,5	31,0	10,3	11,9	11,5
50-59 anos	21,3	18,8	24,3	23,3	20,6	18,4	23,3
60-69 anos	27,1	28,9	24,9	9,3	37,1	30,1	24,9
>70 anos	34,7	37,3	31,6	15,4	31,0	35,4	36,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Face a estes valores, a maioria dos inquiridos já se encontra fora da idade activa ou então prepara-se para assumir esta condição,

o que não significa, obrigatoriamente, a ruptura completa com o desempenho de uma actividade, como mais à frente e através da análise de algumas variáveis socioprofissionais, se poderá constatar. Além disso, torna-se inevitável que uma concentração tão significativa nas faixas etárias mais avançadas acabe por levantar questões do interesse específico dos decisores públicos e que se prendem, por exemplo, com as condições de vida da maioria desses emigrantes regressados (e.g. situação financeira e familiar) ou com as necessidades/obrigações que, pontual ou periodicamente, enfrentam, resultantes da sua anterior situação de imigrantes (e.g. pensões, provas de vida, declarações de rendimentos). Estes são aspectos que merecerão o tratamento adequado noutro momento da análise, mas que se encontram ancorados neste em específico, ou seja, na estrutura etária dos inquiridos.

A análise deste quadro geral das idades por sexos aponta para uma maior proporção de homens nos escalões etários mais elevados, designadamente naqueles que correspondem a mais de 60 anos – 66,2% face a 56,5% de mulheres –, verificando-se o inverso no que se refere ao intervalo entre os 40 e os 59 anos – 29,5% e 38,8%, respectivamente. Mais do que o resultado do modo diferenciado como cada um dos sexos integrou as correntes emigratórias açorianas ao longo das primeiras três décadas da segunda metade do século passado, estamos em crer que esta desigual repartição etária tende a ser, mais uma vez, consequência do método utilizado na recolha dos dados e, em particular, do facto de para a mesma ter contribuído apenas um dos membros do agregado familiar¹⁹.

¹⁹ Torna-se razoável admitir que, dentro de algumas das faixas etárias da população activa (como é o caso da 40-59 anos), tenham existido vários casos em que as mulheres na condição de “domésticas” acabaram por substituir o elemento masculino do agregado nas respostas fornecidas aos inquéritos realizados durante o período normal do horário de trabalho.

As diferenças que sobressaem da distribuição dos inquiridos pelos quatro principais destinos emigratórios, em função dos vários grupos de idade, não só constituem mais um sinal da maior e menor importância relativa que cada um destes fluxos teve ao longo do tempo (note-se, por exemplo, as maiores percentagens que quer o Brasil quer o Canadá apresentam no conjunto dos emigrantes com mais de 60 anos), como estabelece uma clivagem muito clara entre o grupo maioritário dos emigrantes regressados situados nas faixas etárias mais avançadas e um outro que, não obstante o seu menor peso relativo, possui um perfil mais jovem.

Este segundo conjunto encontra-se representado, sobretudo, na emigração para as Bermudas, com 52% dos inquiridos abaixo dos 50 anos, ainda que se dê a conhecer, em percentagens menores do que esta, para o Canadá (16%) e Estados Unidos (15%). Mais uma vez, vemos comprovada a distinção que, desde o Capítulo 1 deste estudo, tem vindo a ser feita, entre o fluxo emigratório para o primeiro destes destinos (em especial, ao que se refere já a este século) e os que dizem respeito aos outros dois países. Mas, repare-se que os quantitativos em causa para estes últimos dois não são despidiendos,²⁰ pelo que, dentro da faixa de inquiridos com menos de 50 anos, deve também ser tida em conta a situação dos emigrantes daí regressados, os quais, e indo ao encontro da hipótese que levantámos no final do capítulo anterior, poderão configurar casos de uma adolescência ou de um início de vida activa no estrangeiro, porventura, com um passado ligado à emigração familiar, e cujo regresso se terá realizado ainda em

²⁰ Apesar destas diferenças percentuais, devem ser tidos em conta os valores absolutos envolvidos: Bermudas, N = 67; Canadá, N = 182; Estados Unidos, N = 236. Por outro lado, note-se que, em termos globais, o peso relativo dos inquiridos abaixo dos 50 anos é 17% (Quadro 5.1).

idade jovem. Isto é válido, sobretudo, para os que o fizeram durante as décadas de oitenta e de noventa (ou seja, no período de maior intensidade dos fluxos de regresso desses destinos), e que presentemente ainda se encontram abaixo dos 50 anos.

Uma vez que o inquérito em que a análise se baseia não contemplou a variável Idade no Momento do Regresso, a comparação dos Gráficos 5.2 e 5.3 permite, em certa medida, que reconheçamos a importância estatística destes casos. Como se pode observar através do primeiro, a esmagadora maioria dos regressados que, aquando das entrevistas, tinham menos de 30 anos, integraram um fluxo emigratório posterior a 2000 (Bermudas, entenda-se), acontecendo algo semelhante para cerca de metade dos que se situavam na faixa dos 30-39 anos. Todavia, de entre os que se posicionavam na dos 40-49 anos, 57%²¹ regressaram antes de 1994, e uma boa parte deles (cerca de 40%) com um tempo de permanência no país de acolhimento entre os 10 e 20 anos, o que exclui, à partida, os casos da emigração para as Bermudas. Por outro lado, 32% dos inquiridos com idades compreendidas entre 30 e 39 anos,²² afirmam, igualmente, ter regressado até meados da década de noventa, dentre os quais 26% com 10 a 15 anos de experiência emigratória.

Estamos em crer, por isso, que dentro do universo dos emigrantes regressados que, presentemente, se encontram em idade activa, uma parte destes corresponderão a indivíduos que, tendo emigrado com a família ainda muito novos, voltaram para os Açores numa fase inicial do seu percurso laboral e profissional ou mesmo antes disso.

²¹ Num total de 362 indivíduos.

²² Num total de 118 indivíduos.

Gráfico 5. 2 - Idade dos inquiridos segundo o ano de regresso (%)

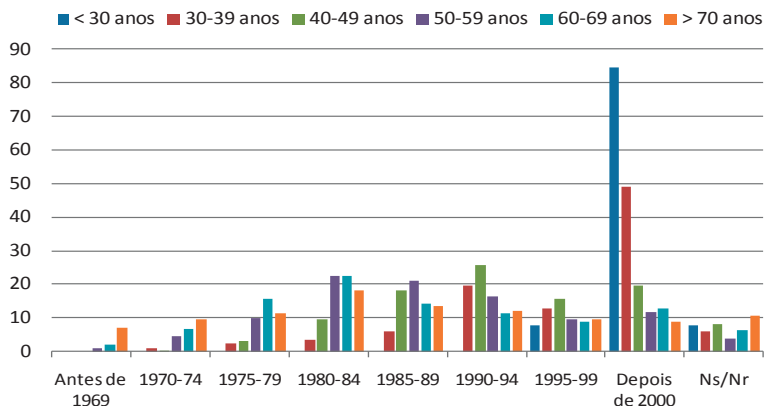
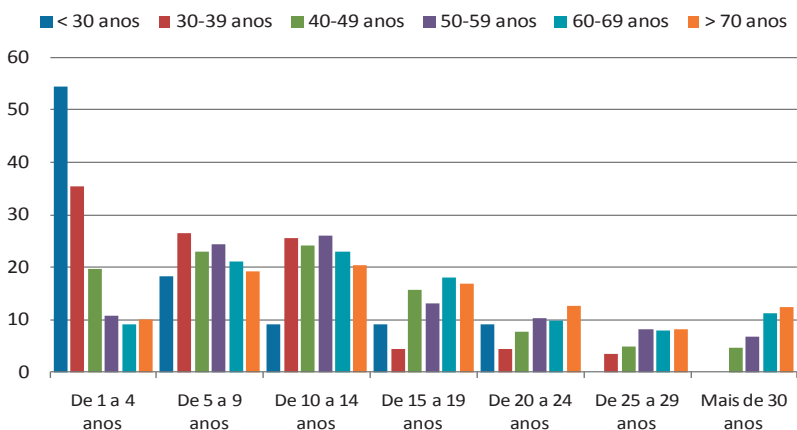


Gráfico 5. 3 - Idade dos inquiridos segundo o tempo de permanência no país de emigração (%)



Outro ponto sobre a idade que é importante destacar prende-se com a observação de que dentro dos escalões etários dos 50-59 anos e dos 60-69 anos, é possível encontrar quem não possui uma longa experiência emigratória, contrariando um pouco aquilo que seria expectável. Por exemplo, no primeiro grupo, 35% estiveram emigrados menos do que 10 anos, e no segundo esta percentagem é de quase 30%. Significa isto que talvez não possamos generalizar

a correspondência que normalmente se tende a fazer entre a idade dos regressados, a duração da sua experiência emigratória e o capital e conhecimento acumulados ao longo desta experiência. Por outras palavras, ser um emigrante regressado de meia-idade ou com idade avançada nem sempre pode ser interpretado como sinónimo de uma longa experiência emigratória e, por conseguinte, de níveis mais elevados de qualificações profissionais ou de capital social e económico que tenham sido adquiridos durante o período em que se esteve emigrado.

À semelhança da idade, o nível de escolaridade costuma ser uma das questões-chave na análise do perfil dos emigrantes regressados, sobretudo pelo que poderá, ou não, representar em termos de qualificações e capital cultural aproveitáveis para os próprios processos sociais e económicos das sociedades de origem/regresso. De há uns anos a esta parte, têm vindo a ganhar importância os estudos centrados naqueles grupos específicos de emigrantes regressados em que mais facilmente se destaca o papel catalizador que recursos como a idade e o nível de instrução assumem na capitalização da experiência emigratória e nas vantagens que daí advêm para os contextos de regresso (por exemplo, Barrett e O'Connell, 2000; Barrett e Trace, 1998; Co, Gang e Yun, 2000). Como se compreenderá, o grau de escolarização não pode ser entendido, por si só, como sendo o garante do sucesso dessa transferência de tipos diversos de capital (desde logo, à margem das próprias condições de enquadramento oferecidas por tais contextos), mas é, certamente, um recurso indispensável para o efeito.

No que se refere à população em estudo, não podemos deixar de sublinhar o baixíssimo contributo que, dentro desta lógica, representará o nível de escolaridade da esmagadora maioria dos emigrantes regressados aos Açores. Com efeito, 60% dos que foram

inquiridos apenas possuem a antiga Escola Primária (actualmente, o 1.º Ciclo), agravado ainda pelo facto de que outros 16%, mesmo tendo frequentado este nível de ensino, não o concluíram. Acrescente-se a este panorama, ainda, os 8% de inquiridos que não sabem ler nem escrever. Dos restantes 15%, apenas 5% completaram o 3.º Ciclo (antigo 9.º Ano) e a percentagem dos que têm o Ensino Secundário não chega aos 4%. A posse de um Curso Médio ou Superior assume valores residuais.

Quadro 5. 2 - Nível de escolaridade dos inquiridos, por sexo (%)

Nível de escolaridade	Total	Sexo	
		H	M
Não sabe ler nem escrever	8,0	8,9	6,9
Sabe ler e escrever s/ frequentar a escola ou concluir o 1.º ciclo	16,3	15,3	17,6
1.º Ciclo	59,2	62,4	55,3
2.º Ciclo	5,6	5,3	6,0
3.º Ciclo	4,7	3,5	6,2
Ensino Secundário	3,6	2,6	4,9
Curso Médio	0,7	0,5	1,0
Curso Superior	1,1	0,7	1,6
Ns/Nr	0,7	0,8	0,5
Total	100,0	100,0	100,0

A repartição por sexos da variável em análise não denota que existam diferenças significativas entre homens e mulheres, o que já não acontece quando se atende à idade dos inquiridos (Quadro 5.3). Com excepção do escalão etário mais jovem ("Menos de 30 anos"), a proporção de inquiridos que apenas possuem o 1.º Ciclo

é bastante significativa em todos os grupos de idade, assumindo valores superiores a 70% entre os 50 e os 69 anos. Mesmo dentro do intervalo compreendido entre os 30 e os 39 anos, grupo em que seria expectável um nível de instrução médio mais elevado, 21% da população em análise não fez um percurso escolar que fosse para além do 1.º Ciclo, e outros 51% puseram-lhe um ponto final sem que tivessem conseguido completar o Ensino Secundário – 2.º Ciclo, 28% e 3.º Ciclo, 23%. No escalão etário seguinte (40-49 anos), esta distribuição reforça ainda mais o peso do 1.º Ciclo (46%) e retira importância relativa aos 2.º e 3.º Ciclos (15% e 13%, respectivamente), pelo que, e em conjunto com os valores dos grupos anteriores, se pode concluir ser bastante baixo o grau de escolaridade da maioria daqueles emigrantes regressados que anteriormente destacámos como constituindo o grupo dos activos.

Quadro 5. 3 - Nível de escolaridade dos inquiridos, por grupos de idade (%)

Nível de escolaridade	Total	Idade					
		<30 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	>70 anos
Não sabe ler nem escrever	8,0	-	0,8	0,6	1,1	5,4	17,0
Sabe ler e escrever s/ frequentar a escola ou concluir o 1.º ciclo	16,3	-	4,2	7,2	4,8	15,3	29,8
1.º Ciclo	59,2	7,7	21,2	45,9	74,5	72,8	48,5
2.º Ciclo	5,6	23,1	28,0	14,9	6,0	2,0	1,8
3.º Ciclo	4,7	38,5	22,9	13,0	5,0	2,3	1,7
Ensino Secundário	3,6	30,8	16,1	14,4	4,2	0,6	0,3
Curso Médio	0,7	-	2,5	0,8	1,3	0,8	0,2
Curso Superior	1,1	-	2,5	2,5	2,3	0,3	0,2
Ns/Nr	0,7	-	1,7	0,8	0,8	0,5	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

A análise do nível de escolaridade por países de acolhimento (Quadro 5.4) evidencia, desde logo, um aspecto interessante no que respeita às diferenças que têm vindo a ser apontadas entre os Estados Unidos e o Canadá, por um lado, e as Bermudas, por outro. Não é pelo facto deste último destino constituir um fluxo que foi relançado em anos mais recentes e, por conseguinte, integrar uma população com uma média de idades mais jovem, que o encontramos associado a um grau de escolaridade mais elevado. Na verdade, o que, a este nível, confere especificidade à população regressada das Bermudas é apenas uma maior proporção de indivíduos com o 2.º Ciclo (16% contra os 5%, em média, dos outros casos). De resto, a percentagem dos que possuem apenas o 1.º Ciclo é muito semelhante às dos outros dois destinos, acontecendo o mesmo com as categorias dos que não sabem ler nem escrever, o que, em princípio, se prende com a faixa mais idosa deste grupo específico de regressados, referenciável ao fluxo que se destacou ao longo dos anos sessenta.

Igualmente interessante de ser realçado é o facto de existir uma significativa percentagem de inquiridos que emigraram para o Brasil possuindo os primeiros quatro anos de escolaridade (67,3%, um valor que se destaca dos quantitativos homólogos), conjugado ainda com o peso comparativamente baixo (8,7%) dos que não frequentaram o ensino oficial ou então não concluíram a antiga 4.ª Classe. Esta particularidade apenas se torna explicável à luz da época em que os indivíduos em causa partiram para este destino (a maioria, como vimos no Capítulo 2, antes de 1965) e de uma das medidas condicionantes da política emigratória definida, na altura, pelo Estado Novo. Com efeito, entre 1929 e até meados dos anos sessenta,²³ vigorou

²³ Dec. Lei n.º 16: 782 de 27 de Abril de 1929.

a lei que proibia por completo a atribuição de passaporte a qualquer pessoa com idade entre os 14 e os 45 anos que não fizesse prova de ter completado a 4.ª Classe, o que, em virtude da elevada taxa de analfabetismo dos portugueses na altura, contribuiu enormemente para estrangular o volume de saídas do país ao longo de mais de três décadas (Baganha, 2003: 3). Daí, talvez, ser possível encontrarmos neste grupo específico dos regressados que emigraram para o Brasil, numa época em que a opção pelos Estados Unidos ainda se encontrava praticamente vedada, uma maior homogeneidade em termos de nível de instrução e uma baixa proporção de indivíduos sem o actual 1.º Ciclo.

Quadro 5. 4 - Nível de escolaridade dos inquiridos, por países de destino (%)

Nível de escolaridade	Total	País de acolhimento				
		Bermudas	Brasil	Canadá	Estados Unidos	Outro
Não sabe ler nem escrever	8,0	5,0	3,8	6,0	9,9	3,8
Sabe ler e escrever s/ frequentar a escola ou concluir o 1.º ciclo	16,3	14,9	8,7	18,5	16,0	6,7
1.º Ciclo	59,2	56,5	67,3	59,9	58,3	64,8
2.º Ciclo	5,6	16,1	1,9	5,5	4,8	7,6
3.º Ciclo	4,7	5,6	5,8	4,9	4,5	7,6
Ens. Secundário	3,6	1,2	2,9	3,6	3,6	2,9
Curso Médio	0,7	-	2,9	0,8	0,6	2,9
Curso Superior	1,1	-	4,8	0,3	1,6	2,9
Ns/Nr	0,7	0,6	1,9	0,6	0,7	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

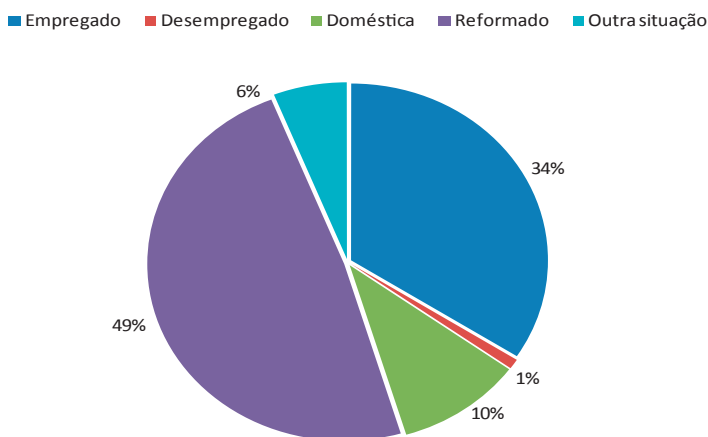
Em suma, e retomando os valores globais da distribuição dos inquiridos por grau de instrução, podemos afirmar que os níveis de escolaridade bastante baixos que são evidenciados pelos emigrantes regressados aos Açores não permitem que, em termos gerais, associemos à experiência emigratória dos mesmos qualquer processo de incremento de qualificações e competências que se tivesse realizado na sociedade de acolhimento ao longo do tempo em que aí permaneceram. De facto, e face aos quantitativos apresentados, muito poucos terão sido os casos em que os emigrantes açorianos regressaram mais instruídos (pelo menos do ponto de vista formal) do que eram aquando da partida, em consonância, aliás, com o modelo de imigração que costuma ser-lhes atribuído, e segundo o qual os percursos de mobilidade social ascendente se cingem, praticamente, à vertente económica (Teixeira e Oliveira, 2004: 29-53).

No que respeita ao perfil dos inquiridos tendo em conta a sua situação face ao trabalho e características socioprofissionais, já se tornou possível perceber, aquando da análise da variável Idade, que nos encontramos perante uma população consideravelmente envelhecida e da qual não podemos esperar um contributo efectivo em termos de volume de capital humano disponível para integrar o mercado de trabalho e, através de uma eventual acumulação de conhecimentos e de qualificações profissionais entretanto adquirida, ser capaz de gerar dinâmicas específicas ao nível sectorial ou local. Recordando os principais números, mais de 60% dos inquiridos já ultrapassaram a barreira dos 60 anos e outros 20% têm entre 50 e 60 anos, encontrando-se estes bastante próximos da saída da vida activa ou, pelo menos, da idade da reforma.

Estamos em presença de valores que, em parte, nos são confirmados pela distribuição dos respondentes em função da sua

condição face ao trabalho (Gráfico 5.4). Ainda que a percentagem dos que se encontram efectivamente na situação de “reformados/pensionistas” seja mais baixa do que aquela que a idade fazia prever, situando-se quase nos 50% e não num valor próximo ou acima dos 60%,²⁴ não podemos ignorar que 1/3, sensivelmente, das domésticas têm uma idade superior a 60 anos. A restante diferença, entre a proporção de emigrantes regressados de idade avançada e a percentagem de reformados, configurará, em princípio, casos de continuidade da prática de uma actividade em ramos e sectores onde a mesma, muitas vezes, tende a ir para além do momento da entrada na reforma, como, mais à frente, sublinharemos.

Gráfico 5. 4 - Inquiridos segundo a situação face ao trabalho (%)



De resto, a proporção de inquiridos na situação de “empregados” (34%) é praticamente coincidente com o peso relativo da população com menos de 60 anos (38%),²⁵ podendo,

²⁴ Cf. Quadro 5.1.

²⁵ Cf. Quadro 5.1.

ainda, ser complementada com alguns dos casos de contornos mais indefinidos que fazem parte da categoria “Outra situação” (6%), e que respeitam, por exemplo, o desempenho de uma actividade, familiar ou por conta própria, não formalizada. A inexistência de estudantes em regime de exclusividade e a insignificância estatística dos casos de desemprego, levamos a concluir, deste modo, que a esmagadora maioria dos emigrantes regressados aos Açores, no que se refere à sua condição face ao trabalho, se repartem por estas duas categorias principais – “empregados e “reformados/pensionistas” –, pelo que, de seguida, se tentará perceber melhor algumas das particularidades de cada uma delas isoladamente.

Conforme referimos na Introdução deste relatório, devido às necessidades que lhe são inerentes, o grupo dos emigrantes regressados “reformados” é aquele que mais directamente tem justificado a acção desenvolvida pelas entidades oficiais regionais – designadamente, pela Direcção Regional das Comunidades – em matéria de emigração e regresso. Trata-se, por isso, e sem querer retirar importância a outros grupos e segmentos que ressaltam desta análise, de um conjunto de efectivos com características específicas, para além de estarem associados a condições e necessidades também particulares. Tais atributos tornam-se passíveis de serem equacionados em termos de recursos que poderão, inclusivamente, vir a contribuir para aprofundar alguns aspectos relativos à história da emigração açoriana e ao estreitamento de laços entre gerações de emigrantes e seus descendentes. Alguns destes recursos prender-se-ão, por exemplo, com a idade actual dos regressados, com o tempo de permanência no país de acolhimento e com a vaga de emigração que, em tempos, integraram, aspectos, de resto, traduzíveis na qualidade da experiência emigratória que transportam consigo.

Deste modo, e em primeiro lugar, há que sublinhar o facto de o grupo dos emigrantes regressados já na reforma apresentar um tempo de fixação nos países receptores que, em média, é superior ao da globalidade dos inquiridos, designadamente nas situações em que essa permanência excedeu os 15 anos (Gráfico 5.5). Cerca de 11% dos mesmos estiveram emigrados durante 30 ou mais anos, enquanto outros 20% só regressaram aos Açores depois de mais de 20 anos no país de acolhimento.

Gráfico 5. 5 - Inquiridos "reformados/pensionistas", segundo o tempo de permanência (%)

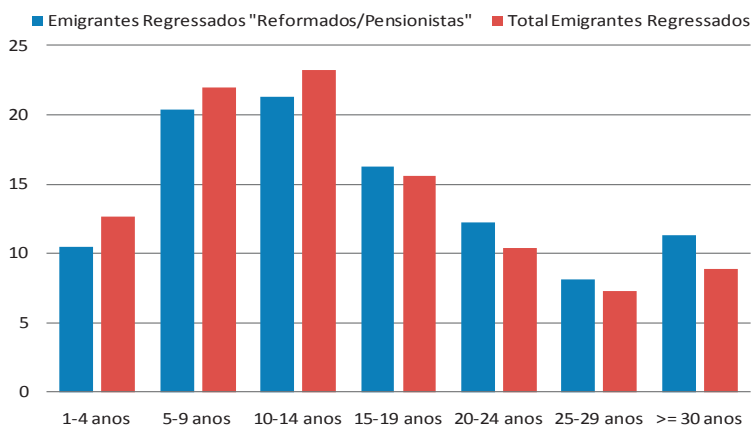
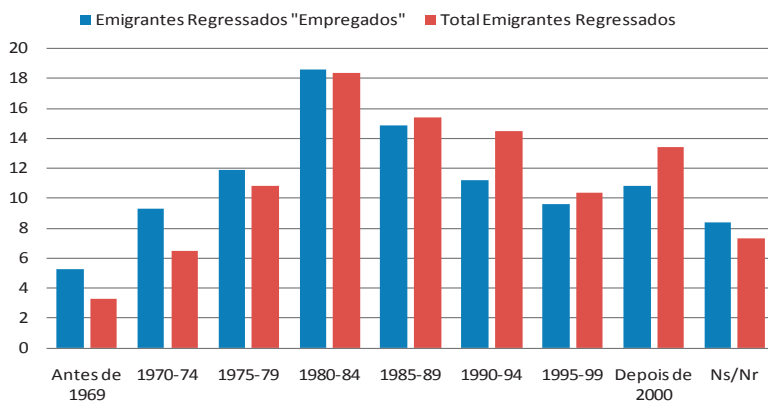


Gráfico 5. 6 - Inquiridos "reformados/pensionistas", segundo o ano de regresso (%)



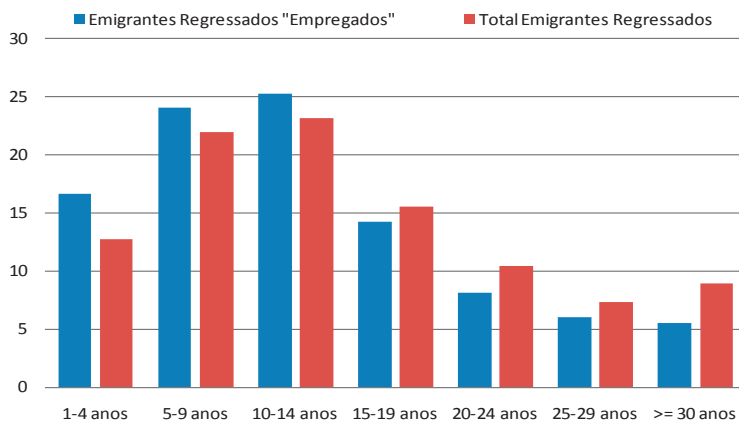
Por outro lado, praticamente 2/3 dos inquiridos que hoje se encontram reformados integraram os movimentos de regresso posteriores a 1980 (metade destes durante a década de oitenta), sendo que os restantes, na sua quase totalidade, regressaram antes dessa data (Gráfico 5.6). Estamos, assim, em presença de um grupo dentro do qual deverão ser tidas em conta experiências e legados emigratórios diferenciados, apesar do factor idade (60% já ultrapassaram os 70 anos e 33% estão na faixa dos 60 anos) e tempo de permanência conferirem alguma homogeneidade interna.

Com efeito, dentro da mesma categoria, a dos “reformados”, encontram-se indivíduos que integraram vagas de emigração referenciáveis a um tempo e a um espaço (país e território de recepção) próprios, tendo, por isso, conhecido contextos de (e) imigração específicos. Os processos e os modos de regresso são também eles distintos entre si, não só porque decorreram em diferentes fases do ciclo de vida destes indivíduos (por exemplo, uns terão regressado já reformados e outros não), mas também porque os quadros de retorno e de readaptação à sociedade de origem foram igualmente diversos, em função, sobretudo, das mudanças por que a sociedade açoriana passou ao longo das últimas quatro décadas. A procura, junto deste grupo, de um conhecimento efectivo desta pluralidade de situações e de realidades vividas, contribuirá, certamente, para se saber mais sobre a emigração açoriana da segunda metade do século XX, dando-a, assim, a conhecer melhor às comunidades de emigrantes e de luso-descendentes.

Como esta fase de apresentação de resultados se encontra reservada, em concreto, para a construção dos principais perfis da população em estudo, importa, agora, procurar perceber que características apresenta o outro grande conjunto de regressados,

ou seja, o daqueles que desempenham uma actividade enquadrada nos planos económico e laboral. Assim, debruçando-nos apenas sobre a categoria dos “empregados”, anteriormente referida como representando 34% dos inquiridos, podemos observar que uma parte significativa dos emigrantes regressados aí incluídos apresenta uma experiência emigratória bastante mais curta do que a do grupo dos “reformados/pensionistas” (Gráfico 5.7). Não chegam aos 20% os que permaneceram no país de acolhimento durante mais de 20 anos, enquanto o dobro, cerca de 40%, estiveram embarcados menos de 10 anos, 17% dos quais entre 1 e 4 anos.²⁶

Gráfico 5. 7 - Inquiridos “empregados”, segundo o tempo de permanência (%)

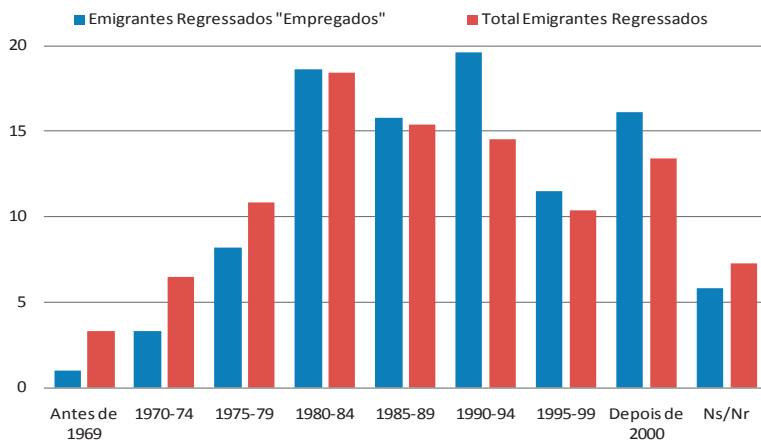


Apesar de alguns destes casos poderem configurar experiências emigratórias mais recentes, por períodos de tempo relativamente curtos – como, de resto, o Gráfico 5.8 indicia, através

²⁶ Na maior parte dos casos, este quantitativo estará associado ao fluxo para as Bermudas, destino que, como já foi referido várias vezes, é bastante rígido quanto ao tempo de permanência dos imigrantes.

de uma significativa incidência do regresso (47%) desde o início da década de noventa até aos últimos anos –, não deve ser ignorado o facto de que uma percentagem considerável dos ex-emigrantes ainda activos na Região regressou durante a década de oitenta (34%). Este aspecto tenderá a apontar, e em função do limite de idade que a própria condição de “activo” implica, para indivíduos que regressaram aos Açores ainda situados na faixa dos 30 ou dos 20 anos, ou, se não, ainda mais novos. Podemos, por isso, admitir que, complementarmente a outras situações, uma boa parte destes casos corresponderá ao já referido regresso de pessoas que partiram do Arquipélago ainda crianças e que voltaram acompanhados da família,²⁷ hipótese que, por outro lado, também permite explicar o elevado quantitativo daqueles que, dentro deste grupo, referem ter vivido no estrangeiro entre 10 a 19 anos (40%).

Gráfico 5. 8 - Inquiridos “empregados”, segundo o ano de regresso (%)



Acreditando, assim, existir, dentro da categoria dos “empregados”, esta heterogeneidade de experiências e de

²⁷ Relembre-se que o inquérito em que se baseou o presente estudo não contemplou filhos de emigrantes que tivessem nascido nos países de recepção.

passados emigratórios, procuremos, então, aprofundar um pouco mais o seu perfil, na tentativa, também, de se perceber melhor que recursos apresentam, quer no plano socioprofissional (aquele que maior relevância terá neste contexto) quer no que respeita a outras variáveis de caracterização sociodemográfica. Face aos valores globais, relativos à idade e ao nível de instrução, que caracterizam a generalidade da população em análise, e que, anteriormente, foram salientados, não deixam de poder ser levantadas algumas questões pertinentes quanto a este conjunto particular de emigrantes regressados. Por exemplo, e entre outras, saber a que distância se encontram da saída da vida activa ou se correspondem, de algum modo, à pequena proporção de inquiridos que detêm um nível de escolaridade mais elevado.

Em primeiro lugar, importa salientar que a repartição da população “empregada” por sexos, não obstante as reservas que se impõem a esta variável, evidencia um claro desequilíbrio: 68% de homens e 32% de mulheres. Esta diferença destaca-se, sobretudo, quando comparada com as que são apresentadas pelo conjunto total dos inquiridos e pelo grupo mais específico dos “reformados” (Gráfico 5.9). Além de ser o resultado parcial da metodologia adoptada na recolha de dados, por arrastamento do que se passa em relação ao total da população inquirida, a sobremasculinização observada não se prenderá unicamente com a média de idades relativamente baixa que caracteriza um número significativo dos emigrantes regressados das Bermudas. Como já dissemos, muitos destes encontram-se ainda em idade activa, estão empregados e são homens, na sua esmagadora maioria, pelo que era expectável que o seu contributo relativo para o grupo em análise fosse significativo.

Gráfico 5. 9 - Inquiridos "empregados" por sexo (%)

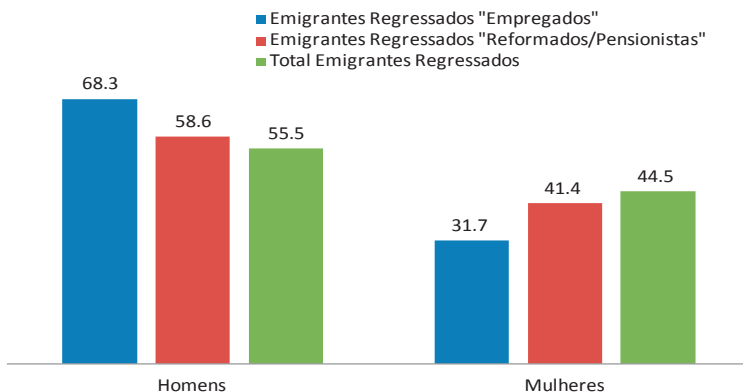
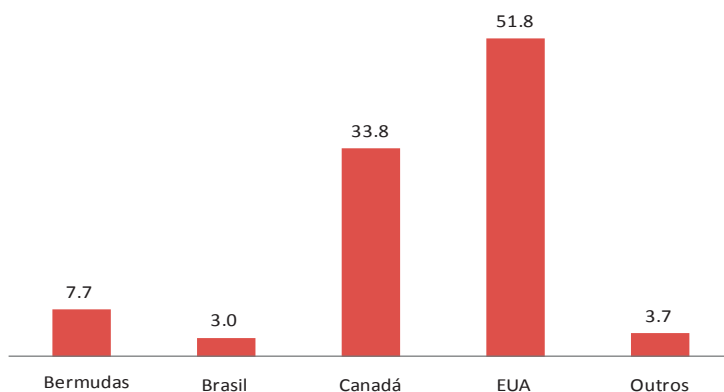


Gráfico 5. 10 - Inquiridos "empregados" por países de destino (%)



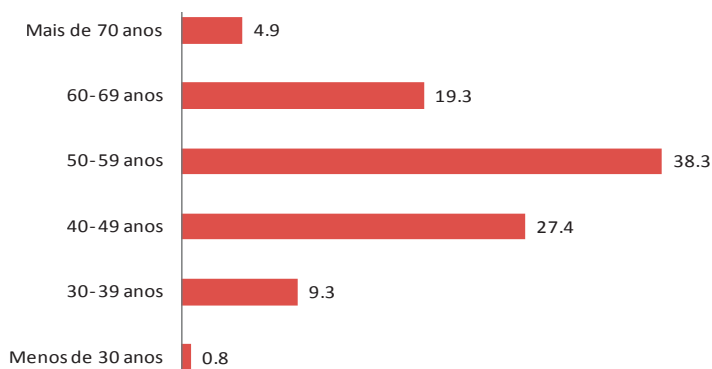
Porém, apenas 8% dos "empregados" são emigrantes regressados das Bermudas, sendo que mais de metade (52%) veio dos Estados Unidos e outros 34%, do Canadá (Gráfico 5.10).²⁸ Mais uma vez, estes números acabam por reforçar a ideia que quisemos deixar atrás, isto é, a possibilidade efectiva de que uma

²⁸ Apesar disso, esta distribuição, se comparada com a que se refere ao grupo dos "reformados/pensionistas", não deixa de sublinhar a importância que as Bermudas actualmente tem entre a população activa e empregada, do mesmo modo que associa o Canadá, de uma forma mais vincada, ao conjunto dos mais idosos que já saíram da vida activa. Para estes, a repartição comparável à do Gráfico 5.10 é a seguinte: Bermudas, 1,5%; Brasil, 2,9%; Canadá, 39,8%; Estados Unidos, 53,2%; Outros, 12,4%.

percentagem considerável dos regressados que, actualmente, desempenham uma actividade laboral é constituída por indivíduos que vieram destes dois últimos países a partir do início da década de oitenta em diante. Talvez isto acabe, também, por explicar a estrutura etária – mais envelhecida do que, à partida, seria de supor – do conjunto em análise (Gráfico 5.11).

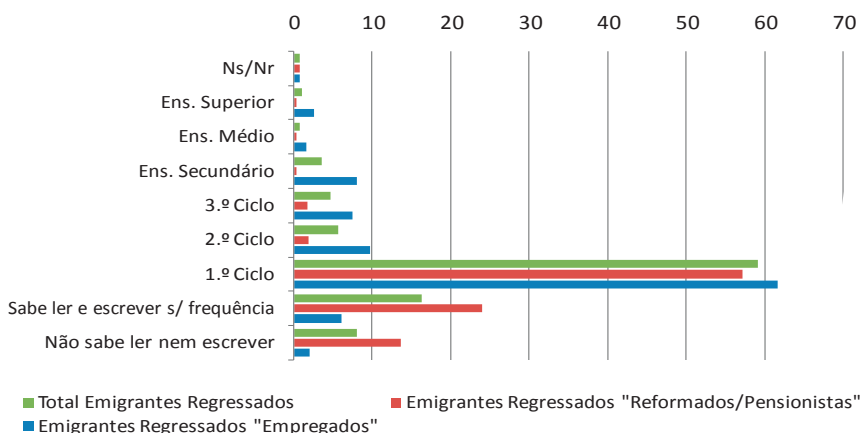
Surpreendentemente, quase $\frac{1}{4}$ dos inquiridos que responderam estar “empregados” têm mais de 60 anos – ainda que 60% destes se situem no intervalo 60-64 anos –, enquanto 38% atingirão, num horizonte de 10 a 15 anos, a idade legal de entrada na reforma. Por outro lado, rodam os 27% aqueles que se encontram hoje na faixa dos 40 anos e que, de um modo geral, continuarão a desempenhar uma actividade formal, devidamente enquadrada no mercado de trabalho, ao longo de um período de mais 15 a 25 anos. Apenas 10% têm menos de 39 anos. Em suma, e sem termos olhado ainda às actividades e profissões a que estão associados os efectivos em causa, torna-se legítimo afirmar que a evolução desta sua distribuição, condicionada a montante pela expectável estagnação dos fluxos de regresso, fará com que, durante as próximas décadas, sejam cada vez mais reduzidas as perspectivas de um eventual contributo dos emigrantes regressados aos Açores pela via laboral.

Gráfico 5. 11 - Inquiridos “empregados” por grupos de idade (%)



O facto de 2/3 dos inquiridos “empregados” com mais de 60 anos se encontrarem concentrados no intervalo dos 60-64 anos, e estarem, por isso, dentro da idade activa, não retira importância àquilo que pode ser dito acerca do restante 1/3. Com efeito, os dados apontam para casos que, na sua esmagadora maioria, correspondem a indivíduos já reformados e/ou a receberem uma pensão do estrangeiro, mas que, face ao tipo de actividade que praticam e ao modo como o fazem, responderam, no momento do inquérito, ser a sua condição face ao trabalho a de “empregado”.²⁹ Isto verificou-se, de um modo particular, junto de pessoas idosas que se dedicavam à prática da pequena agricultura de subsistência ou então de uma actividade artesanal, incluindo ainda algumas situações de proprietários de estabelecimentos comerciais ou de restauração.

Gráfico 5. 12 - Inquiridos “empregados” segundo o nível de escolaridade (%)

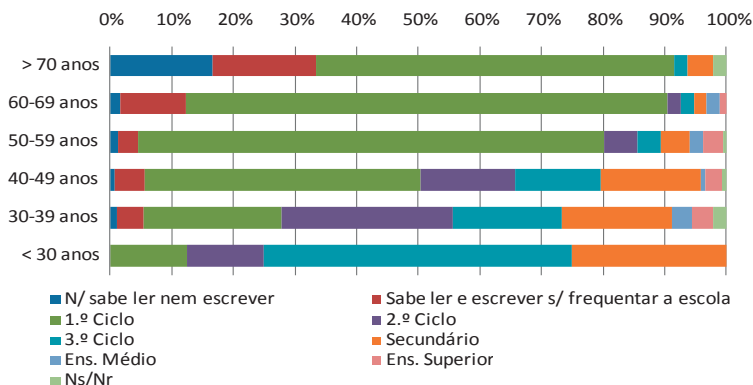


²⁹ A ocorrência deste facto deverá ser imputada, em grande medida, a algumas deficiências verificadas na recolha de informação. Em termos absolutos, são 119 casos, o que corresponde a cerca de 3,4% da população total inquirida. A explicação em causa resulta do cruzamento entre as variáveis Idade e Actividade/Profissão.

O nível de escolaridade do conjunto dos emigrantes regressados “empregados” não é significativamente melhor do que aquele que os inquiridos em geral apresentam, nem mesmo se distingue do dos “reformados” no que se refere, em concreto, à importância relativa do 1.º Ciclo (Gráfico 5.12). Comparativamente a este grupo, as principais diferenças prendem-se, como seria de esperar, com a menor incidência de casos de ausência de frequência escolar (resultante, fundamentalmente, da idade que separa algumas das gerações em causa) e com uma maior presença nos escalões do 2.º Ciclo em diante, ainda que, em nenhum em específico, esta se manifeste numa proporção superior a 10%.

A percentagem bastante elevada dos que possuem apenas os primeiros quatro anos de escolaridade (62%) não é dissonante do peso relativo apresentado pelo conjunto daqueles que, actualmente, se situam acima dos 50 anos de idade, e que, como foi possível observar atrás, ronda também os 62%. Embora não se possa admitir uma correspondência total entre os dois quantitativos (em virtude de, entre os mais idosos, existir quem nem o 1.º Ciclo possui), é possível que a maioria dessa população menos escolarizada corresponda às faixas mais envelhecidas da estrutura etária. Em causa estão gerações nascidas até ao final da década de cinquenta, altura em que no país, em geral, e nos Açores, em particular, era ainda pouco comum estender o percurso escolar para além da antiga Escola Primária. A relação entre os baixos níveis de instrução e as faixas mais envelhecidas do grupo em análise encontra-se em evidência no Gráfico 5.13, sendo que o mesmo também acaba por revelar que os escalões mais jovens estão aquém do que seria expectável em termos de qualificações escolares.

Gráfico 5. 13 - Inquiridos “empregados” por grupos etários, segundo o nível de escolaridade (%)



Com efeito, metade dos inquiridos com idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos, não foi além do final do 2.º Ciclo (¼ ficou-se apenas pelo 1.º Ciclo), e 75% dos que têm menos de 30 anos não completaram o Ensino Secundário. Estes valores são manifestamente insuficientes para gerações nascidas do início da década de setenta em diante, e só se tornam compreensíveis à luz da possibilidade de estarmos a falar de duas situações distintas, mas coexistentes entre si, nas faixas etárias em análise. Por um lado, há que ter em conta a elevada representatividade que aí se faz sentir dos que, em anos mais recentes emigraram e regressaram das Bermudas, e que, como já foi referido no Capítulo I, são, sobretudo indivíduos ligados a actividades e profissões com baixos níveis de qualificações. Por outro lado, não podemos ignorar aqueles inquiridos que, tendo emigrado enquanto crianças, iniciaram o processo de escolarização num sistema e num idioma diferentes dos que encontraram após o regresso, e que, face às dificuldades sentidas e, porventura, em conjugação com outros factores de natureza individual e

familiar, tenham optado por uma saída antecipada do sistema escolar português.

Quanto à integração sectorial do conjunto de emigrantes regressados que temos vindo a analisar – os “empregados” –, esta é pautada, desde logo, pelo reduzido e desproporcionado leque de actividades que concentra cerca de metade destes efectivos (Quadro 5.5). Os sectores em causa são o da “Agricultura e Pescas”,³⁰ com a taxa de integração mais elevada, 30%, e os do “Comércio e Reparação de Veículos” e da “Construção”, que apresentam níveis de integração da ordem dos 12% e 10%, respectivamente. O valor significativo que encontramos na categoria das “Outras Actividades não Especificadas” (16%) tende a resultar, fundamentalmente, do elevado número de casos em que os inquiridos, referindo a profissão exercida, não clarificaram o sector de actividade em que se inseriam.³¹

Esta distribuição, comparada com a da população açoriana em geral e até com a dos imigrantes que residiam no Arquipélago, em 2008, altura em que também foram recolhidos os dados para este estudo, aponta para um modelo de integração económica e sectorial bastante menos terciarizado e consentâneo até com o padrão de fixação territorial de matriz rural que, à partida, caracterizará grande parte do universo dos emigrantes regressados à Região. As diferenças estabelecem-se por via, sobretudo, de um maior peso das actividades primárias e de uma importância relativa menor em ramos que, ao longo dos últimos anos, têm vindo a afirmar-se do ponto de

³⁰ Segundo um estudo realizado, em 2006, sobre as comunidades piscatórias nos Açores, apenas 5% dos entrevistados que faziam da actividade da pesca a sua profissão, haviam transitado directamente da situação anterior de emigrantes (Tomás e Medeiros, 2006: 86).

³¹ Pela natureza de uma grande parte desses desempenhos profissionais, estamos em crer que os mesmos remeterão, essencialmente, para o ramo do Comércio e para actividades diversas dentro do sector dos Serviços.

vista económico e laboral na Região, como seja o dos serviços de natureza económica.³²

Quadro 5. 5 - Inquiridos segundo os sectores de actividade, por sexo (%)

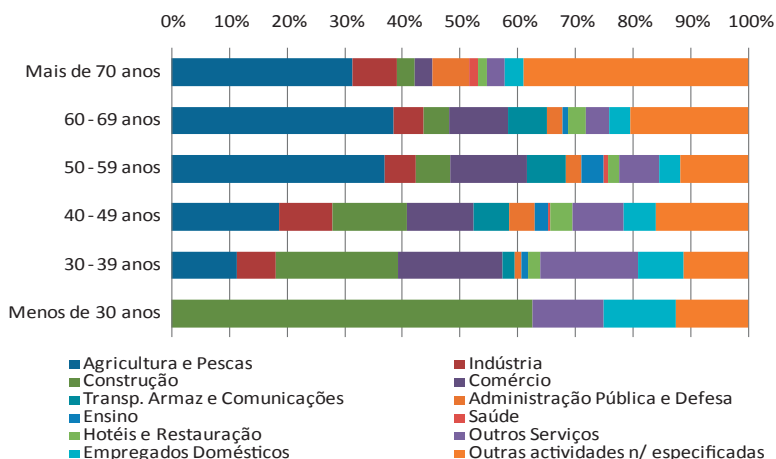
Ramo de Actividade	Total	Sexo	
		H	M
Agricultura e Pescas	30,4	39,8	9,5
Indústria	6,0	5,7	6,8
Construção	9,7	13,6	0,8
Comércio e Reparação de Veículos	11,6	9,6	15,7
Transportes, Armazenamento e Comunicações	5,9	7,9	1,4
Administração Pública e Defesa	3,6	3,5	3,8
Ensino	2,4	0,5	6,8
Saúde	0,6	0,1	1,6
Hotéis e Restauração	2,4	0,9	5,7
Outros Serviços	6,6	4,9	10,6
Empregados Domésticos	4,6	0,6	13,6
Outras Actividades Não Especificadas	16,2	12,9	23,7
Total	100,0	100,0	100,0

A repartição etária dos inquiridos “empregados”, o seu baixo nível de instrução, a provável ausência de qualificações profissionais, adquiridas durante o período de emigração, que lhes ajudassem no acesso a actividades para as quais não estariam originalmente habilitados, e, em muitos casos, a percepção de uma situação económica confortável que acabe por promover o desempenho de uma actividade mais *por gosto* do que *por*

³² Em 2008, a população imigrante inquirida, na sua maioria, distribuía-se pela “Construção” (31%), “Outros Serviços” (22,7%), “Hotéis e Restauração” (10,6%) e “Comércio” (10,2%) (Rocha *et al.*, 2009: 112).

necessidade, constituirão, porventura, alguns dos principais factores explicativos para o peso com que os regressados se fazem representar nos três sectores destacados, e, muito em particular, no da Agricultura.

Gráfico 5. 14 - Inquiridos “empregados” segundo a idade, por sectores de actividade (%)



Em termos etários, a actividade agrícola, ainda que não deixe de estar associada a indivíduos mais novos, ocupa quase 40% da população com mais de 50 anos, incluindo a que já ultrapassou a idade legal da reforma. (Gráfico 5.14). A correspondência entre os regressados de idade mais avançada e o trabalho na terra e/ou com o gado, tem como contraponto a ligação que se estabelece entre os efectivos mais jovens e o desempenho laboral na Construção. Cerca de 65% dos casos de emigrantes regressados a trabalhar neste ramo dizem respeito a indivíduos com menos de 50 anos,³³ representando 21,3% do emprego dos que têm entre 30 e 39 anos e 63% dos que se encontram abaixo dos 30 anos.

³³ A distribuição do emprego no sector da Construção, segundo os vários escalões etários, é a seguinte: *Menos de 30 anos*, 5,6%; *30-39 anos*, 21,1%; *40-49 anos*, 37,8%; *50-59 anos*, 23,3%; *60-69 anos*, 10%; *Mais de 70 anos*, 2,2%.

Em certa medida, esta tendência é também testemunhada em relação ao sector dos “Outros Serviços”, no qual 38% dos emigrantes regressados com idade igual ou inferior a 49 anos encontraram o seu campo de trabalho. Ainda que seja relativamente diminuta a percentagem de inquiridos possuidora de níveis de escolaridade acima do 2.º Ciclo, como anteriormente já foi salientado, mas considerando o facto de ser nesta faixa etária que se evidencia a maior incidência destes casos, é de admitir que a maior presença de efectivos mais novos no sector em questão resulte, em parte, da relação que, em muitos casos, tende a existir entre as habilitações dos indivíduos e o desempenho de um leque considerável de actividades terciárias. Nesta medida, é possível encontrar inquiridos que são, por exemplo, bancários, administrativos ou recepcionistas.

Porém, e em virtude da natureza bastante diversa das ocupações que a presente categoria contém, não podemos ignorar um outro grupo de efectivos que desenvolve actividades que, por norma, costumam ser menos exigentes em termos do nível de escolaridade requerido. Dentro deste grupo encontramos, entre outros, vigilantes e empregados de segurança, pessoal auxiliar em creches e lares de idosos, cabeleireiras ou costureiras.

Contrariando um pouco esta ligação entre o tipo de ocupação laboral e a faixa etária dos inquiridos, a integração no ramo do “Comércio e Reparação de Veículos”, o terceiro principal pólo de emprego e de actividade dos mesmos, tende a depender menos da idade, indicando, deste modo, que actividades como, por exemplo, as de retalhista ou de mecânico de automóveis (duas das mais frequentes que aí encontramos) acabam por ser transversais às várias gerações. Como veremos mais adiante, uma percentagem considerável destes indivíduos desenvolve as referidas actividades por conta própria, o que, em certa

medida, poderá ajudar a explicar essa intersecção etária. Nestes casos, estamos em crer que terá contado mais o impulso oferecido pelo espírito de iniciativa e por alguma formação/experiência profissional no ramo, do que, propriamente, o facto de os inquiridos reunirem, ou não, qualificações escolares para o efeito, questão esta, como sabemos, com menor importância naquele tipo de actividades.

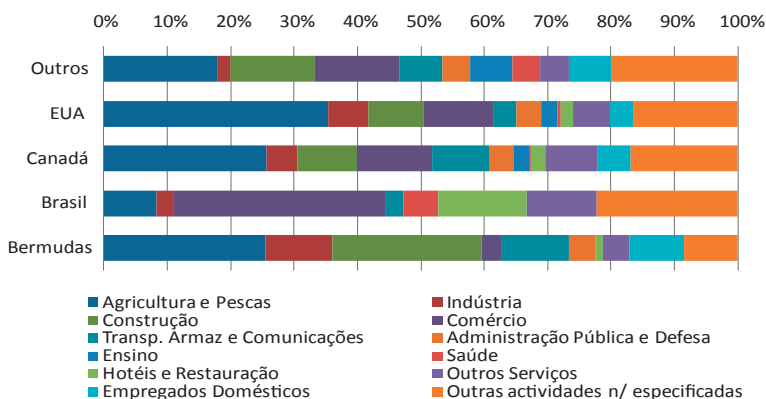
Quanto ao maior peso relativo que a categoria “Outras Actividades não Especificadas” adquire nos dois escalões mais avançados, é possível que tenda a resultar do facto de as situações dúbias e pouco claras sobre o exercício efectivo e formal de uma actividade se encontrarem associadas, por natureza, a pessoas que se preparam para sair, ou que já saíram, da idade activa.

Dito isto, parece-nos que a distinção etária que se estabelece entre os dois principais sectores onde se concentra a maioria dos emigrantes regressados à Região – a Agricultura e a Construção – não tem uma relação directa com o destino emigratório escolhido por estes. O facto de, em relação à emigração para os Estados Unidos e o Canadá, estarem em causa regressados com uma idade mais avançada e com um passado ligado fundamentalmente à agricultura (Cf. Capítulo 2), e, por outro lado, uma parte dos regressados mais novos poder ser associada aos fluxos mais recentes para as Bermudas, muito relacionados com o trabalho no sector da construção civil, faria supor uma clivagem maior do que aquela que o Gráfico 5.15 evidencia.

Com efeito, ainda que seja verdade que quase 25% dos que emigraram para este último destino estejam actualmente ligados ao sector da “Construção”, podemos observar que uma percentagem muito semelhante a esta também desempenha uma actividade no da “Agricultura e Pescas”. Por outro lado, o

sector da “Construção” não é de relevância menor entre aqueles que regressaram dos Estados Unidos e do Canadá, assumindo, junto destes, um peso relativo bastante próximo aos dos outros dois ramos que temos vindo a destacar, designadamente o do “Comércio e Reparação de Veículos” e o dos “Outros Serviços”.

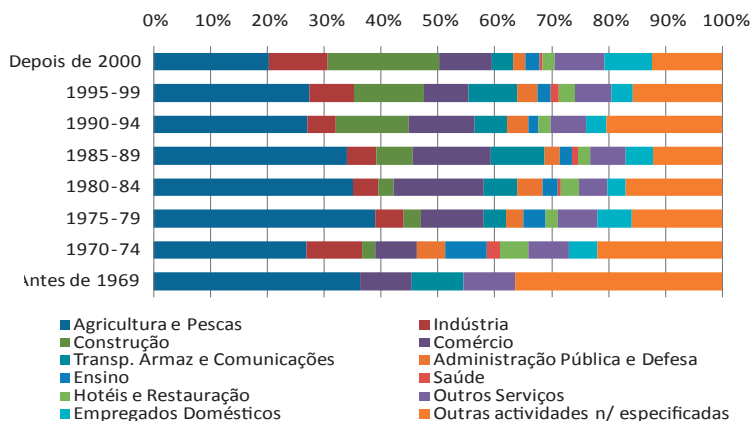
Gráfico 5. 15 - Inquiridos “empregados” por principal país de destino, segundo os sectores de actividade (%)



Tal imbricação quebra com a lógica dicotómica atrás enunciada, acerca do perfil profissional dos emigrantes regressados destes dois grandes pólos da emigração açoriana. Por um lado, não devemos esquecer-nos que o fluxo emigratório para as Bermudas, não obstante a importância que a construção civil veio a adquirir durante os últimos anos, continua ainda a estar bastante associado ao envio de mão-de-obra para o ramo da jardinagem, cujo recrutamento é feito em função, sobretudo, da actividade dos candidatos na origem, com primazia para aqueles que se encontram ligados à agricultura e à lavoura. Nesta medida, é expectável que, após o regresso, a actividade que voltam a desenvolver seja a mesma que tinham antes de partir, o que, aliás, também acontece com a construção.

Por outro lado, e relativamente à presença não negligenciável dos emigrantes regressados dos Estados Unidos e do Canadá na construção, sem termos entrado ainda na problemática da mobilidade sectorial dos inquiridos, arriscaríamos dizer que os factores explicativos em causa poderão ser de ordem semelhante aos anteriores, ainda que, porventura, relacionados, em certos casos, com a transferência, por parte desses emigrantes, de uma importante experiência profissional neste sector aquando da sua permanência nos territórios de acolhimento. Significa isto que, por razões múltiplas, poderão existir situações em que a ocupação anterior à partida não é retomada após o regresso, vindo a ser substituída por uma outra em que se acumulou conhecimentos e outras vantagens (económicas, desde logo) durante o período de emigração. O trabalho na construção poderá constituir um exemplo deste tipo.

Gráfico 5. 16 - Inquiridos “empregados” por ano de regresso, segundo os sectores de actividade (%)



A análise da importância relativa que cada sector de actividade assume em função da variável Ano de Regresso dos

inquiridos (Gráfico 5.16), permite acrescentar uma componente temporal aos elementos sociodemográficos que têm vindo a ser apontados como capazes de interferir, mais directamente, na distribuição dos inquiridos “empregados” pelos vários ramos de inserção laboral.

Na verdade, e apesar de dever ser tido em conta que a *actividade actual* dos entrevistados não coincidirá, na totalidade dos casos, com a *primeira actividade após o regresso*, pode deduzir-se, através do referido gráfico, que, durante as últimas três décadas, a variação verificada nos principais sectores de reincorporação dos emigrantes regressados, não terá sido alheia ao maior ou menor peso económico e social que, dentro do contexto regional, cada um destes foi conhecendo ao longo do tempo. Torna-se possível observar que, à medida que o tempo passa, os emigrantes que vão regressando se integram cada vez menos na agricultura e cada vez mais na construção. Neste sentido, talvez possamos afirmar que a integração laboral dos emigrantes regressados não tem vindo a apresentar-se apenas como uma questão de idade ou de nível de instrução, por exemplo, mas reflectirá, igualmente, a importância variável que tanto o sector agrícola como o da construção civil foram demonstrando no próprio quadro da economia e da sociedade açorianas, designadamente, através da gradual perda de importância do primeiro e do crescimento notório do segundo, sobretudo durante a última década.

Na sequência da análise sobre a integração sectorial da população em estudo, o perfil da mesma ficará mais completo com uma breve referência à forma como se distribui pelas várias categorias socioprofissionais. Embora não deixe de comportar algumas zonas nebulosas, resultantes de critérios estatísticos, esta variável, contrariamente à anterior, permite, sobretudo, clarificar

alguns pontos relativos à distinção que é possível estabelecer entre efectivos empregados no mesmo sector ou ramo.

Quadro 5. 6 - Inquiridos segundo os grupos socioprofissionais, por sexo (%)

Grupo socioprofissional	Total	Sexo	
		H	M
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores das Empresas	7,4	6,3	9,9
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2,1	0,7	5,1
Técnicos Profissionais de Nível Intermédio	1,6	1,7	1,3
Pessoal Administrativo e Similares	1,5	0,5	3,7
Pessoal dos Serviços e Vendedores	14,5	10,5	23,3
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	28,1	38,0	6,4
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	16,0	19,3	8,6
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores de Montagem	6,5	9,1	0,8
Trabalhadores não Qualificados	9,9	3,6	23,8
Forças Armadas	-	-	-
Outros Activos não Especificados	12,4	10,3	17,1
Total	100,0	100,0	100,0

Assim, em termos gerais, podemos observar (Quadro 5.6), de imediato, o reflexo da sobre-representação dos inquiridos nos ramos da agricultura, da construção e de vários serviços de natureza económica, nas categorias “Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas” (28,1%), “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” (16%) e “Pessoal dos Serviços e Vendedores” (14,5%), respectivamente. A fraca concentração nas quatro categorias mais elevadas (aspecto mais notório nos homens do que nas

mulheres) não só reflecte os baixos níveis de instrução dos inquiridos, como confirma a questão, por nós anteriormente referida, de que a maior parte dos emigrantes regressados com ligação ao Terciário, acaba por desempenhar tarefas pouco qualificadas. Isto não significa que não se observem algumas diferenças internas – as quais, aliás, já foram ilustradas com exemplos de ocupações concretas (por exemplo, bancário vs. auxiliares de instituições de apoio social) –, mas os casos de cargos com maior grau de qualificação, e que, na generalidade, correspondem a uma escolaridade de nível médio, assumem uma proporção bastante menor do que as situações contrárias. Os cerca de 7% registados no grupo “Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores das Empresas” devem-se, na sua quase totalidade, a situações de indivíduos que, de alguma forma, assumem funções de chefia sobre terceiros em actividades por conta própria, e que dizem respeito, essencialmente, a PME nos ramos da indústria, das vendas e da distribuição.

Por outro lado, é possível, através dos valores em análise, dar conta de uma outra distinção intra-sectorial, baseada na componente das qualificações profissionais. Trata-se do sector da Construção, relativamente ao qual, e do ponto de vista do estatuto e das competências dos seus recursos, existe uma certa dualidade interna, traduzida pela repartição dos efectivos entre as categorias “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares” e “Trabalhadores não Qualificados”. Esta diferença deve-se ao facto de uma parte dos emigrantes regressados que desempenham a actividade em questão se inserirem na categoria “Ajudante de Pedreiro” e não na de “Pedreiro”, o que significa que nos encontramos perante indivíduos que, apesar de terem feito,

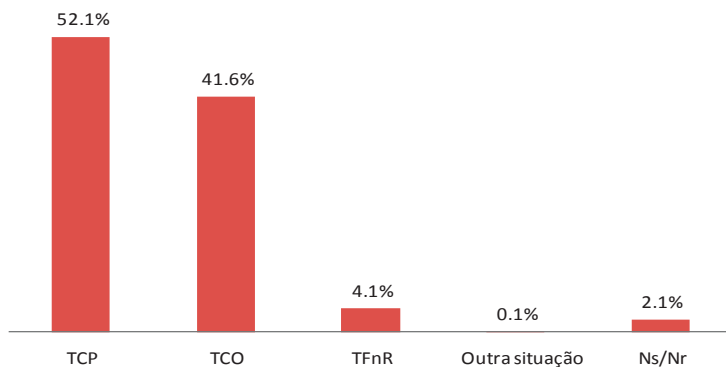
na maior parte dos casos, uma experiência emigratória no ramo, como adiante se terá oportunidade de referir, ou regressaram desprovidos de qualificações capazes de tornarem o seu desempenho na actividade mais completo e competente, ou então não tiveram a possibilidade de realizar a transferência de competências entretanto adquiridas.

Quanto às grandes diferenças que se encontram estabelecidas entre sexos, e para além da já esperada sub-representação das mulheres em categorias que remetem, na sua quase totalidade, para sectores tipicamente masculinos, como é o caso da agricultura e da construção, o Quadro 5.6 revela um maior nivelamento socioprofissional para os homens do que para as mulheres. De facto, em quase metade dos casos, estas distribuem-se, em proporções muito semelhantes, pelos grupos "Pessoal dos Serviços e Vendedores" (23,3%) e "Trabalhadores não Qualificados" (23,8%), pondo em evidência, deste modo, a clivagem que existe, dentro do universo feminino, entre aquelas mulheres que, no geral, desempenham um trabalho medianamente qualificado, e ao qual não deixa de ser atribuído algum valor social e económico, e um conjunto de outras que se encontrarão numa posição social mais desvantajosa e que, à partida, serão remuneradas a níveis mais baixos. Esta verticalidade que se testemunha na estrutura socioprofissional feminina, no caso dos homens surge de forma mais diluída, uma vez que as categorias ligadas, no essencial, ao trabalho na agricultura e na construção ("Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas" e "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares") tendem a apresentar pontos em comum, no que respeita, principalmente, à percepção e valorização social das mesmas.

Outro aspecto de importância acrescida dentro dos quadros teóricos e analíticos dos estudos realizados sobre os

emigrantes regressados prende-se com a elevada propensão deste grupo para desenvolver uma actividade por conta própria. Esta tendência tem sido apontada, por vários autores, como sendo superior quer à testemunhada entre a população dos que nunca emigraram quer à que é demonstrada pelos emigrantes do mesmo grupo étnico a residir no estrangeiro (Coulon e Piracha, 2006; Martin e Radu, 2008).³⁴ Para além das questões mais directamente relacionadas com as trajectórias de mobilidade social dos regressados, R. Martin (2009) atribui isto ao facto de uma parte destes, por via da sua experiência emigratória, terem conseguido reunir competências capazes de promoverem o trabalho por conta própria, e que se baseiam, por exemplo, em conhecimentos e noções estratégicas de empreendedorismo, ou numa maior e mais clara percepção do risco económico e empresarial.

Gráfico 5. 17 - Inquiridos “empregados” segundo a situação na profissão (%)



³⁴ Trata-se, aliás, de uma disposição acompanhada, muitas vezes, pela tendência, também elevada, de os emigrantes, após o regresso, não voltarem a integrar o mercado de trabalho do país de origem, o que não exclui a possibilidade de manutenção, por um largo período de tempo, de uma actividade ocupacional, ainda que não profissional.

Sem entrarmos no âmbito destas determinantes e motivações, parece-nos, no entanto, que, a referida tendência é também observável em relação à realidade em análise. Com efeito, do total de indivíduos que, no momento do inquérito, disseram estar empregados, mais de metade (52,1%) eram trabalhadores por conta própria (TCP), encontrando-se cerca de 42% dos restantes associados a uma actividade por conta de terceiros (TCO) (Gráfico 5.17). O trabalho familiar não remunerado, enquanto modalidade frequentemente testemunhada nos principais contextos regionais portugueses onde mais se faz sentir o fenómeno do regresso emigratório (Silva *et al.*, 1987), parece atingir uma percentagem muito reduzida dos emigrantes regressados aos Açores (menos de 5%, segundo os dados apurados). Na sua maioria, são casos que dizem respeito à prática da actividade agrícola para consumo familiar, por parte de mulheres menos jovens (Quadro 5.7 e Quadro 5.8).³⁵

É a agricultura, igualmente, a actividade que concentra quase metade (46%) dos emigrantes regressados que trabalham por conta própria, o que explica, em grande medida, que a esmagadora maioria dos inquiridos que se revêem nesta situação profissional sejam homens e pertençam aos escalões etários mais avançados. Além do trabalho na terra e/ou com o gado, é sobretudo no pequeno comércio e nas oficinas de mecânica que uma outra parte dos

³⁵ No Quadro 5.8, estamos em crer que a distribuição de valores referentes à categoria "TFnR" deverá ser interpretada como meramente indicativa do peso dos regressados nos sectores assinalados. Com efeito, 28,6% dos respondentes (neste caso, mulheres) deverão ter assumido que a sua condição de "domésticas" lhes colocava na situação de "Trabalhadores Familiares não Remunerados", pelo que se assim aconteceu se tratou de um aspecto que não foi, no momento do preenchimento do inquérito, tido em conta e rectificado pelo(s) entrevistador(es). Na dúvida, porém, de que tal suposição possa não ser generalizável à totalidade dos casos, optámos por apresentar a distribuição original das respostas.

ex-emigrantes (quase 15%) encontra a sua oportunidade de negócio e de até de independência hierárquica. A construção, por sua vez, apresenta-se como um sector cuja importância relativa é maior junto dos trabalhadores por conta de outrem (16,9%) do que entre os emigrantes regressados empreendedores (5,7%), acontecendo algo semelhante com as actividades industriais e o conjunto diverso dos serviços de natureza económica.

Quadro 5. 7 - Inquiridos TPC, TCO e TFnR, por sexo e grupos de idade (%)

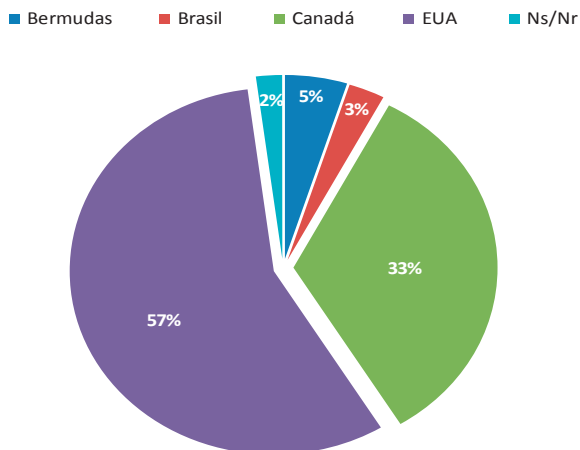
		Situação na profissão		
		TCP	TCO	TFnR
Sexo	Homens	76,5	59,2	11,9
	Mulheres	23,5	40,8	88,1
	Total	100,0	100,0	100,0
Idade	<30 anos	0,7	0,8	2,0
	30-39 anos	4,1	12,9	2,0
	40-49 anos	21,1	25,6	20,0
	50-59 anos	39,3	24,7	32,0
	60-69 anos	24,9	18,2	32,0
	>70 anos	9,9	17,8	12,0
	Total	100,0	100,0	100,0

Quadro 5. 8 - Inquiridos segundo os sectores de actividade, por situação na profissão (%)

Sector de actividade	Total	Situação na profissão		
		TCP	TCO	TFnR
Agricultura e Pescas	30,4	45,8	6,7	42,9
Indústria	6,0	2,8	10,9	-
Construção	9,7	5,7	16,9	-
Comércio e Reparação de Veículos	11,6	14,4	8,4	7,1
Transportes, Armazenamento e Comunicações	5,9	8,0	2,9	-
Administração Pública e Defesa	3,6	-	8,7	-
Ensino	2,4	0,5	5,8	-
Saúde	0,6	-	1,3	-
Hotéis e Restauração	2,4	2,2	2,9	-
Outros Serviços	6,6	4,9	10,0	-
Empregados Domésticos	4,6	1,7	6,7	28,6
Outras Actividades Não Especificadas	16,2	14,0	18,8	21,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

A distribuição dos “TCP” pelos principais destinos emigratórios (Gráfico 5.18) não é significativamente diferente da que, em momento anterior deste ponto, se obteve para o total dos emigrantes regressados “empregados” (Gráfico 5.10), o que permite afirmar que o contributo de cada um deles para a iniciativa privada destes efectivos deverá ser colocado em termos muito semelhantes aos observados para o mercado de trabalho em geral. Deste modo, as condições necessárias para os emigrantes se estabelecerem por sua conta, tenderão a depender pouco do seu anterior destino, encontrando-se muito mais dependentes, por exemplo, da actividade que aí exerceram ou mesmo da que tinham antes de emigrar.

Gráfico 5. 18 - Inquiridos na situação de TCP por países de destino (%)



Uma análise sucinta das principais linhas que caracterizam os percursos ocupacionais quer dos inquiridos empregados, em geral, quer apenas deste grupo específico que trabalha por conta própria, permite equacionar, com maior rigor, não só esta mas também outras hipóteses que levantámos anteriormente e que dizem respeito às lógicas subjacentes à inserção sectorial destes emigrantes regressados.

Quadro 5. 9 - Matriz de mobilidade sectorial entre a situação antes da partida (última actividade) e a situação no país de destino (última actividade) (%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
1) Agricultura e Pescas	28,4	24,6	27,9	4,1	1,8	-	-	-	4,9	4,4	0,5	3,4	100,0
2) Indústria	6,7	43,4	6,7	3,3	-	3,3	-	-	3,3	23,3	-	10,0	100,0
3) Construção	11,7	18,3	57,6	2,5	0,8	-	-	-	1,7	3,3	0,8	3,3	100,0
4) Comércio e Reparação de Veículos	7,8	41,2	17,6	9,8	2,0	-	-	-	2,0	15,7	-	3,9	100,0
5) Transportes, Armazenamento e Comunicações	20,0	26,7	13,3	6,7	-	-	-	-	-	13,3	-	20,0	100,0
6) Administração Pública e Defesa	13,8	31,2	24,1	13,8	-	-	3,4	-	-	6,9	3,4	3,4	100,0
7) Ensino	11,1	22,2	-	-	11,1	-	33,3	-	-	11,1	-	11,1	100,0
8) Saúde	-	-	-	20,0	-	-	-	40,0	-	20,0	-	20,0	100,0
9) Hotéis e Restauração	-	44,4	11,1	-	-	-	11,1	-	11,1	22,2	-	-	100,0
10) Outros Serviços	16,7	33,3	8,3	-	8,3	-	-	-	12,5	16,7	-	4,2	100,0
11) Empregados Domésticos	4,8	57,1	-	4,8	-	-	-	9,4	4,8	14,3	4,8	-	100,0
12) Outras Actividades Não Especificadas	18,7	27,1	20,3	1,7	1,7	-	1,7	1,7	1,7	16,9	-	8,5	100,0

Quadro 5. 10 - Matriz de mobilidade sectorial entre a situação no país de destino (última actividade) e a situação após o regresso (actividade no momentos do inquérito) (%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
1) Agricultura e Pescas	54,1	3,5	7,6	5,2	5,3	4,1	1,2	-	0,6	4,1	1,7	12,6	100,0
2) Indústria	26,8	8,6	4,9	14,3	4,9	2,8	2,5	-	3,1	6,5	4,6	21,0	100,0
3) Construção	34,6	5,4	27,6	8,7	7,1	2,9	-	-	0,4	1,7	0,8	10,8	100,0
4) Comércio e Reparação de Veículos	15,2	-	4,5	33,4	7,6	3,0	1,5	1,5	4,5	12,1	1,5	15,2	100,0
5) Transportes, Armazenamento e Comunicações	27,8	5,6	5,6	11,1	11,1	5,6	-	-	-	22,2	-	11,0	100,0
6) Administração Pública e Defesa	-	-	-	50,0	50,0	-	-	-	-	-	-	-	100,0
7) Ensino	9,1	-	-	9,1	-	-	36,4	-	9,1	9,1	-	27,2	100,0
8) Saúde	7,1	-	14,3	7,1	-	14,3	7,1	21,6	7,1	-	7,1	14,3	100,0
9) Hotéis e Restauração	28,6	4,8	4,8	9,5	14,3	2,4	2,4	-	7,1	-	7,1	19,0	100,0
10) Outros Serviços	18,5	5,6	5,6	13,9	6,5	0,9	3,7	0,9	2,8	13,9	9,2	18,5	100,0
11) Empregados Domésticos	12,5	-	-	12,5	12,5	-	12,5	-	-	-	37,5	12,5	100,0
12) Outras Actividades Não Especificadas	23,8	1,6	3,2	9,5	7,9	4,8	3,2	-	3,2	20,6	-	22,2	100,0

Atendendo à diferença entre a última actividade exercida no país de acolhimento e a referida no momento do inquérito (Quadro 5.10), e começando pelos percursos de regresso realizados em direcção ao sector agrícola, somos levados a admitir dois grandes tipos de trajectórias. Por um lado, a dos emigrantes regressados que cumprem o que podemos considerar ser uma “terceira fase” dentro daquela que foi sempre a sua principal ocupação, ou seja, a agricultura. Com efeito, quase 30% dos que antes de partirem se dedicavam a esta actividade, no momento anterior ao regresso ainda mantinham a ligação ao sector (Quadro 5.9), sendo que, após o regresso, mais de metade destes (54%) continuaram aí inseridos. Incluir-se-ão aqui os casos não só daqueles emigrantes que foram da agricultura e/ou lavoura, nos Açores, para a jardinagem, nas Bermudas, e aos quais aludimos anteriormente, mas também, estamos em crer, uma grande parte dos emigrantes que rumaram e permaneceram em territórios de acolhimento da emigração açoriana, tanto nos Estados Unidos da América como no Canadá, que tradicionalmente sempre estiveram mais ligados à prática da agricultura é à criação de gado.

A outra trajectória que converge com esta prende-se com a situação daqueles emigrantes para quem o regresso significou, no sentido literal do termo, o retorno à origem no que respeita ao seu percurso ocupacional e profissional. Para estes, com a vinda para os Açores, a agricultura voltou a ser a principal actividade desenvolvida, depois de terem passado, por exemplo, por uma experiência na construção ou na indústria enquanto imigrantes no país de acolhimento. Tendo, para milhares de açorianos, a emigração significado, como se disse em capítulos anteriores, a transição do trabalho na terra para as fábricas ou para a construção (aspecto que, mais uma vez,

está bem patente no Quadro 5.9), a verdade é que 26,8% e 34,5% dos que, no estrangeiro, estiveram inseridos nestes dois sectores, respectivamente, (re)direccionaram-se para a agricultura quando regressaram (Quadro 5.10).

Paralelamente aos percursos encontrados no sector agrícola, e tendo em conta que o comércio e alguns serviços ocupam uma percentagem também significativa dos regressados ainda activos, importa salientar, igualmente, aquela que entendemos ser a principal trajectória dos emigrantes até estes ramos. Com efeito, ao analisarmos as três primeiras linhas do Quadro 5.10, verificamos que, mais do que em relação à agricultura ou à construção, um passado emigratório ligado ao trabalho na indústria parece facilitar a inserção nas actividades terciárias, após o regresso. Quase 42% dos inquiridos que, enquanto emigrantes, trabalhavam em fábricas, ao regressarem aos Açores acabaram por se distribuir pelos sectores do “Comércio e Reparação de Veículos”, “Outros Serviços” e “Outras Actividades não Especificadas” (este, na sua maioria, composto por comércio e serviços, como já dissemos). A mesma distribuição relativamente aos emigrantes que vieram quer da agricultura quer da construção apresenta uma ordem de grandeza bastante menor – 22,1% e 21,2%, respectivamente.

Se, no caso da agricultura e da construção, existem aspectos de realização pessoal e/ou de aplicação de competências específicas, capazes de explicar que, de volta aos Açores, se retome ou mantenha tais actividades, no que se refere à indústria, a questão que se coloca é, muitas vezes, a da ausência de um saber especializado que o desempenho de um conjunto de tarefas rotineiras não proporcionou e que, necessariamente, empurra esses emigrantes regressados para outras actividades menos qualificadas. Dentro do ramo do comércio e dos serviços,

estas actividades, apesar de serem diferentes da que tinham no país de acolhimento, caracterizam-se igualmente por uma generalizada falta de requisitos para a sua execução.

Vindos de uma experiência emigratória marcada (pelo menos na fase final) pelo trabalho na construção civil, os emigrantes regressados tendem a encontrar três principais saídas ocupacionais: a primeira é a agricultura e, nalguns casos, como atrás se disse, numa perspectiva de retorno à actividade de origem (34,6%); a segunda passa por um conjunto de actividades que, apesar de não terem sido especificadas no momento do inquérito, estão relacionadas com o comércio (na maior parte dos casos, por conta própria) (10,8%); e, como terceira saída, a manutenção da sua profissão no próprio sector da construção (27,5%). Refira-se que esta última situação ainda se mantém actual para a esmagadora maioria dos casos dos emigrantes para as Bermudas, os quais são recrutados em função da actividade que exercem nos Açores e que, após o regresso, se mantêm neste ramo.

Passando agora à análise da mobilidade ocupacional relativa apenas ao grupo dos Trabalhadores por Conta Própria, e na tentativa de se tentar perceber melhor os trajectos socioprofissionais que culminam neste estatuto, verificamos, com recurso ao Quadro 5.11, que uma elevada percentagem (74%) dos que, antes de emigrarem, trabalhavam na agricultura assumiram a condição de trabalhadores por conta própria depois de regressarem. O mesmo aconteceu em relação àqueles que antes se integravam quer no sector do "Comércio e Reparação de Veículos" (69,7%) quer no da "Construção", ainda que neste a tendência tenha sido menor do que nos anteriores (41,4%).

Estes quantitativos elevados acabam por ser reveladores de que, para muitos emigrantes, o regresso constituirá

a recuperação do estatuto de autonomia pessoal no plano ocupacional, que anteriormente possuíam e que a emigração veio, por um período mais ou menos longo de tempo, alterar.³⁶ Arriscaríamos afirmar que, nalguns casos, a restabelecimento dessa condição de independência chegará mesmo a sobrepor-se ao retorno à actividade de origem, como, de resto, se faz notar pela atracção que quer a agricultura quer o comércio exercem sobre pessoas com outras origens sectoriais. A situação mais evidente é a dos indivíduos que, antes de emigrarem, trabalhavam por sua conta na construção e que, actualmente, são trabalhadores por conta própria na agricultura.

Neste, como noutros casos em que a transferência se faz para a agricultura, dificilmente podemos pôr de parte uma provável ligação passada à terra e ao trabalho nesta, mesmo como actividade complementar ou de subsistência. Esta relação, aliás, parece tornar-se patente quando se atende à mobilidade sectorial dos actuais "TCP", entre a sua condição de imigrantes e a de emigrantes regressados (Quadro 5.12).

³⁶ Como foi referido no Capítulo 3, a percentagem de emigrantes que, nos países de acolhimento, foram trabalhadores por conta própria não chegava aos 5%.

Quadro 5. 1.1 - Matriz de mobilidade sectorial dos TCP entre a situação antes da partida (última actividade) e a situação após o regresso (actividade no momento do inquérito) (%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
1) Agricultura e Pescas	73,9	1,1	1,4	5,0	6,8	-	-	-	0,4	0,7	0,4	10,6	100,0
2) Indústria	9,1	9,1	9,1	9,1	9,1	-	-	-	-	9,1	9,1	36,4	100,0
3) Construção	17,2	12,1	41,4	8,6	10,3	-	-	-	-	6,9	-	3,4	100,0
4) Comércio e Reparação de Veículos	-	-	3,0	69,7	9,1	-	-	-	6,1	-	-	12,1	100,0
5) Transportes, Armazenamento e Comunicações	37,5	-	-	25,0	37,5	-	-	-	-	-	-	-	100,0
6) Administração Pública e Defesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
7) Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
8) Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
9) Hotéis e Restauração	33,3	-	-	16,7	-	-	-	-	-	-	-	50,0	100,0
10) Outros Serviços	25,0	25,0	-	8,3	-	-	-	-	-	25,0	8,3	8,3	100,0
11) Empregados Domésticos	11,1	-	-	11,1	11,1	-	-	-	-	-	22,2	44,4	100,0
12) Outras Actividades Não Especificadas	13,6	-	-	18,1	27,3	-	-	-	9,1	4,5	4,5	22,7	100,0

Quadro 5. 12 - Matriz de mobilidade sectorial dos TCP entre a situação no país de destino (última actividade) e a situação após o regresso (actividade no momentos do inquérito) (%)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total
1) Agricultura e Pescas	70,7	2,6	3,4	6,9	5,5	-	-	-	0,9	2,6	-	7,8	100,0
2) Indústria	46,4	1,7	2,2	17,3	7,3	-	-	-	2,2	3,9	-	18,4	100,0
3) Construção	46,7	3,9	16,2	11,7	7,8	-	-	-	0,6	1,3	1,3	9,7	100,0
4) Comércio e Reparação de Veículos	23,8	-	2,4	35,7	7,1	-	-	-	2,4	14,3	-	14,3	100,0
5) Transportes, Armazenamento e Comunicações	36,4	18,2	9,1	18,2	9,1	-	-	-	-	-	-	9,1	100,0
6) Administração Pública e Defesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
7) Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
8) Saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0
9) Hotéis e Restauração	38,9	-	-	11,1	22,2	-	-	-	11,1	-	-	16,7	100,0
10) Outros Serviços	29,1	3,6	-	14,5	12,7	-	-	-	-	20,0	1,8	18,2	100,0
11) Empregados Domésticos	-	-	-	-	20,0	-	-	-	-	-	60,0	20,0	100,0
12) Outras Actividades Não Especificadas	45,5	3,0	3,0	18,1	12,1	-	-	-	6,1	9,1	-	12,1	100,0

Um percentagens consideráveis dos que, durante o período de permanência no país de acolhimento, estavam empregados na indústria, na construção ou até mesmo no comércio, ao regressarem estabeleceram-se como agricultores por conta própria – 46,4%, 46,7% e 23,8%, respectivamente. São percursos que, à partida, apontam para uma racionalidade, ao nível das decisões individuais e/ou familiares, muito mais baseada na ligação pessoal à terra do que na transferência de competências e *know-how* a partir da experiência emigratória. Deste modo, é de admitir que a actividade prévia na agricultura ou na lavoura, ainda que a tempo parcial, o gosto pessoal pela mesma, a possibilidade efectiva de retomar essa actividade, através da acumulação, por herança ou enquanto emigrantes, de capital económico e de património, constituirão factores importantes para explicar a atracção que o sector agrícola exerceu (mais no passado do que em tempos mais recentes, como vimos) junto daqueles que, após o regresso, optaram por ser trabalhadores por conta própria.

SÍNTESE

Em virtude do método utilizado para a recolha de dados, a repartição dos inquiridos por sexos tenderá a não ser representativa desta distribuição relativamente ao universo dos emigrantes regressados aos Açores. Todavia, os dados sugerem o aumento gradual do regresso feminino até meados dos anos 80, altura a partir da qual a proporção de mulheres que regressam, por quinquénio, é inferior à dos homens em cerca de 20%. Com maior rigor analítico, pode dizer-se que:

- 1) A população dos emigrantes regressados apresenta uma estrutura etária envelhecida, sendo 60% da mesma composta por indivíduos com mais de

60 anos e 80%, com mais de 50 anos. Existe uma clara ligação entre a idade dos regressados, por um lado, e os destinos e tipos de emigração, por outro – os efectivos com menos de 30 anos estão ligados, fundamentalmente, aos fluxos temporários para as Bermudas, enquanto as camadas mais velhas, à emigração permanente para a América do Norte. A experiência emigratória de longa duração não é uma característica que abrange a totalidade dos regressados de idade mais avançada (pelo menos 1/3 dos indivíduos com mais de 50 anos esteve emigrado menos de 10 anos);

- 2) Em termos gerais, os emigrantes regressados possuem um nível de escolaridade bastante baixo – 60% apenas possuem o 1.º Ciclo e 25% ou não o concluíram ou nem sabem ler nem escrever; 5% têm o 3.º Ciclo completo; quase 4%, o Ensino Secundário; e a percentagem dos que possuem o Ensino Médio ou Superior é residual (1,8%). A ausência de um percurso escolar mais prolongado é notória em quase todos os escalões etários, ainda que domine entre os mais velhos;
- 3) Em consonância com uma estrutura etária bastante envelhecida, cerca de 60% dos emigrantes regressados encontram-se na condição de “reformados/pensionistas”, enquanto 34% se dizem “empregados”. Em ambas as situações, existirão casos em que não há uma relação efectiva com o mercado de trabalho, mas que configuram o desempenho de uma actividade, familiar ou por conta própria, não formal e, na maioria das vezes, ligada à agricultura ou ao pequeno comércio. A percentagem de domésticas é da ordem dos 10%;
- 4) O grupo dos “reformados/pensionistas” apresenta um tempo de permanência nos países receptores que, em média, é superior ao da globalidade dos emigrantes regressados (mais de 30% estiveram emigrados mais de 20 anos), tendo, na generalidade, regressado aos Açores durante as décadas de oitenta e noventa;

- 5) O tempo de permanência dos emigrantes regressados ainda empregados tende a ser mais curto do que no caso da categoria anterior – quase 60% estiveram fora dos Açores menos de 10 anos e, de entre estes, 17% apenas entre 1 e 4 anos. Em todo o caso, é de admitir uma pluralidade de experiências e de passados emigratórios entre este grupo de regressados, sobretudo se tivermos em conta a ampla distribuição etária dos mesmos – 10% têm menos de 40 anos, enquanto 25% já ultrapassaram os 60 anos. De referir, ainda, que, num horizonte de 10 a 15 anos, 40% atingirão a idade legal da reforma;
- 6) O nível de escolaridade dos emigrantes regressados “empregados” não é significativamente melhor do que o desta população em geral (62% possuem apenas o 1.º Ciclo), sendo a baixa instrução uma característica transversal às várias faixas etárias por que se encontra distribuído este conjunto específico;
- 7) Aproximadamente metade dos “empregados” está repartida pelos sectores da “Agricultura e Pescas” (30%), “Comércio e Reparação de Veículos” (12%) e “Construção” (10%), estimando-se que, de entre os 16% integrados n’“Outras Actividades não Especificadas”, um número significativo de casos eleve a percentagem respeitante às actividades comerciais;
- 8) A agricultura, ainda que empregue efectivos relativamente novos, ocupa mais de 40% da população com mais de 50 anos, incluindo indivíduos que já ultrapassaram a idade legal da reforma. O trabalho na construção, por seu turno, integra, de um modo geral, as faixas etárias abaixo dos 50 anos;

- 9) Os grupos socioprofissionais mais representados pela população em estudo são o dos "Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas" (28,1%), o dos "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares" (16%) e o do "Pessoal dos Serviços e Vendedores" (14,5%);
- 10) Cerca de 52% dos emigrantes regressados que exercem uma actividade formal, fazem-no por conta própria, enquanto 42% trabalham para terceiros. O trabalho familiar não remunerado atinge apenas 5% dos efectivos. De entre os Trabalhadores por Conta Própria, 46% estão integrados no sector agrícola, 14% no ramo do pequeno comércio e da reparação de veículos e 6% na construção;
- 11) A mobilidade ocupacional dos emigrantes regressados, entre o território de acolhimento e o de regresso, é pautada, em grandes linhas, pela convergência para o sector agrícola a partir quer da indústria quer da construção; pela significativa transferência de efectivos da indústria para o comércio, a reparação de veículos e determinado tipo de serviços; pela elevada capacidade de retenção de activos (imobilidade) que é demonstrada pelos sectores agrícola e da construção.

CAPÍTULO 6

MOTIVOS E AVALIAÇÃO DO REGRESSO

Eduardo Ferreira

Uma vez traçado o perfil dos emigrantes regressados e conhecidos certos aspectos das experiências por que passaram no país de acolhimento, estaremos em melhores condições para, neste capítulo, dar conta, de uma forma um tanto ou quanto sucinta, dos motivos e de alguns elementos decisórios que estiveram na base da sua vinda para a região de partida. Complementarmente, algum deste conhecimento ser-nos-á também útil para enquadrar as principais dificuldades de reintegração na sociedade de origem/regresso manifestadas pelos inquiridos.

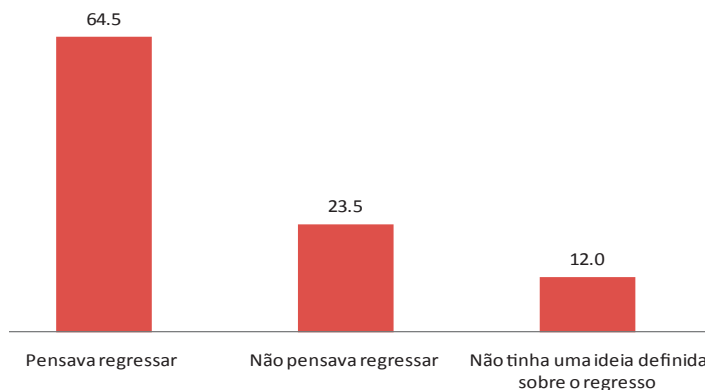
Como foi sublinhado na Introdução deste trabalho, fazendo parte, ou não, do projecto migratório, a decisão de se regressar acaba por ser moldada, quase invariavelmente, quer pelas experiências, individuais ou familiares, por que passam os emigrantes ao longo das várias fases do processo migratório, quer pelas perspectivas futuras que constroem em torno das suas relações familiares e sociais.

Se, para uns, o regresso é tido como um dado *a priori*, olhado como o fechamento natural do ciclo migratório, como acontece na generalidade dos casos das saídas temporárias de trabalho; para outros, surge como o término antecipado ou até não previsto. Muitas vezes, a aspiração que o emigrante alimenta de, um dia, conseguir alcançar aquele que ele considera ser um bom nível de integração na sociedade que o acolheu e aí fixar residência permanente, acaba por se

desvanecer na viragem do percurso migratório. Do mesmo modo que existem muitos emigrantes que abandonam ou adiam, indefinidamente, o projecto de regresso (entre outros factores, devido ao desejo de quererem continuar próximos dos familiares) também se evidenciam situações em que o retorno às origens se assume como um desvio em relação às intenções iniciais dos sujeitos.

Não estaremos muito longe da verdade se dissermos que a população em estudo também se espelha nestas duas situações mais genéricas, ainda que prevaleçam, claramente, os casos daqueles emigrantes que acabaram por cumprir a ideia inicial de voltarem, em definitivo, à sua terra de origem (Gráfico 6.1). Com efeito, quase 65% do total dos inquiridos referiram que partiram dos Açores perspectivando o regresso, enquanto 23,5% afirmaram que esta não era a sua intenção original.

Gráfico 6. 1 – Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso (%)

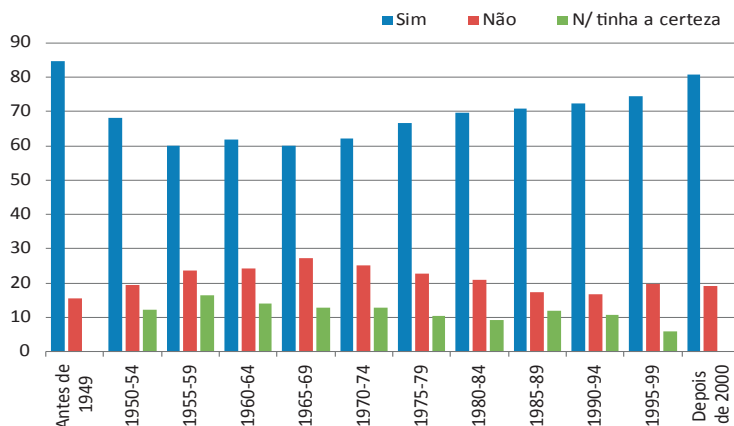


Atendendo ao peso relativo que o conjunto destas duas posições assume, e não obstante 12% dos inquiridos terem

declarado a sua indefinição inicial quanto ao desfecho do ciclo migratório, percebe-se, deste modo, a importância que a existência de uma ideia mais precisa sobre o *regresso/não regresso* costuma ter aquando da definição dos projectos migratórios, em geral, e que teve neste caso em particular. Por outro lado, é de notar que apesar de ter predominado nos Açores, durante as últimas décadas, uma emigração do tipo familiar, direccionada para destinos onde as comunidades açorianas já apresentavam alguma consolidação e motivada pelas débeis condições de vida no Arquipélago, a intenção de regressar fez parte da partida da maioria dos emigrantes, ou, pelo menos, da maioria daqueles que a concretizaram, uma vez que não conhecemos em que proporção é que a mesma se daria a conhecer junto dos que acabaram por permanecer no país de acolhimento.

Todavia, como se sabe, o regresso nem sempre corresponde à efectivação de uma decisão dependente da experiência na sociedade de acolhimento, encontrando-se, muitas vezes, previamente anunciado. O regresso pré-determinado é, regra geral, uma característica das migrações realizadas de forma individual, quase sempre por motivos de trabalho, e condicionadas em termos do tempo de permanência dos imigrantes no país de acolhimento, seja por razões que se prendem com as condições da oferta de emprego, com o grau de rigidez da política de permanência de estrangeiros nesses países ou com o afastamento familiar prolongado. É, de resto, à luz desta premissa que devemos interpretar a posição dos inquiridos, no momento da partida, em relação ao seu regresso aos Açores, quando avaliada ao longo do tempo (Gráfico 6.2) e por principais destinos emigratórios (Gráfico 6.3).

Gráfico 6. 2 - Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por período de emigração

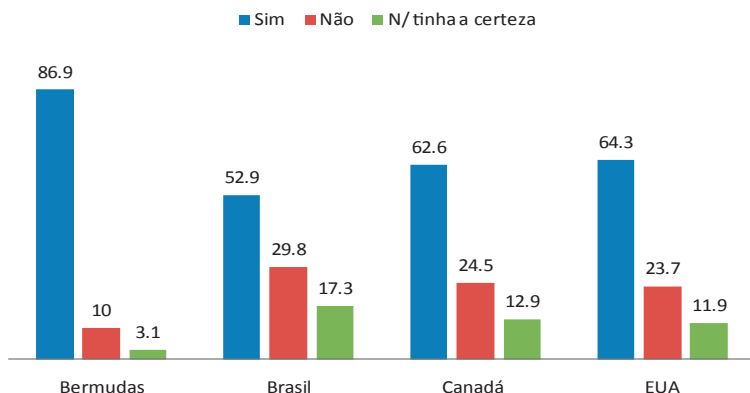


Um peso relativo da intenção de regresso superior ao aferido para a generalidade dos inquiridos está associado aos fluxos posteriores à década de setenta, ou seja, a um período em que as saídas para a América do Norte já haviam diminuído substancialmente e em que passou a sobressair a emigração temporária para as Bermudas. Como já foi referido, o regresso deste destino veio a tornar-se, ao longo dos últimos vinte anos, e por via da política migratória bermudense, numa condição pré-definida à partida, ao ponto de, já depois de 2000, ter de se efectuar, imprescindivelmente, ao fim de seis anos de permanência naquele território.³⁷ Assim se explica que, para os 12,5% do total de inquiridos que emigraram depois de 1980, a intenção de regresso à partida seja manifestada, de um modo geral, por mais de 70% destes (um quantitativo superior, portanto, aos 65% atrás apontados) e no caso específico dos que estão ligados à emigração para as Bermudas suba para os 87%.

³⁷ Torna-se pouco rigoroso, em nossa opinião, justificar uma tendência semelhante quanto ao elevado peso relativo da categoria ("Sim") para os emigrantes que partiram antes de 1955, uma vez que está em causa um número diminuto de inquiridos, representando apenas 1,7% do total dos mesmos.

De notar, ainda, que os destinos Estados Unidos e Canadá apresentam distribuições quer de intenções de *regresso/não regresso* quer de uma posição de indefinição muito semelhantes entre si e próximas dos valores médios. No caso do Brasil, as perspectivas iniciais de regresso têm uma importância relativa menor do que para qualquer um destes dois países, facto explicável, muito provavelmente, pela época em que se realizaram a maioria dos movimentos de saída para este destino.

Gráfico 6. 3 – Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por países de destino (%)



A par da importância que os tipos de emigração em causa têm na maior ou menor acentuação da ideia inicial de regresso, também algumas das características sociais que os inquiridos apresentavam antes de partirem não deixam de ser relevante neste contexto (Quadro 6.1. e Quadro 6.2). Assim, através do primeiro quadro, podemos verificar que a inclusão no projecto migratório da intenção de retornar à terra de origem, é um traço que se encontra mais vincado nos homens do que nas mulheres (70% e 58%, respectivamente), do mesmo modo que se faz notar mais entre aqueles que eram casados do que entre os que se encontravam solteiros (70% e 53%, respectivamente).

Quadro 6. 1– Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por sexo e estado civil (antes da partida)

	Intenção de regressar			Total
	Sim	Não	Não tinha a certeza	
Total	64,5	23,5	12,0	100,0
Homens	70,0	17,7	12,3	100,0
Mulheres	57,8	30,7	11,5	100,0
Solteiro	53,0	29,2	17,8	100,0
Casado	70,0	20,8	9,2	100,0
Viúvo	71,4	26,2	2,4	100,0
Separado/Divorciado	78,6	7,1	14,3	100,0
União de facto	66,7	33,3	-	100,0

Quadro 6.2 - Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso, por situação face ao trabalho e situação na profissão (antes da partida)

	Intenção de regressar			Total
	Sim	Não	Não tinha a certeza	
Total	64,5	23,5	12,0	100,0
Empregado	69,8	19,0	11,3	100,0
Doméstica	62,6	29,3	8,1	100,0
Outra situação	48,6	30,3	21,1	100,0
Desempregado	46,9	50,0	3,1	100,0
Reformado/Pensionista	57,1	28,6	14,3	100,0
Estudante	40,3	37,6	22,1	100,0
TCP	74,4	14,4	11,3	100,0
TCO	66,9	22,0	11,1	100,0
TFnR	60,2	28,1	11,6	100,0
Outra situação	56,7	28,7	14,6	100,0

As distribuições nestas duas últimas categorias são compreensíveis, e até expectáveis, à luz do que, neste contexto, cada uma costuma representar em termos de uma desigualdade quer de vínculos pessoais à terra de origem, quer da definição dos percursos individuais. De resto, são aspectos que, certamente, explicarão por que motivo uma percentagem maior de solteiros não tencionasse regressar (29,2%) ou, ainda, que não tivesse uma posição definida quanto a esta possibilidade (17,8).

Relativamente à diferença verificada na repartição por sexos, temos de considerar que é dentro do universo masculino que têm lugar a maior parte dos casos das saídas para as Bermudas, as quais se encontram associadas a um regresso pré-anunciado, como já dissemos. Além disso, não devemos pôr de parte a hipótese de que as condições de “doméstica” e de “trabalhadora familiar” que predominavam entre as mulheres antes da partida³⁸, coincidentes com uma vida repleta de dificuldades e desprovida de grandes aspirações, ao contrastarem com a ligação que a maioria dos homens mantinha com uma actividade laboral, poderão explicar uma outra parte da diferença entre o desejo de regressar e o de permanecer definitivamente no destino emigratório.

Num contexto de partida, a existência de um vínculo laboral e profissional prévio tende a constituir, muitas vezes, um elemento adicional de apego às origens, seja pelo facto de comportar uma elevada carga afectiva – como acontecia, normalmente, com quem trabalhava na terra –, seja por poder ser percebido, por parte de quem emigra, como o meio ideal para, em combinação com as poupanças providas da

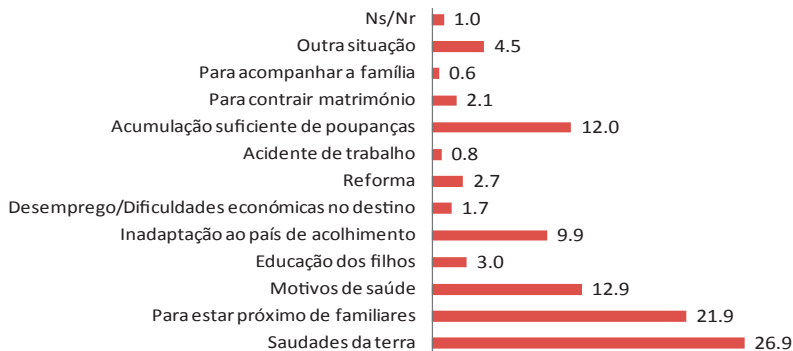
³⁸ Do total de mulheres inquiridas, 43,6% eram domésticas antes de emigrarem, 30,2% encontravam-se na condição de “empregadas” e 16,6% exerciam uma actividade sem vínculo laboral (na sua maioria, trabalho familiar na agricultura).

emigração, pôr em prática um projecto de mobilidade social ascendente. Talvez seja isto que explique que 29% das inquiridas que antes de partirem eram “domésticas” não tencionassem regressar, enquanto o peso relativo desta posição entre o total da população empregada se ficasse nos 19%.

Ademais, nota-se que esta intenção (a de não regressar), para um nível semelhante de indecisão, tendeu a verificar-se menos no caso dos trabalhadores por conta própria do que no dos trabalhadores para terceiros – 14% e 22%, respectivamente. Sendo, como sabemos, que a maioria dos primeiros desenvolvia actividade no sector agrícola, eis-nos perante mais um indício de que o desejo de, no futuro, regressar aos Açores se encontrava generalizado entre aqueles homens que trabalhavam na terra. A explicação deste aspecto talvez resida no desejo pessoal de, um dia, conseguirem, através de poupanças entretanto acumuladas, dar continuidade a uma actividade que para eles era importante do ponto de vista individual e social, e que pudessem continuar a desenvolver dotados já de outro tipo de recursos (económicos, simbólicos, etc.).

No que se refere ao principal motivo que é apontado pelos inquiridos como tendo estado na base do seu regresso aos Açores, verificamos que, em quase metade dos casos, essa razão acaba por assumir uma natureza vincadamente afectiva. Só o item “saudades da terra” reúne 27% do total de respostas, enquanto outros 22% se prendem com a maior proximidade aos familiares fixados na Região. Qualquer um destes fundamentos sublinha bem a dimensão voluntária dos fluxos de regresso que são objecto do presente trabalho, não deixando de estar enraizados, em parte, e como veremos de seguida, na intenção inicial, revelada pela maioria dos inquiridos, de, no futuro, retornarem ao ponto de partida.

Gráfico 6. 4 – Principal motivo do regresso aos Açores (%)



Os problemas de saúde, o entendimento de que se conseguiu poupar o suficiente para regressar e a inadaptação ao país para onde se emigrou surgem também como motivos relevantes, mas de uma ordem de grandeza inferior à das duas razões anteriores – 13%, 12% e 10%, respectivamente. Neste segundo grupo, não obstante se encontrar presente, mais uma vez, a tal componente voluntária do regresso, através da decisão fundamentada na acumulação satisfatória de poupanças, sobressaem assim as duas principais razões que, em nosso entender, encabeçam o conjunto dos *push-factors* que melhor tendem a explicar estes fluxos em concreto. Neste contexto, refira-se que tanto os motivos de saúde como os que se prendem com a inadaptação ao território e/ou à sociedade de acolhimento (razões ligadas, por exemplo, ao clima, ao modo de vida predominante, etc.) foram apontados, em vários casos, como não dizendo respeito propriamente à pessoa inquirida, mas a outro membro do agregado (na maior parte das vezes, o cônjuge).

A relação que pode ser estabelecida entre as principais razões do regresso, apontadas nos dois parágrafos anteriores, e a existência, ou não, de um plano inicial de regresso, por parte dos emigrantes, não deixa de ser esclarecedora à luz de alguns

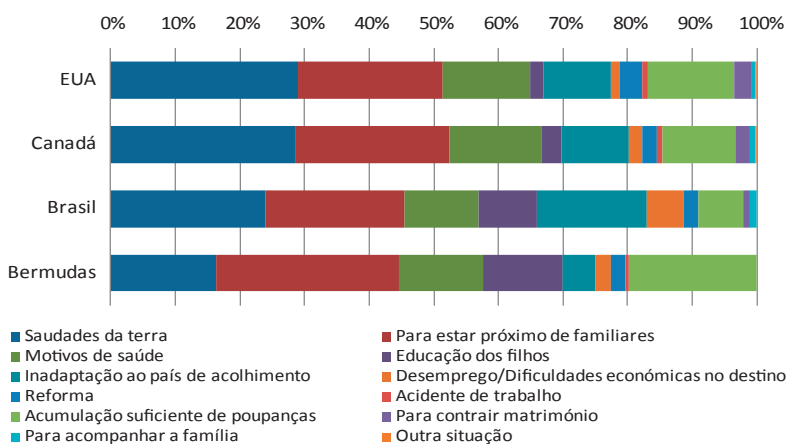
valores apresentados no Quadro 6.3. Assim, ao compararmos, entre si, os três grupos de inquiridos, verificamos que o regresso motivado pelas saudades da terra tendeu a ser mais frequente entre aqueles que, desde o início, fizeram planos para regressar do que entre os restantes (31%). Algo semelhante é possível dizer relativamente à vinda desencadeada pela acumulação suficiente de poupanças (14,6%), o que não deixa de evidenciar uma certa coerência entre a existência de um regresso planeado e o estabelecimento de objectivos concretos (neste caso, económicos) para o concretizar.

Quadro 6. 3 – Posição dos inquiridos, no momento da partida, face ao regresso aos Açores, por principal motivo do regresso (%)

Principal motivo do regresso	Intenção inicial de regressar		
	Sim	Não	Não tinha a certeza
Saudades da terra	31,0	21,6	24,5
Para estar próximo de familiares	22,8	20,7	29,8
Motivos de saúde	12,0	19,4	13,0
Educação dos filhos	3,2	3,5	2,2
Inadaptação ao país de acolhimento	9,8	11,7	11,2
Desemprego/Dificuldades económicas no destino	1,5	3,3	1,0
Reforma	2,9	2,4	3,4
Acidente de trabalho	0,7	1,5	1,0
Acumulação suficiente de poupanças	14,6	8,5	9,1
Para contrair matrimónio	0,9	5,6	3,7
Para acompanhar a família	0,5	1,3	0,8
Outra situação	0,1	0,5	0,3
Ns/Nr	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0

Todavia, do mesmo modo que estes dois motivos sobressaem junto do grupo dos emigrantes que foram portadores de um projecto inicial de regresso, outras razões da vinda para os Açores se destacam entre os que partiram pensando permanecer definitivamente no destino escolhido. Os problemas de saúde e a inadaptação ao país de acolhimento parecem ter interferido mais no regresso deste conjunto específico de emigrantes do que no dos outros dois grupos, sobretudo em relação aos que sempre pensaram regressar. Também aqui é possível observar alguma lógica entre o conteúdo do projecto migratório (neste caso, a decisão de permanecer definitivamente na terra de destino) e os principais motivos que explicaram a efectivação do regresso, permitindo perceber que, num número considerável de casos, o retorno de quem nunca tencionou fazê-lo tende a ser compreensível à luz de factores inesperados à partida e de grande impacto na vida dos emigrantes, como sejam, por exemplo, os problemas de saúde.

Gráfico 6. 5 – Inquiridos por países de destino, segundo o principal motivo do regresso (%)



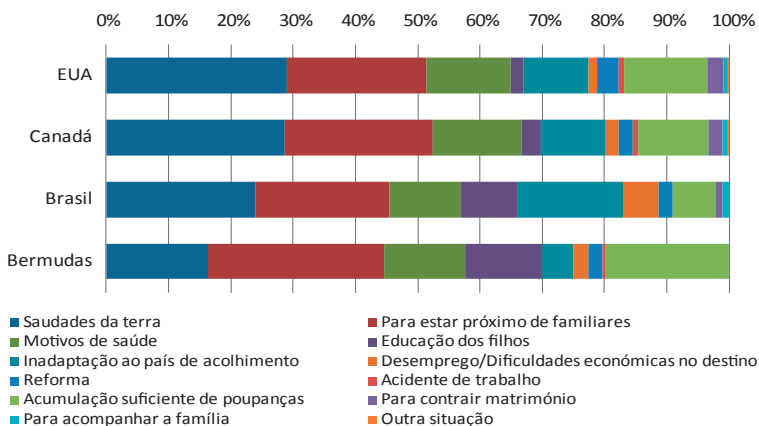
Ao analisarmos, por países de destino, o peso relativo de cada um dos motivos do regresso (Gráfico 6.5), verificamos que as diferenças fundamentais se prendem com os dois grandes tipos de emigração que lhes estão associados, designadamente, com o que distingue as Bermudas dos restantes países. Assim, o regresso deste destino, que, como sabemos, se encontra ligado a uma emigração temporária, realizada de forma individual e por razões económicas, é menos determinado pelas “saudades da terra” e mais por se achar que já se poupou o suficiente (19,8%, não ultrapassando os restantes os 13%). Este é, aliás, e como foi referido em capítulos anteriores, o factor motivador que domina entre os emigrantes e os candidatos a emigrante para as Bermudas: ganhar o máximo possível, num curto espaço de tempo, e aplicar as poupanças, depois do regresso, na aquisição de casa e de outros bens de valor económico relevante. Assim se percebe que, a somar às restrições contratuais e de permanência no território de acolhimento, o regresso, para este grupo de emigrantes, dependa, particularmente, da concretização deste objectivo específico.

Todavia, deve também ser notado que uma percentagem maior de respondentes que emigraram para aí refere que voltou para estar mais próximo da família (28,2%), o que, certamente, estará associado ao facto de se tratar de um fluxo migratório realizado de forma individual, em que, na maioria dos casos, o elemento masculino emigra sem a mulher e os filhos. Neste contexto, colocar-se-ão situações de emigrantes que regressam sem esgotar o tempo máximo de permanência que a lei de imigração das Bermudas confere aos trabalhadores estrangeiros fixados no seu território (6 anos, actualmente), não obstante, muitas vezes, terem a possibilidade de assinar um novo contrato ou de renovar o anterior. Ainda em relação às respostas fornecidas

por este grupo de inquiridos, é de sublinhar que 12,4% referiram que voltaram por causa da educação dos filhos, o que acontece em menor percentagem com aqueles que regressaram quer dos Estados Unidos (2,2%) quer do Canadá (3%).

No Gráfico 6.6, a comparação entre os vários escalões relativos ao tempo de permanência dos emigrantes nos países de destino revela que não se verificam discrepâncias gradativas de relevo, exceptuando, porém, o realce dado às “saudades da terra” por aqueles com mais de trinta anos de emigração e as diferenças que podemos estabelecer entre a categoria “1-4 anos” e o bloco formado pelas restantes.

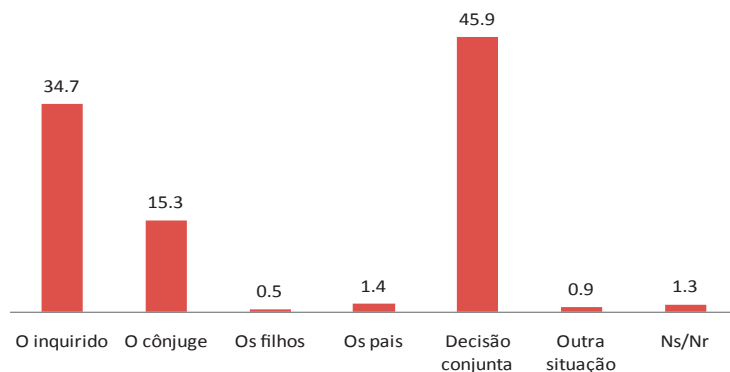
Gráfico 6. 6 – Inquiridos segundo o tempo de permanência, por principal motivo do regresso (%)



Em relação a este último aspecto, quer o regresso explicável pela necessidade de estar próximo de familiares, quer aquele que se prendeu com dificuldades de adaptação ao país ou à sociedade de acolhimento, tendem a ser características mais acentuadas nos emigrantes que voltaram definitivamente para os Açores depois de uma experiência migratória de menos

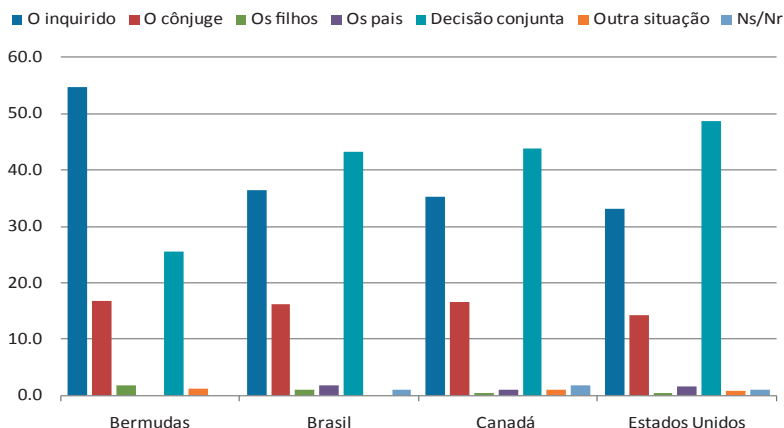
de cinco anos. Dado o carácter destes dois motivos, podemos deduzir, assim, que, em grande parte dos casos, se estará perante projectos migratórios concluídos de uma forma não prevista ou, pelo menos, não desejável à partida.

Gráfico 6.7 – Principais actores envolvidos na decisão de regressar aos Açores (respostas exclusivas) (%)



Centrando-nos agora no processo de decisão associado ao regresso, vemos que este se baseou, em quase metade dos casos analisados (46%), numa resolução conjunta entre membros do agregado familiar, o que, todavia, não retira importância às situações em que essa decisão foi tomada por apenas um dos membros principais – o inquirido (35%) ou o seu cônjuge (15,3%) (Gráfico 6.7). Trata-se de uma distribuição de valores, em certa medida, coerente com o carácter misto que a emigração açoriana acumulou ao longo de mais de meio século: por um lado, o acentuado cunho familiar demonstrado durante as décadas de sessenta e de setenta, com os fluxos para a América do Norte; e, por outro, a componente da emigração individual, verificada, primeiro, nas saídas para o Canadá (anos cinquenta) e, mais recentemente, nas partidas temporárias para as Bermudas (Gráfico 6.8).

Gráfico 6. 8 – Principais actores envolvidos na decisão de regressar aos Açores, por países de destino (%)



Mesmo em relação a este último fluxo, note-se que o envolvimento de outros membros no processo decisório não deixa de ser significativo, tendo ocorrido em 25,5% das situações. Isto sublinha, de forma clara, o papel desempenhado pela família num tipo de emigração que, apesar de ser realizada de forma individual, é motivada por objectivos de ordem económica, com vista a melhorar o nível de bem-estar do agregado familiar. Por outro lado, não devemos dissociar este aspecto de uma relação que, apesar de ténue, tenderá a existir entre o campo da decisão e a natureza dos motivos que desencadearam o regresso (Quadro 6.4), e que, em termos gerais, se prende com uma maior responsabilidade individual nas decisões tomadas na sequência de dificuldades de adaptação ao país ou à sociedade de acolhimento, e um maior envolvimento conjunto nas resoluções baseadas na avaliação do cumprimento de objectivos económicos.

Quadro 6. 4 – Principais actores envolvidos na decisão de regressar aos Açores, por principal motivo do regresso (%)

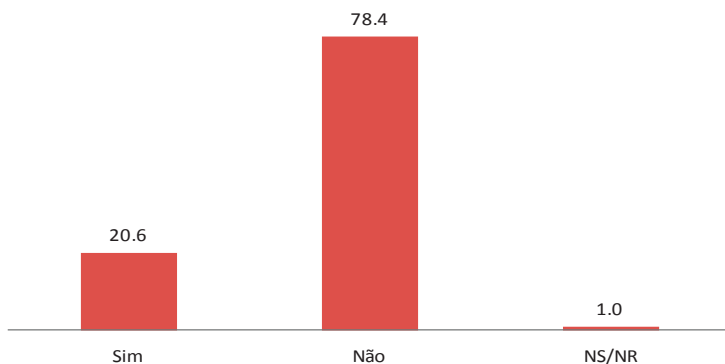
Principal motivo do regresso	Principais actores envolvidos na decisão de regressar aos Açores					
	Inquirido	Cônjuge	Filhos	Pais	Decisão conjunta	Outra situação
Saudades da terra	29,0	26,7	11,1	10,2	29,4	-
Para estar próximo de familiares	28,1	18,0	38,9	53,1	20,3	40,0
Motivos de saúde	10,8	15,7	22,2	10,2	14,8	25,0
Educação dos filhos	2,5	3,0	11,1	-	3,6	5,0
Inadaptação ao país de acolhimento	11,2	13,8	5,6	4,1	9,2	-
Desemprego/Dificuldades económicas no destino	1,8	1,5	-	-	1,9	10,0
Reforma	2,6	3,3	-	2,0	2,9	5,0
Acidente de trabalho	0,6	0,7	-	-	1,1	-
Acumulação suficiente de poupanças	10,8	7,6	5,6	-	16,0	-
Para contrair matrimónio	0,5	8,7	5,6	20,4	0,8	15,0
Para acompanhar a família	1,7	0,3	-	-	-	-
Outra situação	0,4	0,8	-	-	-	-
Ns/Nr	0,1	-	-	-	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Assim, pode observar-se, através do referido quadro, que, dentro do grupo de inquiridos cujo regresso se baseou numa decisão familiar, a terceira principal razão a motivar a vinda definitiva para os Açores, a seguir às “saudades da terra” (29,4%) e à “proximidade dos familiares” (20,3%), se prendeu com o entendimento de que já havia sido atingido um nível de poupanças satisfatório (16%). A ordem de importância relativa

deste motivo é menor no campo das decisões individuais, encontrando-se, antes, substituída quer pela inadaptação ao contexto imigratório, no caso da decisão ter partido do próprio, quer pelos problemas de saúde conducentes ao regresso, na situação em que foi o cônjuge o principal e único decisor.

Além das componentes motivacional e decisória, o terceiro aspecto a destacar dentro do processo de regresso realizado pelos inquiridos, prende-se com as dificuldades que estes referem ter experimentado durante a fase inicial de reintegração na sociedade de origem. Sendo circunscrito no tempo e tratando-se do único indicador disponível para dar conta da avaliação pós-regresso, a análise deste item não permite que se tenha uma imagem actual e completa das reais necessidades que poderão, eventualmente, atingir, no presente, a população em estudo. Todavia, com base nos valores e na natureza das dificuldades que, de seguida, apresentamos, não se crê que devam existir outras contrariedades na vida dos emigrantes regressados aos Açores que não sejam as que derivam das suas próprias condições sociais de existência e não, pelo menos directamente, do estatuto que lhes está associado.

Gráfico 6. 9 - Dificuldades de adaptação após o regresso (%)



Assim, apenas 20% dos inquiridos referem ter experimentado dificuldades após a chegada. Atendendo, talvez, à natureza dos motivos que, na generalidade dos casos, mais contribuíram para que o regresso se efectuasse, se compreenda que a restante percentagem não tivesse acusado qualquer tipo de dificuldades. Na verdade, é compreensível que o regresso às origens tivesse sido gerador, principalmente no período subsequente à chegada, de um sentimento de bem-estar, uma vez que, como sabemos, o desejo de regressar, para a maioria dos inquiridos, assentava em laços de afectividade tanto com o lugar de onde partiram como com entes queridos que aqui tinham ficado. Além do mais, noutros casos, o regresso acabou por significar a anulação de contrariedades sentidas e vividas nos países de acolhimento, pelo que se entende que a avaliação que sobre ele recai seja, genericamente, positiva.

Gráfico 6. 10 – Principais dificuldades sentidas após o regresso (%)



Para os tais 20% de inquiridos que não se revêem neste conjunto, os tipos de dificuldade mais apontados acabam por sugerir que uma apreciação mais negativa da fase de readaptação por que passaram resulta, sobretudo, da comparação feita entre as condições de vida que tinham enquanto imigrantes e aquelas que passaram a experimentar após a chegada (Gráfico 6.10). Embora

sendo pouco específicos, quase 40% dos respondentes apontam diferenças significativas quanto aos modos de vida experienciáveis nos territórios de destino e de origem/regresso, enquanto outros 36% sublinham dificuldades relativas ao consumo, que antes não tinham, e que passaram a enfrentar, designadamente, o preço dos produtos em geral (17,3%) e o reduzido leque de oferta destes (18,9%). Factores como o clima, a língua ou as relações sociais, enquanto principais obstáculos à readaptação, assumem, isoladamente, uma importância relativa bastante mais baixa que os anteriores.

Quadro 6. 5 – Inquiridos segundo a existência de dificuldades de adaptação após o regresso, por tempo de permanência no país de destino (%)

Tempo de permanência	Dificuldades de adaptação após o regresso			
	Sim	Sub-total	Não	Sub-total
1-4 anos	5,8		14,5	
5-9 anos	18,8	48,0	22,8	60,5
10-14 anos	23,4		23,2	
15-19 anos	19,8		14,5	
20-24 anos	11,9	52,0	9,9	39,5
25-29 anos	8,7		6,9	
Mais de 30 anos	11,6		8,2	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Embora não nos seja possível aferir se estas dificuldades tenderam a ser diferentemente sentidas, por parte deste grupo de inquiridos, em função de características como, por exemplo, a idade que tinham quando regressaram ou a sua situação perante a actividade e o trabalho que apresentavam na altura,³⁹

³⁹ Pelo facto de o inquérito não ter contemplado estas variáveis.

não podemos deixar de destacar a importância que o tempo de permanência no destino migratório assume neste contexto. Com efeito, uma ausência mais prolongada poderá estar associada às dificuldades referidas, já que, e segundo o Quadro 6.5, um período de permanência no estrangeiro de mais de 15 anos é um traço que se faz notar mais entre aqueles que admitem ter sentido essas contrariedades do que dentro do conjunto dos que referem ter passado por uma readaptação sem problemas – 52% e 39,5%, respectivamente.

Em todo o caso, parece-nos que nem as dificuldades sublinhadas nem este último aspecto analisado, assumem relevância suficiente para apagar a percentagem bastante elevada de emigrantes regressados que fecharam o seu ciclo migratório sem a referência a obstáculos de maior – 80%, como foi apontado anteriormente. Julgamos que a natureza dos motivos que os levaram a fazê-lo explicarão, em larga medida, este dado, mas também não deve ser esquecido, e como acabou por ficar demonstrado ao longo dos últimos dois capítulos deste trabalho, que os movimentos de regresso dos emigrantes açorianos à sua terra de origem continuam a apresentar (tal como aconteceu no passado, com os fluxos de saída) uma forte componente familiar e afectiva, facilitadora, em suma, deste mesmo processo de regresso.

SÍNTESE

Com base no inquérito realizado, o processo de regresso dos emigrantes açorianos pode ser resumido do seguinte modo:

- 1) A intenção de regressar aos Açores fez parte do projecto migratório de 65% dos inquiridos, enquanto a de permanecer, definitivamente, no país

de destino abrangeu outros 24%. Os restantes 12% partiram indecisos quanto a qualquer destas hipóteses;

- 2) O desejo inicial de regresso encontrava-se mais vincado nos homens do que nas mulheres; mais entre aqueles que, na altura, eram casados, do que entre os que se encontravam na situação de solteiros; e fazia-se notar, em particular, naqueles que trabalhavam na agro-pecuária;
- 3) Aproximadamente metade dos inquiridos declarou ter regressado por causa das "saudades" que sentiam em relação aos Açores ou para ficarem mais próximos de familiares. Os problemas de saúde, o entendimento de que se alcançou um nível suficiente de poupanças e a inadaptação ao país de destino, constituem outros motivos relevantes dentro do quadro explicativo para o regresso de uma grande parte dos restantes;
- 4) Verifica-se uma relação de associação entre alguns dos motivos mais apontados pelos inquiridos e o tipo de emigração que integraram (permanente ou temporária). Neste campo, destaca-se a emigração temporária para as Bermudas, à qual está associada uma maior percentagem de casos de regresso que invocam o facto de ter sido atingido o nível de poupanças desejável ou então que o justificam pela necessidade de voltar para junto dos outros membros do agregado familiar;
- 5) A vinda definitiva para os Açores por via das "saudades da terra" e da acumulação suficiente de poupanças manifesta-se, particularmente, junto daqueles emigrantes que fizeram planos de regresso desde o início. Em contrapartida, os factores de saúde e de inadaptação acabaram por determinar a vinda dos que partiram pensando nunca mais fixar residência no Arquipélago;
- 6) Em termos de decisões, o regresso de 46% dos inquiridos realizou-se na sequência de uma decisão conjunta dentro do agregado familiar. A decisão

de 35% dos restantes partiu exclusivamente do próprio emigrante, e a de outros 15% do cônjuge deste, o que, também por esta via, não deixa de sublinhar o carácter familiar da emigração açoriana;

7) Mais de $\frac{3}{4}$ dos emigrantes regressados revelam não ter experimentado dificuldades de maior, durante os primeiros tempos após a chegada aos Açores. Entre os que afirmam tê-las enfrentado, as dificuldades mais citadas prendem-se com o modo de vida que encontraram, com o acesso difícil a certo tipo de produtos a que estavam habituados e com o preço dos bens em geral. Estes aspectos tendem a ser mais notados junto dos que tiveram um tempo de permanência mais longo no país de emigração.

CONCLUSÃO

Conforme ficou demonstrado, dificilmente se poderá continuar a considerar o quadro dos movimentos migratórios que caracterizaram os Açores e a sociedade açoriana, a partir do início da segunda metade do século XX até à actualidade, sem considerar a componente do regresso. Por um lado, a maior importância demonstrada por este fluxo, durante os anos oitenta e noventa da centúria passada, não pode ser desligada do grande acontecimento emigratório ocorrido no Arquipélago ao longo das três décadas anteriores, existindo mesmo uma relação de complementaridade entre ambos os aspectos. Por outro lado, nem os processos nem as experiências por que passaram estes emigrantes regressados, e dos quais o presente trabalho pretendeu dar conta, permitem que continuemos a reconhecer as tradicionais lógicas da imigração unicamente nos indivíduos e nos grupos que, em tempos mais recentes, aqui se fixaram e que transformaram estas ilhas, também, num território de acolhimento.

Estima-se que cerca de metade das pessoas que, um dia, partiram em direcção aos principais destinos da emigração açoriana, tenham voltado entre 1980 e 1995. A partir desse momento, e sobretudo já durante este século, os casos de regresso têm surgido, praticamente, como a resposta natural ao único fluxo de saída ainda activo, ou seja, a partida temporária, de indivíduos do sexo masculino, para as Bermudas. Os dois

tipos de emigração em causa (uma que podemos designar de permanente, ainda que na realidade não o tivesse sido totalmente, e outra, de carácter temporário) acabam por traçar uma linha separadora não só entre os tempos, os perfis, os mecanismos e as experiências emigratórias dos regressados, mas também entre os motivos e as decisões que desencadearam o seu retorno às origens.

Estas diferenças foram sistematicamente realçadas ao longo do presente trabalho, não escondendo, porém, o facto de estarmos perante duas realidades com pesos absolutos e relativos bem distintos entre si, no que respeita à globalidade do fenómeno do regresso aos Açores. Com efeito, os Estados Unidos e o Canadá, depois de terem sido os destinos de eleição dos açorianos ao longo de várias décadas, são, também neste tipo de movimentos, as principais referências geográficas e culturais a ter em conta. A esmagadora maioria das pessoas que daí veio apresenta uma experiência emigratória de, em média, quinze anos, e $\frac{1}{4}$ delas só regressou depois de acumular vinte e mais anos de residência num desses países. A combinação deste aspecto com a época em que a maior parte emigrou (os primeiros vinte e cinco anos da segunda metade do século passado) explica a estrutura etária bastante envelhecida que, actualmente, caracteriza a população analisada e, em consequência, o facto de, praticamente, 60% dos emigrantes regressados se encontrarem na condição de "reformados/pensionistas".

Sobre este ponto recai, em nosso entender, uma pista para aquele que pode ser um eficaz e justo aproveitamento das potencialidades oferecidas por grande parte da população estudada. Trata-se da possibilidade de desenvolver medidas e acções capazes de transformar este grupo num agente

produtor da história e da memória daquilo que foi a última grande experiência emigratória dos açorianos. Dificilmente esta narrativa ficará completa, algum dia, sem a reconstituição dos factos, ainda que necessariamente sujeitos ao crivo da análise crítica, relatados de forma informal por parte de quem foi verdadeiro protagonista do fenómeno. Esta camada mais envelhecida de emigrantes regressados é composta por indivíduos que poderão confirmar padrões e identificar singularidades dentro dos processos e das experiências que caracterizaram as vagas da emigração açoriana da segunda metade do século XX, e das quais, apenas parcialmente, o presente estudo foi capaz de dar conta.

A restante parte da população dos emigrantes regressados é composta, no essencial, por indivíduos ainda em idade activa e empregados, apesar de, e como se frisou em momento anterior deste trabalho, mais de metade se encontrar a menos de quinze anos de atingir a idade legal da reforma. A somar ao seu baixo nível de instrução (62% possuem apenas o 1.º Ciclo) e ao facto de integrarem actividades e categorias socioprofissionais de fraca capacidade inovadora, como é o caso da agricultura, da construção e do comércio a retalho, há a registar a ténue influência que a emigração parece ter tido junto destes indivíduos, no que se refere a um possível incremento dos seus perfis de origem.

A mobilidade ocupacional dos emigrantes regressados, entre a última actividade exercida no país de acolhimento e a sua situação actual nos Açores, pautou-se, fundamentalmente, pela reconcentração no sector agrícola, a partir da indústria e da construção, e, por outro, pela significativa transferência de efectivos da indústria para o pequeno comércio e o ramo da reparação de veículos. Dentro destas lógicas, torna-se pouco

expectável que se tenha verificado a transferência substancial e generalizável de competências profissionais entre os contextos de acolhimento e o de regresso, pois mesmo nos casos em que tal foi possível, é natural que tenham acabado por ocorrer perdas assinaláveis dos conhecimentos e práticas adquiridas durante a vivência emigratória como consequência directa da incompatibilidade de campos de aplicação. Com efeito, a consideração do regresso de emigrantes enquanto elemento impulsionador do desenvolvimento económico dos países de origem, realizada através da modernização de actividades ou práticas profissionais aprendidas nas regiões de acolhimento, normalmente com padrões de desenvolvimento económico, social e cultural mais elevados, que vemos realçadas no campo teórico, não parecem encontrar cabimento na realidade em estudo.

É ainda de sublinhar, como uma boa parte dos resultados deste trabalho acabou por revelar que a emigração açoriana, dentro do intervalo temporal considerado, foi fortemente marcada pelo traço familiar, assumindo este uma presença dominante ao longo de todo o processo migratório, desde a fase de preparação da partida até à decisão que desencadeou o regresso. Nesta medida, podemos dizer que a dimensão individual surgiu sempre num plano quase oculto, em que, praticamente, poucas vantagens se extraía da emigração que não fossem as que pudessem visar o grupo familiar.

Deste modo, se poderá explicar que a aquisição de competências pessoais (de entre as quais, também, as profissionais) não tenha constituído um objectivo, e muito menos uma prioridade, da maioria dos emigrantes, sobretudo se considerarmos os principais motivos por que saíram dos Açores, isto é, a procura da melhoria das condições de vida da família. Além de uma emigração demasiado centrada no núcleo

familiar, as dificuldades com o domínio da língua e, tanto quanto foi possível perceber, um relacionamento formal com a entidade patronal, são factores que poderão ter contribuído, igualmente, para a fraca aspiração de acumular outras capacidades profissionais àquelas que se levava da origem.

Estes vários aspectos que caracterizam a camada ainda activa e empregada da população analisada, acabarão sempre por constituir obstáculos a um eventual envolvimento dos seus elementos em dinâmicas sociais e económicas de âmbito local. Sendo certo que nunca dependeria apenas do perfil destes o sucesso de tais dinâmicas, como fizemos questão de sublinhar na parte introdutória desta análise, a verdade é que nos encontramos perante indivíduos com níveis bastante baixos quer de qualificação e instrução, quer de capacidade inovadora. A idade avançada que apresentam e a condição de assalariados que, na maioria dos casos, assumiram no país de acolhimento (apenas 5% dos inquiridos trabalhavam por conta própria), formam, pelo menos do ponto de vista teórico, dois importantes entraves à concepção de inovação e ao espírito empreendedor quase sempre necessários a esses processos de desenvolvimento local.

Embora mais de metade dos emigrantes regressados que exercem uma actividade formal, o façam agora por conta própria, tendo optado, deste modo, por uma situação mais autónoma na profissão, e em que, à partida, seriam mais elevadas as probabilidades de empreender e inovar, a verdade é que a maior parte deles está concentrada no sector agrícola e apenas com o duplo objectivo de ocupar o seu tempo e de manter património (terras e gado) entretanto acumulado através da aplicação de poupanças. Além disso, cerca de 65% destes trabalhadores por conta própria têm hoje entre 50 e 70 anos.

Este quadro parece ser, em grande medida, o resultado daquilo que os próprios emigrantes, sobretudo os que rumaram à América do Norte, sempre quiseram que fosse o seu regresso aos Açores – isto é, tão-só ou pouco mais do que o retorno à sua terra e a possibilidade efectivada de passarem a estar próximos de familiares mais chegados.

BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1995 [1940]), *Livro do Primeiro Congresso Açoriano*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura (original publicado em 1940, em Lisboa, numa edição da Casa dos Açores).
- Almeida, M. dos A., Nunes, S. e Amaro, T. P. (2009), *Aspectos Estruturais do Mercado de Trabalho*, Ponta Delgada, Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Almeida, O. T. (1992), "Estruturas culturais profundas? – a propósito do duplo regresso dos emigrantes", *Revista da Semana Cultural de Velas*, Velas, Câmara Municipal das Velas.
- Almeida, O. T. (2008), "Comunidades portuguesas nos Estados Unidos: identidade, assimilação, aculturação" in M. Lages e A. T. de Matos (coords.), *Portugal: percursos de interculturalidade*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, pp. 339-422.
- Amaro, R. R. (1985), "Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados", *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 605-677.
- Baganha, M. I. (1990), *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York/London, Garland Publishing.
- Baganha, M. I. (2003), "From closed to open doors: portuguese emigration under the Corporativist Regime", *e-JPH*, Vol. 1, n.º 1, Summer.

- Barrett, A. e O'Connell, P. J. (2000), "Is There a Wage Premium for Returning Irish Migrants?", *IZA Discussion Paper*, n.º 135, Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit/Institute for the Study of Labor.
- Barrett, A. e Trace, F. (1998), "Who Is Coming Back? The Educational Profile of Returning Migrants in the 1990s", *Irish Banking Review*, Summer.
- Chapin, F. W. (1981), *The Tides of Migration: a study of migration decision-making and social process in S. Miguel – Azores*, Michigan, University of Wisconsin.
- Chiswick, B. R. (2005). *The economics of immigration*, Reino Unido, Edward Elgar Publishing.
- Co, C.Y., I.N. Gang and M.-S. Yun (2000), "Returns to Returning: Who Went Abroad and What Does It Matter?", *Journal of Population Economics*, 13, pp. 57-79.
- Costa, R. M. M. da (1998), "O impacto demográfico da erupção vulcânica dos Capelinhos", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV e XX*, Separata, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 339-351.
- Coulon, A. de e Piracha, M. (2006), "Self-selection and the performance of return migrants: the source country perspective", *Journal of Population Economics*, 18, pp. 779-807.
- Cubbon, A. (2005), *Why People Leave Paradise? A Study of Bermudian Emigration*, Dissertation (B.A.), Oxford University.
- DREPA (1981), *Aspectos Demográficos. AÇORES – 78*, Angra do Heroísmo, Presidência do Governo/Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores.
- Gomes, N. (2001), "Racismo e xenofobia nos Estados Unidos da América", in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*,

- Lisboa, Público/Universidade Autónoma de Lisboa (http://www.janusonline.pt/2001/2001_3_1_6.html).
- Hiebert, D. (2008), "Grande potencial, pequenos resultados? Imigração da classe empresarial para o Canadá", in Oliveira, C. R. e Rath, J. (orgs.), *Revista Migrações* (Número Temático Empreendedorismo Imigrante), Outubro, n.º 3, Lisboa, ACIDI, pp. 31-49.
- IOM – International Organization for Migration (2010), *World Migration Report - The Future of Migration: Building Capacities for Change*, Geneve.
- Lopes, R. (2001), *Competitividade, Inovação e Territórios*, Oeiras, Celta Editora.
- Marcos, D. (2008), *The Capelinhos Eruption. Window of Opportunity for Azorean Emigration*, Providence (Rhode Island), Gávea-Brown Publications.
- Martin, R. (2009), "The economic performance of return migrants to Central and Eastern Europe", *paper* apresentado na Second Preparatory Conference to the Seventeenth OSCE Economic and Environmental Forum –Migration Management and its Linkages with Economic, Social and Environmental Policies to the Benefit of Stability and Security in the OSCE Region, Tirana, Mar. 2009 (<http://www.osce.org/eea/36813>).
- Martin, R. e Radu, D. (2008), "Return migration: the experience of Eastern Europe", *paper* apresentado na NBP Conference – Migration, Labour Market and Economic Growth in Europe after Enlargement, Warsaw, Dec. 2008 (http://www.aiel.it/bacheca/SASSARI/papers/martin_radu.pdf).
- Medeiros, O. e Madeira, A. (2003), *Emigração e Regresso no Concelho da Povoação*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

- Medeiros, O. e Madeira, A. (2004), *Emigração e Regresso no Concelho da Nordeste*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- Melo, P. M. (1997), *The Life History of Portuguese Return Migrants: a Canadian – Azorean Case Study*, North York-Ontario, York University.
- Monteiro, P. F. (2004), *Emigração – O Eterno Mito do Retorno*, Oeiras, Celta Editora.
- Oliveira, M. A. e Teixeira, C. (2004), *Jovens Portugueses e Luso-Descendentes no Canadá – Trajectórias de Inserção em Espaços Multiculturais*, Oeiras, Celta Editora.
- Peixoto, J. (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", *Revista Migrações* (Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho), Abril, n.º 2, Lisboa, ACIDI, pp. 19-46.
- Poinard, M. (1983), "Emigrantes portugueses: o regresso", *Análise Social*, Vol. XIX (75), pp. 29-56.
- Portela, J. e Nobre, S. (2001), "Entre Pinela e Paris: emigração e regressos", *Análise Social*, Vol. XXXVI (161), pp. 1105-1146.
- Portes, A. (2006). *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa, Fim de Século.
- Rato, H. (2001), "O retorno dos emigrantes", in *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público/Universidade Autónoma de Lisboa (http://www.janusonline.pt/sociedade_cultura/sociedade_2001_3_2_15_c.html).
- Reis, M. e Nave, J. G. (1986), "Camponeses emigrados e emigrantes regressados: práticas de emigração e estratégias de regresso numa aldeia da beira interior", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 1, pp. 67-90.

- Rocha, G. P. N. (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX: Unidade, Permanência, Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Rocha, G. P. N. (2007), "A população da ilha do Faial no contexto açoriano: 1950-1970", in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 16, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 339-351.
- Rocha, G. P. N. (2008), "O crescimento da população e os novos destinos da emigração" in A. T. de Matos, A. de F. de Meneses e J. G. R. Leite (Dir.), *História dos Açores. Do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 265-306.
- Rocha, G. P. N. e Ferreira, E. (2009a), "A emigração açoriana na segunda metade do século XX: algumas perspectivas da imprensa micaelense", in *Actas do Colóquio Internacional A História da Imprensa e a Imprensa na História. O Contributo dos Açores*, Ponta Delgada, Centro de Estudos Gaspar Frutuoso (Universidade dos Açores) / Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Universidade de Coimbra), pp. 183-201.
- Rocha, G. P. N. e Ferreira, E. (2009b), "Azorean emigration in the context of social change: some notes from the press in São Miguel (1920-1950)", *e-Journal of Portuguese History (e-JPH)*, 7 (2), Winter.
- Rocha, G. P. N., Medeiros, O. e Ferreira, E. (2009), *Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada, Governo Regional dos Açores/Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- Rocha-Trindade, M. B. (1983), "Towards reintegration of emigrants", in G. Clause (Ed.) *Closing the Migratory Cycle – The Case of Portugal*, Saarbrücken, Verlag Breitenbach Publishers., pp 183-194.

- Rocha-Trindade, M. B. (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Silva, M., Amaro, R.R., Clause, G., Conim, C., Matos, M., Pisco, M. e Seruya, L. M. (1984), *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Silva, S. S. (2002), "Em Busca de Novos Horizontes. Açores, Emigração e Aculturação nos finais do Século XIX, inícios do Século XX", *Arquipélago-História*, 2.^a Série, Vol. VI, pp. 347-360.
- Teixeira, J. C. (2010), "Toronto Multicultural e *Little Portugal* ("a Décima Ilha dos Açores", in Actas da Conferência Internacional *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 193-212.



Governo dos Açores

Secretário Regional da Presidência
Direcção Regional das Comunidades

ENTRE DOIS MUNDOS

EMIGRAÇÃO E REGRESSO AOS AÇORES



UNIVERSIDADE DOS AÇORES
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

www.ces-ua.uac.pt